

• JOURNAL •

AKEDTIA

Versões, Negligências e Outros Mundos



p-ISSN 2447-7656 e-ISSN 2674-2561 DOI 10.33726

VOLUME 15 – ANO 9 – 1° e 2° Sem. 2023

• JOURNAL •
AKEDIA
Versões, Negligências e Outros Mundos



Volume 15 – ano IX – 1º & 2º sem. 2023

O ACERVO DE PUBLICAÇÕES DA AKEDIA É REGIDO PELA LICENÇA CREATIVE COMMONS – ATRIBUIÇÃO 4.0 INTERNACIONAL



GRUPO de pesquisa SOCIEDADE, IMAGENS E CULTURA
(SIC)

MPEDUCACIONAL

**AKEDIA – VERSÕES,
NEGLIGÊNCIAS E
OUTROS MUNDOS**

VOLUME 15 – ANO IX – 1º & 2º SEM.

PRODUÇÃO E DIFUSÃO DO
CONHECIEMENTO
ESTUDOS FILOSÓFICOS INTERSEMIÓTICOS

**RIO PRETO – SP / FRUTAL – MG
2023**

TEXTO AKEDIANO PARA ESTE VOLUME

Neste volume 15, reiteramos em nossos textos, os elementos precursores de um dos conceitos associáveis ao termo AKEDIA, vocábulo que compõe o nome de nosso periódico. No presente caso, a palavra *Acédia* (do Francês), retrata uma ideia que “indica a situação da mente oprimida por uma indisposição, cujas nuances incluem desgosto pela vida, tédio, desânimo, preguiça, sonolência, melancolia, náusea, relutância, tristeza, desmotivação.

A acepção de AKEDIA ou *Acédia* aqui retomada, expressa também um modo desse sentimento. Assim, o sentimento de AKEDIA ou de *Acédia* torna o seu personagem, vítima de vários medos (por exemplo, de doenças mais imaginárias do que reais), sensação de ineficácia no trabalho, postura intolerante ou inócua em apoiar "os outros", impotência para controlar os pensamentos que invadem sua alma e o levam ao desânimo, a uma tal insatisfação consigo mesmo, que o sujeito, alvo de *Acédia* até se pergunta, se já não perdeu tudo em sua vida.

Daí, é que nisso, o sentimento de AKEDIA pode se tornar um verdadeiro estado depressivo (o Catecismo da Igreja Católica o define como "uma forma de depressão, devido ao relaxamento do ascetismo, ao declínio da vigilância, à negligência do coração") em que o homem é tentado a reduzir a nada sua vida passada (quebrando o vínculo matrimonial ou abandonando os votos religiosos ou, em qualquer caso, "mudando" disso para aquilo) ou até mesmo se matando". Sobre a AKEDIA ou *Acédia*, neste sentido, Isaac de Nínive sugere que ela "faz o gosto do inferno" (*Les mots de la spiritualité*. By Enzo Bianchi: Paris, 2000. Disponível em: <https://monasterodibose.it/fr/priere/lexique-spirituel/404-acedia>).

Já, em sua vertente marxista, a acepção akediana milita na seara progressista, democrata, no espectro político localizado mais à esquerda, posto que seus postulados se difundem, por meio de uma narrativa que cria uma câmara de eco de vitimismo nas pessoas. Isto é, a *Acédia* fala ao seu público diretamente naquilo que as confirma em suas carências sociais, em seus deságios culturais, nas suas fraquezas emocionais, prometendo supri-las com a criação de legislação favorável, com a concessão de benemerências, paternalismos que, em última análise, acabam por constituir um enorme contingente de audiência passiva e de fácil condução.

(Marcelo Pessoa – Editor-Chefe)

Conselho Editorial & Consultivo / Members of the Council

Dr. Carlos Eduardo Falavigna da Rocha (USP – Universidade do Estado de São Paulo – SP). Instituto de Biociências – Depto. de Zoologia, Cidade Universitária

Dr. Fábio Akcelrud Durão (UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas – SP. Depto. Teoria Literária, Cidade Universitária Zeferino Vaz)

Dr. Dionísio Vila Maior (UAL – Universidade Aberta – Lisboa, Portugal)

Dra. Susanna Busato (UNESP – Universidade Estadual Paulista, Rio Preto – SP)

Dr. Frederico Augusto Garcia Fernandes (UEL – Universidade Estadual de Londrina, Londrina – PR)

Dr. Rodrigo Ney Millan (UEMG, Frutal – MG)

Dr. Allynson Takehiro Fujita (UEMG, Frutal – MG)

Dra. Cintia Camargo Vianna (UFU – Universidade Federal de Uberlândia, Campus Santa Mônica – MG)

Dr. Marcelo Pessoa (UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Frutal – MG)

Dr. Jorge Pedro Sousa (Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal)

Dr. Massimo Di Felice (USP – Universidade do Estado de São Paulo; ECA – Escola de Comunicação e Artes – Cidade Universitária – SP)

Dra. Jociene Carla Bianchini Ferreira (UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso, Barra do Garças – MG)

Dr. André Vinicius Martinez Gonçalves (IFG – Instituto Federal de Goiás, Formosa – GO)

Pareceristas Permanentes / Permanent Reviewers

Dr. Ricardo Cambraia Parreira (UFGO, Campus II)

Dra. Aida Franco de Lima (UNEMAT)

Dra. Olena Kovalek (AFA – Academia da Força Aérea)

Dr. Eder Ângelo Milani (UFGO, Campus Samambaia)

Dra. Daniela Soares Portela (Anglo – Sistema de Ensino)

Dr. Frederico Thales de Araújo Martos (UEMG, Frutal)

Dr. Isaar Soares de Carvalho (UEMG, Frutal)

Dr. Levi Henrique Merenciano (UEMG, Frutal)

Dr. Marcelo Pessoa (UEMG, Frutal)

Dr. Wisley Moreira Farias (UEMG, Frutal)

Equipe de Revisão Final de Normas e de Linguagem / Final Standards Team

Dr. Marcelo Pessoa, Boss Editor, BRAZIL
Ariane Moraes – Depto. de Marketing, BRAZIL
Paulo Lara Galvão Filho – Consultor Relações Internacionais, EUA
Yago Patranis – Assistente Editorial, INDIA
Paulo Henrique Pedro – Informata, BRAZIL

Revisão de Diagramação e Arte / Review of Diagramming and Art

Dr. Marcelo Pessoa, BRAZIL

Editor-Chefe / Boss Editor

Prof. Dr. Marcelo Pessoa

Créditos de Capa

- Ilustrativa: *Cama de Procusto*. Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Procusto>

(Acesso em 31/12/2023, às 17h44min).

Impressão por demanda do volume 15 / On-demand printing vol. 15

MPEducacional & AKEDIA Books

Periódico Nacional Indexado por / National Journal Indexed by

Ulrich's – Proquest International Indexer Journal
Google Scholar
Diadorim/IBICT
Latindex
Orcid Connecting Research and Researchers
Researcher Id
Claryvate Analytics
Crossref Foundation

Periódico Licenciado e também Indexado por / Licensed Journal

Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional

Editor Corporativo / Corporate Editor

Revista AKEDIA – MPEducacional & Grupo SIC – UEMG / CNPq

P475p Pessoa, Marcelo

Produção e Difusão do Conhecimento. Estudos Filosóficos Intersemióticos e suas linguagens. / Marcelo Pessoa (org.) -- Frutal, dezembro, 2023.
153 p. f.: il., (vol. 15, ano IX, 1º & 2º semestres, 2023).

p - ISSN 2447-7656 *e* – ISSN 2674-2561 DOI 10.33726

1. Produção científica. 2. Homem. 3. Cultura. 4. Sociedade I. Pessoa, Marcelo.
II. UEMG / CNPq. III. Título.

CDU 008

EDITORIAL PARA O VOLUME 15 VISÃO INTERDISCIPLINAR

É com grande satisfação que, neste mês de dezembro de 2023, divulgamos o volume 15 da “Revista AKEDIA: Versões, Negligências e Outros Mundos”.

Concebida originalmente, na segunda metade do ano de 2015, para que fosse uma publicação impressa, esta mídia científica, alinhada às demandas técnicas de seu tempo, rapidamente passou a integrar repositórios digitais como o do *site* da UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal, sendo logo, em 2016, embarcada no seu próprio sítio, via plataforma “wix.com” e, a partir daí, com domínio próprio: revistaakedia.com.br.

Nesta condição, fez-se eletronicamente reger pelo sistema *open access* ao leitor e, quando em modal impresso, o faz, somente emitido sob demanda, atendendo a questões ecológicas, evitando acúmulo de papel e desperdício de recursos indispensáveis ao Planeta e à sociedade.

Cumprindo quesito CAPES (Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior) de periodicidade semestral, a AKEDIA divulga chamadas de publicação em regime de fluxo contínuo e, a partir do ano de 2023, ao obter estrato QUALIS, lança volume anual único, contendo as submissões feitas em fluxo contínuo, de 1º e 2º semestres.

O perfil editorial da Revista AKEDIA é gerenciado por seu Editor-Chefe, que também é líder do Grupo de Pesquisas Sociedade, Imagens e Cultura (SIC), e CEO da MPEDUCACIONAL, entidade que gerencia produtos como a Revista AKEDIA, o Canal YOUTUBE da Revista AKEDIA, e o Blog FALA SÉRIO! – FACEBOOK, e demais mídias sociais de divulgação da informação e da Ciência.

A composição do Conselho Editorial & Consultivo do periódico, conta com a participação de pesquisadores de instituições brasileiras e de outros países, os quais atuam, sempre que solicitados, como consultores *ad hoc*, dirimindo questões as quais, sem seu *know how*, a solução não se daria a contento.

Centrada nas preocupações associadas às Ciências Humanas e Sociais, esta Revista, bem como as demais publicações científicas e ficcionais do Grupo AKEDIA & MPEDUCACIONAL, apesar de tal premissa, não se atém obrigatoriamente à espécie conceitual que se evoca para esta ou aquela área do conhecimento: atua multidisciplinarmente.

Simultaneamente e por isso, nossas publicações não se propõem interdisciplinares, visto que seria paradoxal, isto é, soaria “disciplinar”, romper com uma tradição e aderir a outra:

A Área Multidisciplinar, criada em 1999, passou a ser designada Área Interdisciplinar em 2008, compondo a Grande Área Multidisciplinar. Desde sua criação em 1999, a Área Interdisciplinar vem apresentando a maior taxa de crescimento na CAPES. [...] Esta atuação deve ser entendida como importante para o sistema de Pós-graduação nacional, na medida em que serve como elo de entrada de um número expressivo de universidades em atividades de pesquisa e ensino pós-graduado, contribuindo para o aprimoramento de seu corpo docente e oferecendo oportunidades de formação avançada em recursos humanos nas várias regiões do território nacional (CAPES, doc. de área 2016, p. 02. Disponível em <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=Y2FwZXMuZ292LmJyYjY2YwXpYWNhby1xdWFkcmllbmFsfGd4OjFjNGI5Y2YwNGZmZjNjMDI>, acesso em 04/07/2019).

É fato, por isso, que as publicações ditas, assim, tipicamente akedianas, são controversas por índole metodológica, uma vez que orienta nosso *corpus* editorial o desejo de reunir e propalar textos que tratem dos aspectos contraditórios humanos, sociais e culturais que constituam nossa civilização, acenando para um território de reflexões e de fronteiras visíveis e invisíveis, à luz do rigor científico *stricto sensu*, porém, sempre móveis e ajustáveis per se.

Nesta cesta de letras e pensamentos, portanto, cabe toda ponderação que se conceba no mundo, por meio de diálogos recíprocos entre o orgânico e o inorgânico, entre o político e o cultural, entre o microscópico e o macroscópico, entre o econômico e o social, entre o tátil e o invisível, entre o senso e o dissenso, pois, em suma:

A natureza complexa de tais problemas pede diálogos não só entre disciplinas próximas, dentro da mesma área do conhecimento, mas entre disciplinas de áreas diferentes, bem como entre saberes disciplinares e saberes não disciplinares da sociedade e das culturas, dependendo do nível de complexidade do fenômeno a ser tratado. Daí, a relevância, no mundo contemporâneo, de novas formas de produção do conhecimento que tomam como objeto fenômenos que se colocam entre fronteiras disciplinares, quando a complexidade do problema requer diálogo entre e além das disciplinas. Diante disso, desafios teóricos e metodológicos colocam-se para diferentes campos da ciência e da tecnologia (CAPES, doc. de área 2009. Disponível em <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/inter03a.go10.pdf>, acesso em 06/05/2015).

Finalmente, vale dizer que, neste espaço de divulgação científica, se publicam textos de membros e não membros do Grupo SIC.

Desse modo, a produção docente, a publicação discente e dos servidores públicos, ou mesmo da iniciativa privada, indicadas por integrantes de nosso conselho editorial nos são objetos preferenciais, desde que frutos de pesquisa básica ou aplicada, em estágio intermediário, medial ou avançado, devidamente orientadas, e que se conectem com o eixo qualitativo expressivo de nosso conselho editorial & consultivo e também respeitem os ditames aludidos pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – CAPES.

Marcelo Pessoa
(Editor-Chefe AKEDIA Journal & AKEDIA Books)

PREFÁCIO PARA O VOLUME 15

Neste volume 15 da Revista AKEDIA: Versões, Negligências e Outros Mundos, seguem-se, ainda, a mesma motivação essencial do primeiro número, editado em 2015.

Naquele momento *arkhe* (do grego, principiador), o mote foi o de atender a uma demanda específica, que era o de dar vazão à produção científica de um grupo de alunos de pós-graduação da UEMG (Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Frutal), que cursaram a pós-graduação *lato sensu*, intitulada “Especialização em Gestão Pública”, formação oferecida pela unidade uemguiana da FAPP – Faculdade de Políticas Públicas Tancredo Neves, com sede em Belo Horizonte – MG.

Isto posto, vemos, no volume 15, neste segundo semestre de 2023, que os autores e autoras que publicamos já não são apenas os da pós-graduação, mas, também, docentes, alunos de graduação, oriundos de outros centros de excelência do ensino.

Igualmente, nota-se que a inserção de membros consultores renomados passou a integrar fortemente a rotina avaliativa feita por pares na AKEDIA.

Isto aconteceu, devido à generosidade dos autores e autoras que, ao longo do tempo, entenderam a importância de enriquecer com suas colaborações, ousadas propostas como a nossa e, ao nos procurarem, manifestaram o desejo de compor frases e pensamentos nestas páginas, singelamente denominadas de “akedianas”.

Resumidamente, este espaço de escrita acadêmica vem sendo, desde então, consolidado no terreno da exposição do brocardo científico que dá voz à pesquisa básica e aplicada, em face do que se reconhece como necessidade para a construção de uma tradição de ensino, de pesquisa, de gestão e de extensão que se pretenda duradoura.

PESSOA, Marcelo –  <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

SUMÁRIO

TEXTO AKEDIANO PARA ESTE VOLUME 15.....	03
EDITORIAL PARA O VOLUME 15 – VISÃO INTERDISCIPLINAR.....	06
PREFÁCIO PARA O VOLUME 15.....	09

ARTIGOS

(NOTA: A ORIGINALIDADE DOS TEXTOS É DE RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES E AUTORAS. Cabe à Equipe Editorial da Revista AKEDIA, apenas a REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EDITORAÇÃO, REVISÕES de NORMAS DA ABNT / LINGUÍSTICA E POSTAGEM NO SITE)

1. SOUZA, Marcela Fernanda da Paz de; MEIRELES, Eduardo; PEREIRA, Jackeline de Sousa; SALLES, Maria Eduarda de Campos; SANTANA, Valquíria Pessoa; MARTINS, Mariana Silva; FONTES, Thais Silva; JÚNIOR, Domingues Heitor Silva – ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS DO PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA CAPACITAÇÃO ENTRE OS ANOS DE 2019 E 2021: DAS AÇÕES PRESENCIAIS ÀS ATIVIDADES REMOTAS DURANTE A PANDEMIA SARS-COV-2 NA UEMG – FRUTAL	15
2. CARVALHO, Isaar Soares de – A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO, DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL E DO TRABALHO EM EQUIPE NAS CORPORAÇÕES	33
3. MENDES, Naiara; SILVA, Adriano & PESSOA, Marcelo – O PARI PASSU DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO CAMINHO PARA JOVENS NA BOLSA DE VALORES	52
4. SILVA, Fabiana Vieira da; PESSOA, Marcelo – UM OLHAR DINÂMICO PARA A INCLUSÃO SOCIAL: A INSERÇÃO DA PESSOA PCD NO MERCADO DE TRABALHO	65
5. PESSOA, Marcelo – UMA TRILHA SONORA PARA A OBRA CEM ANOS DE SOLIDÃO	79
6. PESSOA, Marcelo – UEMG – UMA UNIVERSIDADE À LUZ DE VELAS APAGADAS: QUESTÕES SOBRE REVOGAÇOS E AS NOVAS RESOLUÇÕES	103
7. RUFINO, Anderson & TOMAZ, Rozaine A. Fontes – MERCADO DE TRABALHO: RUPTURAS E PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS SOBRE O EMPREGO	118

RESUMOS & RESUMOS EXPANDIDOS

(NOTA: A ORIGINALIDADE DOS TEXTOS É DE RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES E AUTORAS. Cabe à Equipe Editorial da Revista AKEDIA, apenas a REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EDITORAÇÃO, REVISÕES de NORMAS DA ABNT / LINGUÍSTICA E POSTAGEM NO SITE)

1. MEIRA, Glenda Varini; MELOZI, Guilherme César; PERES, João Otávio Montanhani; SILVA, Fabiana Vieira da; SILVEIRA, Ana Laura Ribeiro; TADEI, João Pedro Berrocal; TEIXEIRA, Cauê & PESSOA, Marcelo – **MST: O HEROI QUE VIROU VILÃO**.....R. 01-06
2. SAMPAIO, Caio; MARTINS, Hector; PAIVA, Ludmila; MACIEL, Maíke & PESSOA, Marcelo – **AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS COMO FATOR MOTIVADOR DO DESINTERESSE DA POPULAÇÃO BRASILEIRA**.....R. 07-15
3. FRUCH, Gabriela & PESSOA, Marcelo – **EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO DE JOVENS NA BOLSA DE VALORES**.....R. 16-20

• JOURNAL •
AKEDIA
Versões, Negligências e Outros Mundos

SEÇÕES ESPECIAIS
**(As seções especiais são de responsabilidade
de seus editores)**

ARTIGOS COMPLETOS

Editores Responsáveis por esta Seção

Dr. Carlos Eduardo Falavigna da Rocha
(USP – Universidade do Estado de São Paulo – SP)

Dr. Fábio Akcelrud Durão
(UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas – SP)

Dra. Susanna Busato
(UNESP – Universidade Estadual Paulista, IBILCE – Rio Preto – SP)

Neste segmento, reunimos uma série de textos que se regem pela tipologia textual do gênero acadêmico “Artigo Completo”. As pesquisas apresentadas são resultantes, em sua maioria, de atividades de pesquisa autoral ou de investigação orientada, trazidas a esta editoria científica como contribuição ao volume 14 de nosso periódico.

RESUMOS E RESUMOS EXPANDIDOS

Editor Responsável por esta Seção

**Prof. Dr. Josney Freitas Silva
(UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal)**

Neste segmento, reunimos uma série de textos que se regem pela tipologia textual do gênero acadêmico “Resumo”. As pesquisas apresentadas são resultantes, em sua maioria, de uma atividade de investigação orientada. Há, ainda, outras produções que a este grupo principal se integraram, pois exprimem resultados parciais, intermediários ou finais oriundos das mais diversas fontes: trabalhos de conclusão de curso, relatórios de pesquisa, de iniciação científica ou de extensão, além de pesquisa docente.

PRODUÇÃO TEXTUAL LIVRE

Editor Responsável por esta Seção

**Prof. Dr. Levi Henrique Merenciano
(UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal)**

Neste segmento, temos os textos que se regem pela tipologia textual do gênero “Produção Textual Livre”. As escritas apresentadas são resultantes de atividade intelectual sem vínculos com o fazer *stricto sensu* da Ciência, porém, com total aderência às prerrogativas do pensamento humano em seu caráter mais universal. Neste sentido, poemas, ensaios, contos, crônicas, relatos de experiência foram aceitos, visto que aqui, também damos plena liberdade de expressão como elemento integrador social, prescindindo-se, em certos casos, da rigidez da norma culta da língua ou das normas da ABNT, em prol da vazão artística e da licença poética.

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS DO PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA CAPACITAÇÃO ENTRE OS ANOS DE 2019 E 2021: DAS AÇÕES PRESENCIAIS ÀS ATIVIDADES REMOTAS DURANTE A PANDEMIA SARS-COV-2 NA UEMG – FRUTAL¹

English title: METHODOLOGICAL STRATEGIES OF THE UNIVERSITY EXTENSION PROJECT TRAINING BETWEEN 2019 AND 2021: FROM PRESENTIAL ACTIONS TO REMOTE ACTIVITIES DURING THE SARS-COV-2 PANDEMIC AT UEMG – FRUTAL

[doi>10.33726/akdpapers2447-7656v15a92023p1532](https://doi.org/10.33726/akdpapers2447-7656v15a92023p1532)

SOUZA, Marcela Fernanda da Paz de²
MEIRELES, Eduardo³
PEREIRA, Jackeline de Sousa⁴
SALLES, Maria Eduarda de Campos⁵
SANTANA, Valquíria Pessoa⁶
MARTINS, Mariana Silva⁷
FONTES, Thais Silva⁸
JÚNIOR, Domingues Heitor Silva⁹

¹ Projeto financiado, nos anos de 2020 (parcialmente) e 2021, pelo PROGRAMA DE APOIO A PROJETOS DE EXTENSÃO DA UEMG – PAEx/UEMG. A equipe agradece imensamente o apoio da Pró-reitoria da Extensão.

² Doutora em Ciências Sociais. Prof.^a Adjunta, na Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal. Docente do Programa de Pós-graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação. Líder do Grupo de Pesquisa Comunicação e Equidade/ CNPq. Contato: marcela.souza@uemg.br.

³ Doutor em Engenharia Urbana. Prof. Adjunto, na Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal. Coordenador do Programa de Pós-graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação, e Coordenador do Curso de Engenharia da Produção. Contato: eduardo.meireles@uemg.br.

⁴ Graduanda do Bacharelado em Jornalismo, na Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal. Contato: jacklinesousa23@gmail.com.

⁵ Graduanda do Bacharelado em Jornalismo, na Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal. Bolsista PAEx. Contato: maria.1093943@discente.uemg.br.

⁶ Graduanda do Bacharelado em Direito, na Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal. Bolsista PAEx. Contato: valquiria.1093816@discente.uemg.br.

⁷ Chefe de Gabinete SEMEL. Atua no Setor de Comunicação Social. Prefeitura Municipal de Itapagipe – MG. Jornalista egressa do Curso de Jornalismo da UEMG. Contato: marianasmartins.jornalismo@gmail.com.

⁸ Graduanda do Bacharelado em Jornalismo, na Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal. Contato: thais-silvafontes@hotmail.com.

⁹ Jornalista Fotográfico. Ex-aluno do Curso de Jornalismo, da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal. Contato: 2juniorheitor@gmail.com.

RESUMO: O Projeto CapacitAção compreende a comunicação estratégica (no conceito de KUNSCH, 2003), como um fator motivador do desenvolvimento regional. Focaliza, nesta atividade extensionista, o papel do conteúdo transversal, extensivo e de dirigido potencial para a geração de emprego, renda, formação profissional e acesso a concursos, abrangendo as relações urbano-rurais. Cronologicamente, o projeto se desenvolveu em duas etapas, entre 2019 e 2020-2021. Metodologicamente, em seu início, o Projeto foi realizado de modo itinerante, delineando estratégias metodológicas para o desenvolvimento das atividades previstas durante o período da Pandemia de COVID-19. As ações ocorreram na UEMG – Frutal, e em escolas municipais, utilizando de modo combinado plataformas tecnológicas como a do *Google meet*. Por meio do *Facebook* e do *Instagram* houve a divulgação de cursos, concursos, seleções de emprego e vídeos sobre direitos humanos. Dentre os resultados alcançados, cabe destacar o fato de que as ações propiciaram o estímulo à autoestima e o desenvolvimento da confiança individual.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação Estratégica, Capacitação Profissional, Metodologia, Extensão Universitária

ABSTRACT: The Capacitation Project understands strategic communication (in the concept of KUNSCH, 2003), as a motivating factor for regional development. It focuses, in this extensionist activity, the role of the transversal, extensive and directed content with potential for the generation of employment, income, professional training and access to tenders, covering urban-rural relations. Chronologically, the project developed in two stages, between 2019 and 2020-2021. Methodologically, at the beginning, the Project was carried out on an itinerant basis, outlining methodological strategies for the development of activities planned during the period of the COVID-19 Pandemic. The actions took place at UEMG – Frutal, and in municipal schools, using technological platforms such as Google meet in a combined way. Through Facebook and Instagram, courses, competitions, job selections and videos on human rights were disseminated. Among the results achieved, it is worth mentioning the fact that the actions encouraged self-esteem and the development of individual confidence.

KEYWORDS: Strategic Communication, Professional Training, Methodology, University Extension

INTRODUÇÃO

No Projeto CapacitAção (a escrita assim estilizada se refere à identidade visual elaborada para o Projeto), ao mesmo tempo em que se compreende a comunicação estratégica (KUNSCH, 2003), também é tida como uma ferramenta fundamental e, quando utilizada estrategicamente, pode gerar bons resultados simbólicos, humanos e financeiros (REGO, 2010).

Conforme Ciro Marcondes Filho (2014), "a comunicação ocorre na interação entre duas pessoas, nos diálogos coletivos, onde este novo tem chance de aparecer, mas ocorre igualmente em ambientes de relacionamento virtual" (FILHO, 2014, p. 88). Por sua vez, compreendendo a estratégia como uma maneira de integrar, no âmbito de um processo decisório, lança-se mão de componentes socioeconômicos, culturais e empresariais para realizar, de maneira técnica, objetivos (MINTZBERG, 2009), donde tem-se que a comunicação, nesta interação presencial ou virtual, pode ser um importante componente a ser empregado na execução de planejamentos individuais ou empresariais (KUNSCH, 2003).

Esta proposta de prática extensionista se insere em uma das dimensões basilares da Universidade, que é a de promover continuamente o diálogo com a comunidade, propiciando aos cidadãos uma ação humana e profissional, dotada de reconhecimento e de significado, por meio da extensão desenvolvida na Instituição.

Com o objetivo de fortalecer a extensão na UEMG, o projeto seguiu as diretrizes da Política Nacional de Extensão, em seus quatro eixos: a) Impacto e transformação; b) Interação dialógica; c) Interdisciplinaridade; e, c) Indissociabilidade do trinômio 'ensino', 'pesquisa' e 'extensão' (Política Nacional de Extensão Universitária, 2012).

A proposta executada teve forte cunho interdisciplinar, visto que abrangeu as seguintes áreas temáticas principais: Comunicação e Trabalho. Já as classificações das ações de Extensão Universitária se enquadraram nos segmentos da Comunicação Estratégica; do Emprego e Renda, e no âmbito das Metodologias e estratégias de ensino.

O Projeto de extensão desenvolvido durante os anos de 2019 e 2021, apresentou dois momentos fulcrais: o primeiro, realizado numa Proposta de Execução em Edital sem Bolsa, desenvolvido no ano de 2019, de forma itinerante, na cidade de Frutal – MG, e na Unidade física da UEMG. O segundo, nos anos 2020 (parcialmente) e em 2021, já com o fomento do Programa Institucional de Apoio à Extensão – PAEx/UEMG.

A segunda etapa, por sua vez, foi compreendida nos dois anos

subsequentes. Esta fase, metodologicamente, propunha ao incremento de atividades itinerantes nas cidades limítrofes de Frutal. Entretanto, com o advento da Pandemia de COVID-19, as ações tornaram-se concentradas nas mídias sociais, sobretudo no *Instagram*, no *Facebook*, e na Plataforma *Google meet*.

METODOLOGIA

O Projeto CapacitAção apresentou sua primeira edição, no ano de 2019, no Edital Sem Bolsa, com o título “Elaboração de currículo e Comunicação e Oratória no trabalho: vivenciando conhecimentos em Frutal, MG”, registrado no sistema operacional SIGA / Extensão da UEMG, sob nº 9793.

O objetivo do projeto era o de promover minicursos gratuitos, que versassem sobre oratória, elaboração de currículo, buscando contribuir para elevar a empregabilidade dos participantes. Além disso, pretendia-se disponibilizar informações para o bem-estar físico dos cursistas, capacitá-los para as seleções de emprego, contribuir com as políticas de geração de emprego e de renda, auxiliar nas relações de comunicação comunitárias e no ambiente de trabalho.

Neste sentido, as voluntárias do Projeto vieram do Curso de Jornalismo, as discentes Jackeline de Sousa Pereira; Mariana Silva Martins; Thais Silva Fontes e o aluno Domingues Heitor Silva Júnior.

Em 11 de março de 2020, a OMS – Organização Mundial de Saúde, decretou a COVID-19 como uma Pandemia. Com a emergência na saúde pública, decretaram-se inúmeras medidas de combate ao vírus e o distanciamento e o isolamento sociais tornaram-se alternativas para se evitar a propagação da doença.

Nesta segunda etapa, inicialmente, o Projeto Capacitação – “Com o objetivo de abranger os potenciais participantes, viabilizando a realização dos minicursos, a capacitação de forma itinerante nas regiões do município e nas cidades circunvizinhas” – desenvolveria as atividades de forma presencial, dentro do Estado de Minas Gerais, nas cidades de: Fronteira, Planura,

Pirajuba, Campo Florido, Comendador Gomes e Itapagipe. Contudo, durante a Pandemia, as atividades de extensão se concentraram no *Facebook*, *Instagram* e *Google meet*.

As bolsistas do Projeto, com o financiamento do PAEx, foram as alunas Maria Eduarda do Campos Salles, do curso de Jornalismo, e Valquíria Pessoa Santana, do bacharelado em Direito. Como voluntário, também nesta segunda etapa, atuou o aluno Domingues Heitor Silva Júnior.

O Projeto CapacitAção, na sua nova fase, obteve a aprovação do Edital 01/2020 PAEx, com o título "Comunicação como estratégia para a geração de emprego, atendimento ao público e fortalecimento do pequeno comércio, prestação de serviços e cooperativas: da comunicação e oratória ao planejamento das mídias sociais", com o registro no SIGA / Extensão / UEMG, nº 12439.

Entretanto, o mesmo foi pausado temporariamente pela Universidade, antes mesmo da implementação, para que as urgentes adaptações metodológicas extensionistas fossem realizadas, bem como um mapeamento das novas demandas comunitárias em um contexto pandêmico.

Diante deste desafio pandêmico, fez-se todo um ajuste das atividades de pesquisa, de ensino e de gestão universitárias. Assim, no segundo semestre de 2020, o projeto recebeu seu novo desenho de execução totalmente *online*.

No ano de 2021, com o Edital PAEx 01/2021, submeteu-se o Projeto, já com as adaptações metodológicas (Quadro 1), prevendo-se a "Comunicação como estratégia para a geração de emprego, atendimento ao público e fortalecimento do pequeno comércio, prestação de serviços e cooperativas: da comunicação e oratória ao planejamento das mídias sociais", com o registro no SIGA / Extensão / UEMG, nº 14565.

As bolsistas do Projeto, neste instante, foram a Maria Eduarda de Campos Salles e a Valquíria Pessoa Santana.

O percurso metodológico da extensão apresentou a seguinte delimitação, em cada um dos dois períodos (Quadro 1):

Etapas	2019	2020-2021
Fase I Delimitação das atividades	<p>Levantamento bibliográfico nos periódicos especializados em práticas de extensão; Estudo da Política Nacional de Extensão Universitária.</p> <p>Estabelecimento de parcerias para a divulgação dos minicursos: Secretaria Municipal de Ensino, Associação Comercial e Industrial de Frutal e Câmara de Dirigentes Lojistas de Frutal (Acif CDL – Frutal, M.G.), veículos de comunicação da cidade como rádio, TV, Internet, Mídias Sociais</p> <p>Agendamento dos minicursos.</p>	<p>Levantamento bibliográfico – <i>Scielo</i>, banco de teses e de dissertações da Capes, Revistas e Atividades de Extensão; Plataforma Sucupira – Área de concentração Comunicação e Biblioteconomia;</p> <p>Revisão bibliográfica da temática dos minicursos e do Estudo da Política Nacional de Extensão Universitária;</p> <p>Estabelecimento de parcerias para a divulgação dos minicursos;</p> <p>Agendamento dos espaços nos quais os cursos seriam realizados junto às instituições públicas e privadas parceiras.</p>
Fase II Delimitação das atividades	<p>Divulgação dos minicursos;</p> <p>Elaboração de material didático – linguagem imagética; <i>links</i> de sites de formação na área do curso, reportagens e vídeos de domínio público;</p> <p>Criação da página do <i>Facebook</i> para a inscrição dos minicursos; postagens de emprego e de concursos públicos;</p> <p>Abertura das inscrições para a realização dos minicursos: telefone, <i>WhatsApp</i> e/ou na própria Unidade UEMG.</p>	<p>Divulgação no município sede e nas cidades circunvizinhas;</p> <p>Preparação e redação das cartilhas;</p> <p>As cartilhas seriam didáticas, com textos curtos, objetivos, utilizando-se de uma linguagem imagética e com <i>links</i> de sites de formação na área do curso, reportagens e de vídeos de domínio público;</p> <p>Criação da página do <i>Facebook</i> para a inscrição dos cursos e para a disponibilização gratuita do material;</p> <p>Criação da página do <i>Instagram</i> para a divulgação das fotos e das demais ações relacionadas ao projeto. A página do <i>Instagram</i> seria vinculada à página do <i>Facebook</i>;</p> <p>Abertura das inscrições para a realização dos minicursos – via <i>Facebook</i>, <i>Instagram</i>; <i>WhatsApp</i>; instituição parceira; presencialmente no setor de inscrição da Universidade do Estado de Minas Gerais e/ou com algum integrante do Projeto.</p>

Fase III Realização dos Minicursos	A realização dos cursos ocorreu na UEMG – Frutal e de forma itinerante, em duas comunidades. As sedes, neste caso, foram as escolas municipais	Realização de 03 encontros em cada minicurso: Comunicação e Oratória; Atendimento ao Público; Comunicação Organizacional; Planejamento das mídias sociais.
	Minicursos Ministrados: Elaboração de currículo <i>lattes</i> (alunos externos à UEMG)	Número total de encontros: 12 Número previsto do público-alvo por turma: no máximo 35 inscritos por turma. Número total previsto de participantes: 420.
	Comunicação e Oratória no trabalho	

QUANTO À ORIENTAÇÃO DE BOLSISTAS

Na primeira etapa do Projeto, as reuniões foram realizadas semanalmente, no horário do intervalo de aula regulares da Graduação. Como as participantes trabalhavam durante o dia, os encontros ocorreram à noite. Já, no período da Pandemia, as reuniões de orientação do Projeto se deram semanalmente ou quinzenalmente, via Plataforma TEAMS. As reuniões foram gravadas para o registro das atividades.

RESULTADOS

ETAPA 1

Realizou-se uma parceria entre a UEMG/Unidade Frutal, por meio da docente Coordenadora do Projeto, a Associação Comercial e Industrial de Frutal/Câmara dos Dirigentes Lojistas e a Prefeitura Municipal de Frutal, viabilizada pela Secretaria Municipal de Educação, com o objetivo de realizar minicursos com os conteúdos preparatórios para a população.

De maneira concomitante, elaborou-se a criação da identidade visual do Projeto. Para comunicar o objetivo central, que é de preparar as pessoas para o mercado de trabalho, fortalecendo o intuito de destacar a palavra Ação, obteve-se o seguinte *design*:

CAPACITAcção

Imagem 1: Identidade Visual do Projeto

Com a efetivação da parceria e a criação da identidade visual, construiu-se uma *fanpage* para o projeto, no *Facebook* (2) e no *Instagram* (8), com o nome “CapacitAcção”, porque os minicursos teriam como objetivo capacitar pessoas para o mercado de trabalho.

Com as *fanpages* efetivamente *online*, o próximo passo foi o da divulgação das mesmas, pois serviram como um portal de comunicação entre as autoras do Projeto e a comunidade. Para ajudar no compartilhamento, a equipe do Projeto realizou o sorteio, ao vivo, de um *planner* e de uma luminária. Para participar do sorteio, era necessário marcar um amigo e compartilhar a página.

Destaca-se, também, o apoio da mídia local e regional que, através de rádio, *blogs*, jornais impressos e redes sociais, disponibilizaram gratuitamente o espaço necessário para a divulgação dos cursos.

As redes sociais do Projeto foram instrumentos estratégicos para as postagens das oportunidades de emprego, dos editais de concursos públicos e de processos seletivos, a divulgação dos minicursos disponibilizados pelo Projeto, além de *posts* estratégicos com imagens ou vídeos elaborados especialmente para a *fanpage*, com temáticas relacionadas aos direitos humanos como, por exemplo, o Holocausto, a discriminação racial, a xenofobia, os direitos da comunidade LGBT e, também, sobre datas comemorativas e mês de conscientização sobre o câncer de mama e o câncer de próstata (imagem 4).

1



2

	Prova Objetiva	Conhecimentos Gerais
- Agente de Saneamento I - Agente de Saneamento II - Agente de Saneamento III	Legislação	10
	Matemática	10
	Português	5
	Noções de Informática	5
	Conhecimentos Específicos	5
	Conhecimentos Específicos	20
- Analista Administrativo - Auxiliar - Assistente Social	Prova Objetiva	
	Conhecimentos Gerais	
	Legislação	10
	Matemática	10
	Português	5
	Noções de Informática	5
	Conhecimentos Específicos	5
	Conhecimentos Específicos	30
- Gestor de Saneamento – Engenharia Civil - Gestor de Saneamento – Engenharia Mecânica	Prova Objetiva	
	Conhecimentos Gerais	
	Legislação	10
	Matemática	10
	Português	5
	Conhecimentos Específicos	5
	Conhecimentos Específicos	30
	Prova Objetiva	
	Conhecimentos Gerais	

193 Pessoas alcançadas 33 Envolvimentos 2 comentários

3



4



Grupo de Imagens: 1 – fanpage do Projeto Capacitação: Capa. 2 – Divulgação de Processo Seletivo; 3 – Propaganda do Curso Comunicação e Oratória. 4 – Logo com o símbolo da Campanha 'Setembro Azul'.

REALIZAÇÃO DOS MINICURSOS

Etapa 1 – Comunicação e Oratória para o mercado de trabalho

As atividades relacionadas ao minicurso “Comunicação e Oratória” são importantes, pois preparam os cursistas para uma auto apresentação verbal consistente e de melhorar a postura durante as entrevistas, além de colaborar para a atuação nas áreas de venda e de *marketing*, impulsionando o desenvolvimento profissional (MENDES, 2017). Entretanto, muito foram os

desafios para se colocar em prática um processo comunicativo eficaz e uma oratória com desenvoltura.

Diversas pesquisas no campo da comunicação apontam que a maioria das pessoas, que configuram os agentes da comunicação interpessoal, possuem algum tipo de dificuldade para se comunicar bem, afetando diretamente seus relacionamentos, seu aprendizado ou os projetos ligados à vida pessoal ou profissional (FÁVERO, 2009, p. 07).

A oficina “Comunicação e Oratória para o Mercado de Trabalho” apresentou a duração de 03 horas, e foi disponibilizada para duas regiões da cidade. Por ser itinerante, o curso contou com a parceria da Secretaria Municipal de Educação, com a cessão das escolas no turno do sábado, na parte da tarde, entre 14h e 17h.

As duas oficinas aconteceram nos dias 05 e 19 de outubro de 2019, respectivamente. Entre os público-alvo, havia profissionais liberais, como cabeleireiras, vendedores autônomos, estudantes universitários, pessoas à procura de uma posição no mercado de trabalho, vendedores e atendentes em consultórios.

O Projeto CapacitAção realizou uma parceria com a Guarda Mirim da cidade. Com isso, foi ministrado, no dia 07 de outubro de 2019, mais uma turma da oficina de “Comunicação e Oratória para o Mercado de Trabalho”, para 31 jovens integrantes do órgão.

Ementa: Apresentação dos conceitos principais sobre comunicação e oratória. Como utilizar a oratória para inserção e permanência no mercado de trabalho. Prática de oratória: apresentação, voz, fala, gesticulação e contato visual.

Recursos didáticos: Material ilustrativo, com *link* para vídeos de domínio público no *YOUTUBE* e no *site* do SEBRAE. Quadro e pincel.

Número de oficinas ministradas: 02

Datas e números de participantes: 05/10/2019; 19/10/2023; 07/10/2019:
31 participantes da Guarda Mirim.

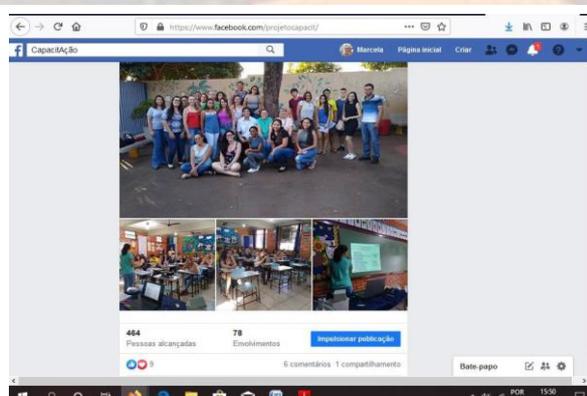
Local de realização do minicurso: Laboratórios I e II da UEMG – Unidade Frutal.

Local de realização do minicurso: O minicurso foi realizado de forma itinerante, em duas regiões da cidade de Frutal.

5



6



Grupo de Imagens: 5 – Minicurso e visita na UEMG – Guarda Mirim. 6 – Curso ministrado para a comunidade, no espaço cedido pela Secretaria Municipal de Educação

A elaboração de um currículo claro e objetivo, e uma boa preparação para apresentá-lo na hora da entrevista, pode ser determinante para a inserção no mercado de trabalho. Por esta razão, o minicurso se baseou em demonstrar as informações que são realmente necessárias, os distintos formatos de currículo, o tipo adequado para as diferentes oportunidades de seleção. Outro aspecto do curso, foi o de abordar como discorrer sobre os tópicos do currículo diante dos entrevistadores.

Um currículo que demonstre as experiências profissionais e/ou atividades voluntárias, no caso de algumas empresas que consideram este diferencial nos candidatos, é justificada, em razão dos dados que demonstram algumas estatísticas, a partir das quais se nota que 80% dos currículos recebidos pelas empresas, simplesmente vão para o lixo, 15% vão para o arquivo, e, somente 15% são chamados para entrevistas (“30% dos recrutadores afirmam que eliminam currículo em até 10 segundos, diz pesquisa”. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2019/04/16/30percent-dos-recrutadores-afirmam-que-eliminam-curriculo-em-ate-10-segundos-diz-pesquisa.ghtml>, 2019).

Ementa: Importância do currículo. Erros ao se elaborar um currículo. Dados para a elaboração do currículo. Perfil do empregador.

Recursos didáticos: Cartilha com o processo da elaboração do currículo. Quadro e pincel. *Datashow*. Computador com *internet* para o manuseio dos cursistas, facilitando o treino das informações básicas.

Número de oficinas ministradas: 02.

Datas e números de participantes: 15/10/2023 – 03 alunos; e, 07/11/2023 – 06 cursistas.

Local de realização do minicurso: Laboratórios I e II da UEMG – Unidade Frutal.

Os participantes aprenderam a fazer o currículo *lattes* e uma conta e preenchimento da mesma na página da rede *LinkedIn*.

Após a realização dos dois minicursos, produziram-se os certificados de participação dos respectivos cursos. Ao todo, foram confeccionados 91 certificados.

O projeto apresentou impactos substanciais nos acessos e no compartilhamento de cursos e de formação, além de muitas publicações de seleções para oportunidade de emprego, o que ampliou a possibilidade de empregabilidade e de desenvolvimento.

Etapa 2 – Das atividades presenciais às oficinas remotas

Com a Pandemia do vírus SARS-CoV-2, causador da COVID-19, o Projeto proposto era o da realização dos cursos itinerantes, em Frutal, e nas cidades limítrofes. O novo rumo do Projeto, totalmente online apresentou a seguinte configuração:

Em 2020, a rede social CapacitAção – facebook.com/projetocapacit – possuía 521 seguidores. Em relação às postagens, do dia 18 de agosto até o dia 13 de outubro de 2020, houve 107 publicações. Estas variavam entre

ofertas de emprego em Frutal e/ou região, cursos online gratuitos, editais de concursos públicos.

A página também divulgava temas de interesse social relacionados à saúde – câncer de mama, atividades físicas, prevenção ao suicídio e sobre a Pandemia, meio ambiente, segurança e datas como Dia Internacional de Lembrança do Holocausto, Dia da Consciência Negra, Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. No caso do Dia da Consciência Negra, nós disponibilizamos um vídeo gravado especialmente para o Projeto, cujo apresentador foi um discente do Curso de Jornalismo, que falou sobre os desafios da comunidade negra nos dias atuais.

A rede social Instagram – @projetocapacit (8) – era vinculada à conta do Facebook – e possuía um QRCode (9) para facilitar a procura da página, trazendo uma ferramenta moderna, de fácil acesso e versátil.

Os posts eram realizados de duas a três vezes ao dia. Realizaram-se, também, a “Cartilha Oficina de Gestão de Mídias Sociais” e os vídeos para a publicação online. Em razão das exigências sanitárias de distanciamento social, as reuniões de acompanhamento das etapas e da elaboração das ações de trabalho eram realizadas via Plataforma TEAMS, semanalmente ou quinzenalmente.

7



8



9a



9b



Grupo de Imagens: 7 – Instagram do CapacitAção. 8 – QRCode do Instagram. 9a e 9b – “Cartilha Gestão de Mídias Sociais”.

Os cursos, no período da Pandemia, aconteceram via Google Meet. Os horários variaram conforme a demanda e os públicos-alvo.

10



11



Grupo de Imagens: 10 e 11 – Cartazes de Divulgação dos minicursos na segunda etapa do Projeto.

Quanto ao Atendimento ao Público – 04h

Ementa: Atendimento ao público interno e externo. Contato pessoal, telefônico e eletrônico.

Quanto à Organização de agenda e de atividades diárias

Recursos Didáticos: Tecnologias da Comunicação. *Slides*. Vídeo. Som.
Recursos Imagéticos. Estudos de Caso.

Número de oficinas ministradas: 03.

Datas e números de participantes: 26/03/2021 – 26 participantes;
27/03/2021 – 11 cursistas; 22/04/2021 – 26 pessoas – Guarda Mirim.

Local de realização do minicurso: Plataforma *Google Meet*.

Quanto à Organização e Planejamento de Atividades – 04h

Número de oficinas ministradas: 01.

Datas e números de participantes: 15/05/2021 – 12 cursistas.

Local de realização do minicurso: Plataforma *Google Meet*

Prática de Comunicação Organizacional/Comunicação Interna – 04h

O curso de “Comunicação Organizacional” foi ministrado pela docente e pesquisadora, Rose Mara Vidal de Souza.

Ementa: Comunicação administrativa: normas, manuais e documentos.
Comunicação interna: jornal mural, boletins, *Intranet*, *blog* corporativo, rede social corporativo.

Recursos Didáticos: Tecnologias da Comunicação. *Slides*. Vídeo. Som.
Recursos Imagéticos. Estudos de Caso.

Número de oficinas ministradas: 01.

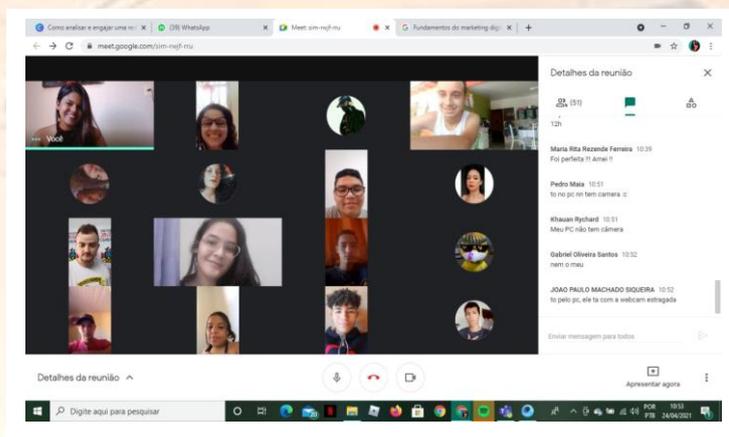
Datas e números de participantes: 19/06/2021 – 06 cursistas.

Local de realização do minicurso: Plataforma *Google Meet*.

Quanto ao Planejamento e gestão de mídias sociais – 04h

A formação foi ministrada pela Assessora de Comunicação, Suila Camargos Maurício. No período do curso, a ministrante pertencia ao quadro de estudantes na UEMG – Frutal, cursando o bacharelado de Jornalismo.

12



Ementa: Plano. Meta. Objetivo. Concorrência. Público-Alvo. Plataformas.

Recursos Didáticos: Tecnologias da Comunicação. Slides. Vídeo. Som.

Recursos Imagéticos. Estudos de Caso.

Número de oficinas ministradas: 01.

Datas e número de participantes: 24/04/2021 – 39 pessoas.

Local de realização do minicurso: Google Meet (Imagem 12, acima).

A segunda etapa do Projeto apresentou a sua relevância em oferecer respostas à necessidade do aperfeiçoamento em comunicação, de modo estratégico, necessário para o aumento da empregabilidade, da fidelização do cliente, do *branding* e da utilização das mídias sociais para a comunidade demandante de emprego, atuantes no comércio.

E, não apenas a este público, mas, também, aos pequenos cooperados e associativistas urbanos e rurais, às famílias que produzem o seu artesanato e sua produção de alimentos e que, muitas vezes, desconhecem a potencialidade de uma boa oratória, do atendimento, da reputação da marca e do uso planejado de mídias (SISSORS; BUMBA, 2001), tais como o *Facebook* e o *Instagram* (ROSA; COUTO, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS – DISCUSSÕES DAS PRÁTICAS EXTENSIONISTAS

O Projeto Capacitação foi recebido de forma acolhedora pela Universidade e pela comunidade. Os *feedbacks* dos cursistas foram muito positivos. Os minicursos, por estarem especialmente voltados para a preparação para o mercado de trabalho, poderão ser um fator motivador para os participantes realizar uma formação técnica e/ou superior. Outro aspecto importante, se refere à soma das ações já realizadas por programas sociais que possuem, entre os objetivos, promover e impulsionar a entrada no mercado de trabalho. As ações propiciaram o estímulo à autoestima e o desenvolvimento de confiança individual.

Como resultado, vemos que os cursistas amadureceram quanto à percepção que os atores têm de cidadania, e da importância da Universidade em uma experiência comunitária e integrada à região em que vivem. Entre os participantes, estavam presentes cursistas que do Ensino Básico, Superior, Pós-graduação, servidores públicos. Entre os cursistas, havia participantes de cidades mineiras como Frutal, Comendador Gomes, Fronteira, Itapagipe, e de Estados como o do Tocantins, Paraná, Espírito Santo e São Paulo.

Quanto aos resultados para a UEMG, por meio das práticas construtoras do conhecimento junto ao público demandante de oportunidades de emprego, vê-se que a Universidade pode aperfeiçoar, direcionar e descobrir novas formas de desenvolver metodologias e técnicas de extensão. A Universidade solidifica a importância do seu papel de instituição interventora em Áreas de Especial Interesse Social, indicando caminhos de extensão e a própria a implementação de políticas públicas.

Como resultado positivo para os discentes envolvidos no Projeto, houve o aperfeiçoamento no processo de pesquisa e de levantamento bibliográfico sobre a extensão; aperfeiçoaram o conhecimento sobre o relacionamento com o público e quanto à organização de agendas profissionais; eles aperfeiçoaram as atividades de monitoria em minicursos; adquiriram conhecimento

profissional na área de educação e comunicação; desenvolveram habilidades relacionadas à construção e ao monitoramento de mídias sociais (*Facebook* e *Instagram*); aprenderam a produzir e criar material gráfico de divulgação, a diagramar material didático e Cartilha; e, enfim, o aprimoraram os releases e os textos para o *Facebook* e o *Instagram*.

REFERÊNCIAS

FÁVERO, Jansen. *7 Atitudes Práticas Para se Comunicar Bem*. Editora: Jansen Fávero, 2009.

FILHO, Ciro Marcondes. *Comunicação*. In: (org.). FILHO, Ciro Marcondes. *Dicionário da Comunicação*. São Paulo: Paulus, 2014.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. *Política Nacional de Extensão Universitária*. UFSC, FORPROEX: Manaus, 2012. 68p.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. *Planejamento de relações públicas na comunicação integrada*. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

MENDES, Eduardo. *Oratória como ferramenta para o desenvolvimento profissional*. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/noticias/negocios/oratoria-como-ferramenta-para-o-desenvolvimento-profissional/122542/> Acesso em: 30 de março de 2019.

MINTZBERG, Henry *et al.* *O processo da estratégia: conceitos, contextos e casos selecionados*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

REGO, Francisco Guadêncio Torquato. *Tratado de Comunicação Organizacional e Política*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

ROSA, Cláudio Afrânio; COUTO, Gustavo Marques. *Guia do Bootcamper*. Mindset Empreendedor. Belo Horizonte: Sebrae Minas, 2016.

SISSORS, Jack Zanville; BUMBA, Lincoln. *Planejamento de mídia: aferições, estratégias e avaliações*. São Paulo: Nobel, 2001.

A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO, DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL E DO TRABALHO EM EQUIPE NAS CORPORAÇÕES

English title: THE IMPORTANCE OF COMMUNICATION, EMOTIONAL INTELLIGENCE AND TEAMWORK IN CORPORATION

[doi>10.33726/akdpapers2447-7656v15a92023p3351](https://doi.org/10.33726/akdpapers2447-7656v15a92023p3351)

CARVALHO, Isaar Soares de¹

RESUMO: O artigo examina a importância da comunicação, da inteligência emocional e do trabalho em equipe no mundo corporativo. Justifica o estudo, a ocorrência de diversos problemas no mundo corporativo, os quais derivam, em síntese, dos equívocos na comunicação, tanto por parte de quem enuncia quanto de quem interpreta os enunciados e as ordens recebidas. O objetivo do trabalho é o de examinar a importância do diálogo e do consenso sobre o que seja verdadeiro e adequado para as corporações, de acordo com o contexto social, econômico e político. Como resultado previsto, espera-se delimitar parte do escopo de uma verdade relativa e cambiante, especialmente no mundo dos negócios. Nesse contexto, enfim, examinaremos também a importância da Inteligência Emocional e do Trabalho em Equipe, vistos como fatores fundamentais para a eficiência no ambiente do mundo corporativo, na obra de Weisinger (1997).

PALAVRAS-CHAVE: Corporação, Comunicação, Inteligência Emocional, Trabalho em Equipe

ABSTRACT: The article examines the importance of communication, emotional intelligence and teamwork in the corporate world. Justifies the study, the occurrence of several problems in the corporate world, which derive, in short, from misconceptions in communication, both on the part of those who enunciate and those who interpret the statements and orders received. The objective of the work is to examine the importance of dialogue and consensus on what is true and appropriate for corporations, according to the social, economic and political context. As a predicted result, it is expected to delimit part of the scope of a relative and changing truth, especially in the business world. In this context, finally, we will also examine the importance of Emotional Intelligence and Teamwork, seen as fundamental factors for efficiency in the corporate world environment, in the work of Weisinger (1997).

KEYWORDS: Corporation, Communication, Emotional Intelligence, Teamwork

¹ Graduado em Teologia e em Filosofia. Mestre e Doutor em Filosofia pelo IFCH – UNICAMP. Pós-Doutor em Letras, pela FFLCH – USP. Docente do Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – Unidade Frutal.

I – A COMUNICAÇÃO, A RETÓRICA E SUA IMPORTÂNCIA NA VIDA EM SOCIEDADE

A comunicação é tão importante que, sem ela, seriam impossíveis a vida em sociedade e a própria formação do Estado, sendo que esta última, de acordo com Thomas Hobbes, depende dos pactos, feitos através da linguagem (HOBBS: 1979, p. 20).

De acordo com Thomas Hobbes, os raciocínios bem elaborados têm uma relação direta com a paz civil e com o bem da sociedade. Para o filósofo, raciocinar por meio de metáforas, bem como de termos ambíguos e sem sentido, “é o mesmo que perambular entre inúmeros absurdos, e o seu fim é a disputa, a sedição ou a desobediência” (HOBBS: 1979, p. 31).

A qualidade dos raciocínios e da comunicação também é fundamental em situações de guerra. Usam-se senhas, sinais verbais e sonoros, gestos, e guardam-se segredos de estratégia, cuja significação e interpretação deve ser precisa, a fim de que, pautados em uma boa comunicação, se obtenha sucesso nos combates.

A ação mediada pela linguagem tem sido objeto de estudo desde a Filosofia Antiga, especialmente com o advento da Retórica, à qual Aristóteles dedicou a obra intitulada *Arte Retórica*, bem como trata dessa arte também em sua *Poética*².

Há, na cultura ocidental, porém, uma tradição negativa em relação à Retórica, especialmente quando ela é associada aos sofistas, dentre os quais alguns se utilizavam da linguagem de forma astuta e ardilosa, procurando conduzir seus ouvintes de acordo com seus interesses. Foi nesse sentido que Górgias, um dos maiores mestres da oratória, afirmou que “a palavra é déspota poderoso” (BITTAR, 2002, p. 59).

Apesar, porém, das críticas tradicionais aos sofistas, a Retórica tem um grande valor, especialmente porque advém dela o consenso sobre o que é verdadeiro e sobre qual é a melhor decisão a se tomar, especialmente quando se trata dos destinos de uma Nação, de uma cidade ou de uma corporação.

² Uma versão em Português dessas obras, encontra-se em *Arte Retórica e Arte Poética*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s/d.

Aristóteles reconhece o valor prático da Retórica, a qual fornece ao orador as habilidades necessárias para que seu discurso alcance o fim para o qual foi elaborado. O filósofo afirma que a Retórica “trata de questões que, de algum modo, são da competência comum de todos os homens, sem pertencerem ao domínio comum de uma ciência determinada”, bem como que “todos os homens se empenham, dentro de certos limites, em submeter a exame ou defender uma tese” (ARISTÓTELES, s/d, p. 03).

II – A COMUNICAÇÃO NO AMBIENTE CORPORATIVO

Quanto à comunicação no ambiente corporativo, em lugar da centralização do comando e das decisões, que são próprias do dogmatismo, o diálogo e o consenso são fundamentais. Por isso, o conhecimento da Retórica, que considera a verdade como o resultado de um consenso, é fundamental, tanto pelas constantes mudanças na realidade social, econômica e política, quanto pela necessidade de se atualizar os procedimentos da empresa.

A História tem demonstrado que as mudanças de paradigmas na economia e na política levam as corporações a rever seus conceitos e padrões de conduta, sendo a verdade, então, algo cambiável, flexível, dialético. Nesse sentido, não haveria mais lugar nas corporações para o dogmatismo e a ausência de diálogo, porém, o ideal é que a verdade seja o resultado da livre discussão e do consenso.

Nesse aspecto, Robbins destaca a importância da comunicação de qualidade, a qual inclui tanto as definições rigorosas dos termos quanto a sua interpretação de forma correta por quem recebe as mensagens (ROBBINS, 2005, p. 224).

A comunicação de má qualidade pode provocar desentendimentos desde o convívio romântico, familiar, corporativo e social em suas diferentes formas. As relações entre o emissor, os códigos linguísticos e o receptor da mensagem instauram o problema da interpretação, para a qual não se tem dado o devido valor nas relações humanas, tanto do cotidiano quanto da vida corporativa.

Em relação aos efeitos deletérios da má comunicação, Robbins

menciona mesmo a ocorrência de graves acidentes na área da aviação. Um deles se deveu à confusão entre as instruções para a decolagem de um avião da KLM, e a permissão de que o piloto procedesse à decolagem. O resultado foi que o citado avião decolou e chocou-se com outra aeronave, da PAN AM, o que provocou a morte de 583 pessoas (ROBBINS, 2005, p. 249).

Segundo Robbins, tanto o comandante, que era holandês, quanto o controlador de voo, que era espanhol, falavam Inglês, porém, “a confusão foi criada pelos fortes sotaques de ambas as partes e alguma terminologia inadequada” (ROBBINS, 2005, p. 249).

Outros quatro exemplos de acidentes aéreos são dados por Robbins, devido a falhas na comunicação, os quais também provocaram a perda de muitas vidas. Robbins dá esses exemplos para ilustrar ao leitor que a eficácia das organizações depende da boa comunicação. Por outro lado, as causas mais frequentes dos conflitos interpessoais no trabalho encontram-se nas falhas de comunicação entre os membros das equipes.

Robbins observa ainda que “as pessoas passam cerca de 70 por cento de suas horas de vigília se comunicando” (ROBBINS, 2005, p. 250). Por isso, reconhece que “uma das principais forças que podem impedir o bom desempenho de um grupo é a falta de uma comunicação eficaz” (ROBBINS, 2005, p. 250).

A comunicação não se limita à transmissão de um significado, mas é necessário emitir a mensagem de tal forma que ela seja entendida, visto que não basta ter uma ideia boa se ela não for transmitida de forma eficaz e se não compreendida pelos membros da corporação. Partindo desses pressupostos, Robbins afirma que mesmo que uma ideia seja excelente, se ela não for transmitida de forma eficaz, poderá tornar-se inútil (ROBBINS, 2005, p. 250).

Robbins é pessimista, contudo, em relação ao alcance de uma comunicação perfeita. Ela seria possível, entretanto, “quando um pensamento ou ideia fosse transmitido de uma pessoa para outra de tal forma, que a figura mental percebida pelo receptor fosse idêntica à do emissor”. Ele reconhece, além disso, que “a comunicação perfeita nunca é obtida” (ROBBINS, 2005, p. 250).

Partindo dos exemplos dados sobre os desastres na aviação devido às falhas na comunicação, Robbins passa a tratar especificamente da importância da boa comunicação no ambiente corporativo. Nem sempre, emenda ele, a mensagem emitida é suficientemente evidente para quem a recebe, pois apesar de termos um conjunto de significações atribuídas às palavras, como bem escreveu Carlos Drummond de Andrade, “a todo momento impõe-se tomar conhecimento de novas palavras” e de suas combinações (ANDRADE, 1988).

Com essas palavras, o escritor demonstra que a interpretação das mensagens que lemos, vemos, ouvimos, sentimos, que nos tocam, enfim, tal interpretação exige que nos atualizemos em relação aos novos termos e aos novos significados da realidade.

Quanto à clareza das definições e da sua interpretação, por parte do receptor da mensagem, Rousseau afirmou: “Não conheço a arte de ser claro para quem não quer ser atento” (ROUSSEAU, 1978, Livro III, Cap. I). Dessa forma, ele atribuía aos leitores a responsabilidade por não entenderem seus argumentos, ignorando que existem os ruídos da comunicação e que aquilo que é evidente, conceitualmente, para quem emite uma mensagem, necessariamente não o é para quem a recebe e a interpreta.

É relevante observar ainda, em relação a essa tese de Rousseau, que entre o que está escrito e o que os leitores entendem, pode haver uma acentuada diferença histórica, cultural e linguística. Desse modo, torna-se evidente que há vários fatores que interferem em nossa compreensão.

Logo, um texto, um discurso, uma performance teatral ou musical, e outras formas de comunicação, não são compreendidos plenamente pelo público, seja devido à subjetividade de quem emite e de quem recebe a mensagem, seja pelas diferenças históricas, culturais e mesmo ideológicas e políticas entre quem emite e quem recebe a mensagem.

É necessário, portanto, diante do que expusemos, que em determinadas circunstâncias façamos um esforço estrênuo, tanto para nos expressarmos com clareza quanto para compreendermos quem nos dirige a palavra, especialmente quando essa palavra tem a função de nos dirigir no ambiente

organizacional.

O fato é que existe um lugar adequado para os conceitos na argumentação e na emissão de uma mensagem, tanto no sentido de sua verdade quanto de sua oportunidade e de sua pertinência no discurso, de forma especial em relação à sua correspondência, tanto quanto for possível, aos fatos.

A busca pelas definições mais adequadas para a expressão da realidade aplica-se, de forma especial, à nossa subjetividade. Isso pode ser verificado na seguinte afirmação de Gonzaguinha: “Eu busquei a palavra mais certa. Vê se entende meu grito de alerta”³.

Essa busca da palavra certa para a expressão das ideias e dos sentimentos, bem como o empenho para entendermos o que nos é comunicado, aplica-se às diversas circunstâncias da enunciação e das relações humanas, incluindo, de forma especial, a área organizacional.

Como é comum, no entanto, a ocorrência de ruídos na comunicação, deve haver um empenho de todos os membros da equipe para que se comuniquem de forma eficiente, valorizando o diálogo, evitando o dogmatismo em relação aos próprios pontos de vista, chegando a um acordo sobre o que é verdadeiro, ficando, sobretudo, abertos para novos paradigmas.

III – A COMUNICAÇÃO E A ÉTICA NAS RELAÇÕES PROFISSIONAIS

Em seu conhecido livro, intitulado *Relações humanas na família e no trabalho*, Pierre Weil afirma que, durante o decorrer da História, em relação ao trabalho e à produção, houve uma adaptação do ser humano às máquinas e destas ao ser humano, contudo observa, que é necessário investir também na adaptação das pessoas entre si (Pierre WEIL: 1986, p. 30).

É assim, pois, que, apesar da importância da adaptação do homem às tecnologias e destas ao homem, Weil afirma que no ambiente organizacional é necessário que seja criado “um ambiente de trabalho feito de confiança mútua

³ Gonzaguinha. *Grito de Alerta* (<https://www.letras.mus.br/gonzaguinha/46277>), acesso em 06/03/2022.

e de respeito humano”, onde as ordens sejam dadas de forma clara e suas causas sejam explicadas, pois “uma pessoa que faz uma coisa ciente da importância do seu trabalho e do seu respectivo valor, produz muito mais do que uma pessoa da qual se exige simplesmente obediência” (Pierre WEIL: 1986, p. 30-31).

É necessário, para a execução de um trabalho técnico, que se obtenha uma formação específica, bem como a consciência de que o trabalho é feito de forma individual e, ao mesmo tempo, coletiva, e as diferentes funções exercidas nas corporações têm a sua devida importância, formando uma totalidade comparável a um organismo composto por vários membros que exercem diferentes funções, tendo em vista, no entanto, a saúde e o bem-estar do corpo.

O exercício de uma atividade em uma empresa ou corporação exige, por um lado, uma capacidade de autonomia por parte dos profissionais que executam funções específicas.

Essa independência, no entanto, é relativa, pois a própria noção de corporação já implica na ideia de corpo, de equipe, de ação colaborativa, lembrando que a palavra ‘colaboração’ tem, em seu radical, o termo ‘labor’, que significa ‘trabalho’.

Colaborar, então, significa trabalhar em equipe, formando um corpo, no qual cada membro executa as suas funções, visando o bem da totalidade, isto é, da empresa ou corporação.

Nesse sentido, devem ser adotados padrões morais pertinentes às relações dos profissionais entre si, com os empregadores e com a sociedade, especialmente com os usuários de seus produtos e serviços.

Como os Códigos de Ética são limitados, quando as obrigações morais entrarem em conflito, os profissionais deverão usar o bom senso, o qual, de acordo com René Descartes, “é a coisa mais bem distribuída do mundo” e “cada um cada um pensa estar bem provido dele” (DESCARTES, 2001, p. 05).

Considerando que isso seja verdadeiro, devemos admitir que há questões no ambiente corporativo que serão solucionadas não só obedecendo-se às regras gerais da empresa, as quais não dão conta de todas as situações,

mas sim devido ao exercício livre e rigoroso da razão em busca das melhores decisões.

A diferença de opiniões é salutar no ambiente corporativo, e torna-se uma oportunidade para a argumentação e o diálogo, a fim de se chegar a um consenso, o qual é necessário, visto que há uma diversidade de pontos de vista sobre o mesmo assunto. E como há uma diversidade de pontos de vista, isso não quer dizer, necessariamente, que algumas pessoas sejam egoístas ou altivas, “porém, somente unicamente do fato de encaminharmos nosso pensamento por diversos caminhos e não levarmos em conta as mesmas coisas” (René DESCARTES, 2001, p. 05).

Nesse sentido, do ponto de vista das relações entre empregados e empregadores, em lugar das lideranças autocráticas, líderes e colaboradores devem primar pela manutenção do bom relacionamento, bem como da confiança entre os membros da equipe, pois o resultado do trabalho depende da colaboração mútua.

Para que isso seja alcançado, além de ser fundamental a boa comunicação entre os membros das corporações, é necessário que se adote um alto padrão ético. A lealdade e a obediência dos funcionários às corporações devem ser prestadas de acordo com a Lei, pois as empresas não podem obter vantagens obrigando seus colaboradores a transgredir a Lei.

Por outro lado, problemas morais se apresentam em diversas situações no âmbito profissional. Por exemplo, quando um profissional é solicitado a prestar os serviços chamados popularmente de “por fora”, isto é, não respeitando o contrato com a empresa em que trabalha, ou quando, de qualquer outra forma, favorece a si mesmo, em lugar de atender aos interesses do empregador.

Do ponto de vista da ética, enfim, os profissionais devem zelar por sua imagem, da sua classe e da empresa em que atuam, primando sempre pela melhor decisão moral. E quando os códigos éticos não forem suficientes para a resolução de seus conflitos e para a tomada da melhor decisão moral, poderão adotar alguns princípios de caráter geral, tais como o imperativo categórico de Kant, que diz: “Age de tal maneira que a tua ação se torne também um modelo

universal”, máxima conhecida como o imperativo categórico (IMMANUEL KANT, 1974). Tal imperativo “ordena uma ação que é boa em si mesma, por si mesma objetivamente necessária” (ABBAGNANO, 2005, p. 545).

Outro princípio considerado universal é aquele que se apresenta na seguinte afirmação: “Como quereis que as pessoas vos tratem, assim fazei a elas da mesma maneira”.⁴ De acordo com Thomas Hobbes, nesse princípio se resume toda a Lei Natural, isto é, a lei derivada da razão (HOBBS: 1973, p. 103).

A adoção desse princípio possibilitaria a superação do egoísmo, bem como do desejo de poder e mais poder, o qual, de acordo com Hobbes, só cessa com a morte (HOBBS, 1973, p. 60). E tal desejo está presente no ambiente corporativo, dificultando as relações humanas, o clima organizacional e a qualidade do trabalho.

Logo, é necessário ter princípios morais elevados para contribuir com o clima organizacional, ainda que os conflitos de pontos de vista e mesmo os conflitos pessoais continuem a existir. Face a isso, deve-se buscar o consenso, próprio de quem tem boa vontade, a qual consiste em “comportar-se exclusivamente de acordo com o dever” e que “é exaltada como o que existe de melhor no mundo ou também fora do mundo” (ABBAGNANO, 2005, p. 1008).

IV – A IMPORTÂNCIA DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NAS ORGANIZAÇÕES

Além da competência profissional, no ambiente de trabalho deve-se manter a empatia, o respeito pelo outro enquanto pessoa e a boa comunicação: saber ouvir, saber falar e saber interpretar o que se ouve.

Os líderes devem ter consciência de sua dinâmica emocional, pois seu temperamento pode ter efeitos destrutivos na equipe. Ser arrogante e intimidar a equipe pode ter efeitos destrutivos. De acordo com Daniel Goleman (1990, p. 190), os chefes vistos como dominadores e manipuladores deram lugar, a partir

⁴ Lucas 6: 31. *Bíblia King James* (<https://bibliaportugues.com/luke/6-31.htm>), acesso: 04/03/2022)

dos anos 1980, aos que demonstram virtuosismo em suas aptidões interpessoais.

Ainda de acordo com o citado autor, as avaliações dos funcionários devem ser feitas respeitando-os enquanto pessoas, não só pela condição de funcionários ou peças de uma engrenagem. Repreendê-los em público, de forma a desqualificá-los diante de seus colegas, é desencorajador e improdutivo. O adequado é valorizar o seu empenho e mostrar em que aspectos do trabalho eles podem melhorar. Isso é o que Goleman chama de “administrar com o coração” (GOLEMAN, 1990, p. 190)⁵.

Nesse sentido, as aptidões emocionais básicas são proveitosas para o trabalho, tais como: estar em sintonia com os sentimentos do outro, saber lidar com as discordâncias e participar da execução do trabalho de forma solidária. Nesse clima organizacional, a liderança deixará de ser uma forma de dominação, exercendo-se a arte de convencer as pessoas a trabalhar, tendo em vista um objetivo comum, podendo substituir, assim, o individualismo pelo espírito de equipe (GOLEMAN, 1990, p. 192).

A inteligência emocional possibilita que as pessoas que exercem a liderança e os membros da equipe externem suas críticas de forma construtiva. Em tal ambiente organizacional, as pessoas que tiverem consciência de sua dinâmica emocional, poderão lidar de forma positiva para com a diversidade dos pontos de vista, não fazendo das divergências de paradigmas uma fonte de discórdia na equipe e na execução do trabalho.

Nesse aspecto, é pertinente que as críticas dos líderes, afirma Goleman, sejam feitas de forma hábil, concentrando-se no que o funcionário fez e no que ainda poderá fazer, sem desqualificar sua competência, nem o atacando raivosamente enquanto pessoa (GOLEMAN, 1990, p. 194).

Outra tese importante de Goleman em relação ao ambiente de trabalho, diz respeito aos líderes autoritários, que intimidam seus funcionários, podendo, com isso, levar a empresa ao insucesso. Muitos funcionários, por medo dos

⁵ Daniel Goleman, *Inteligência emocional*: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente. Todas as citações dessa obra de Goleman no presente trabalho são feitas a partir da edição online disponível em (https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4133507/mod_resource/content/2/Inteligencia-emocional-Daniel-Goleman.pdf), acesso em 04/03/2022.

chefes autoritários, executam ordens que não são racionais, mas o fazem sabendo que a solução para determinados problemas seria outra. Goleman narra mesmo a ocorrência de um desastre aéreo, que provocou a morte de dez pessoas, em 1978, em Portland, no Oregon, devido ao autoritarismo de um piloto, no caso, o chefe da tripulação (GOLEMAN, 1990, p. 190).

De acordo com Goleman, os copilotos tinham muito medo das reações dele, e mesmo prevendo a tragédia que ocorreria com uma manobra que o piloto fez, não manifestaram oposição, vindo o avião a cair, o que provocou a morte de dez pessoas. Para enfatizar os perigos da liderança autoritária, especialmente no caso da aviação, Goleman adverte o leitor de que “oitenta por cento dos acidentes aéreos são devidos a erros que poderiam ter sido evitados, se a tripulação trabalhasse de forma mais harmônica” (GOLEMAN, 1980, p. 190).

É necessário, portanto, trabalhar em equipe, mantendo a boa comunicação, a cooperação, reservando um tempo de qualidade para ouvir o outro e expor seu ponto de vista. Isso, de acordo com Goleman, constitui-se nas bases da inteligência social, observando o citado autor, que em uma corporação, onde é natural que o trabalho seja realizado em equipe, além das habilidades técnicas, é necessário o desenvolvimento das boas relações humanas, tanto profissionalmente quanto no exercício da empatia, de forma geral (GOLEMAN, 1980, p. 190).

Ainda a respeito da importância da comunicação entre os membros de uma tripulação, Goleman afirma, metaforicamente, que qualquer organização, devido ao poder e aos efeitos das decisões tomadas pelos líderes, é comparável à cabine de um avião, da qual pode partir tanto uma decisão sensata quanto uma que pode provocar um desastre. O citado autor, no entanto, observa que não é necessário passar por uma experiência trágica, como a narrada acima, para que se confirme que um líder que tem um temperamento incontrolado, é arrogante e intimida seus subordinados, provocando efeitos destrutivos na empresa em que dirige (GOLEMAN, 1980, p. 190).

Lideranças com esse perfil são responsáveis, em parte, pela baixa

produtividade, por erros e acidentes, bem como pela perda de funcionários que procurarão ambientes mais saudáveis para exercer sua profissão (GOLEMAN, 1980, p. 190).

Todas essas constatações evidenciam que o baixo nível de inteligência emocional no ambiente de trabalho provoca sérios prejuízos para as corporações, “e quando isso se generaliza, as empresas desabam e vão à ruína” (GOLEMAN, 1980, p. 190).

Quanto à questão da diversidade e dos preconceitos que estão presentes no ambiente organizacional, Goleman afirma:

Os preconceitos são um tipo de aprendizado emocional. Os sentimentos preconceituosos se formam na infância, ao passo que as crenças usadas para justificá-las vêm depois. Mais tarde, você pode não querer ser mais preconceituoso, mas é muito mais fácil mudar crenças intelectuais que sentimentos arraigados. Contudo, como os preconceitos são um tipo de aprendizado emocional, é possível o reaprendizado – embora leve tempo e não se deva esperar que surta efeito em uma única jornada de treinamento para a diversidade. O que pode contar, porém, é a camaradagem constante e os esforços diários para uma meta comum de pessoas de diferentes origens. A lição, neste caso, vem da dessegregação nas escolas (GOLEMAN, 1980, p. 202).

É preciso, portanto, de um esforço moral para que as pessoas se libertem dos preconceitos, visto que eles são transmitidos e reproduzidos culturalmente, como se fossem naturais. Por isso, a luta contra o preconceito – seja a discriminação racial, de classe social, de gênero, de orientação sexual, de confissão de fé, de ideologia política etc. – é necessária à sociedade como um todo, bem como ao convívio salutar no ambiente corporativo⁶.

V – A NECESSIDADE DO TRABALHO EM EQUIPE NAS CORPORAÇÕES

Em relação ao trabalho no mundo corporativo, Robbins (2005) afirma

⁶ As citações da obra *Inteligência Emocional*, de Goleman, foram feitas a partir da edição disponível em (https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4133507/mod_resource/content/2/Inteligencia-emocional-Daniel-Goleman.pdf), acesso em 10 e 11/03/2022.

que tem havido uma valorização crescente das equipes, ressaltando que são poucas as pessoas que executam o trabalho em equipe de forma voluntária. São solitárias ou valorizam mais seu reconhecimento enquanto indivíduos. Não como integrantes de uma equipe, preferindo ser notadas por aquilo que realizam pessoalmente na empresa⁷.

Robbins pondera, dizendo que é grande o número de empresas que incentivam as realizações pessoais em lugar do trabalho em equipe, nas quais se adota um modelo competitivo de trabalho, e onde, de acordo com o citado autor, “apenas os fortes sobrevivem”. Para tais empresas, a opção pelo trabalho em equipe as levaria a adotar novos procedimentos em relação aos “funcionários egoístas e egocêntricos que criaram”. É digno de nota que o valor que se atribui ao individualismo e ao coletivismo varia de acordo com os valores morais de cada cultura, acrescentando, ainda, que “as equipes se ajustam melhor a culturas coletivistas”⁸. Nesse sentido, Harold Lasswell observa, que “o individualismo da sociedade capitalista e o coletivismo da sociedade socialista são inculcados do berço ao túmulo”⁹.

Diante dessas diferenças culturais, o trabalho em equipe em sociedades, cujo individualismo é elevado, torna-se mais raro, como nos Estados Unidos, cujos nativos raramente desenvolveram a habilidade de trabalhar em equipe e em cujas escolas os estudantes nunca receberam um boletim com as notas do grupo.

Esses estudantes, certamente, como os estudantes brasileiros, não conhecem os nomes dos marinheiros que viajaram com Cristóvão Colombo, ou com Pedro Álvares Cabral, ou com Maurício de Nassau. Isso se deve ao fato de que em nossa cultura predomina a valorização dos feitos dos indivíduos, não do grupo, e mesmo nos esportes coletivos, há uma tendência a privilegiar os indivíduos, não a equipe.

No desporto isso ocorre também, privilegiando-se mais o indivíduo do que as equipes. No futebol, por exemplo, Pelé foi o destaque das Copas mundiais de 1958 e 1970. No Basquetebol, destacaram-se, dentre outras, as

⁷ Robbins, op. cit., p. 223

⁸ Robbins, op. cit., p. 223.

⁹ H. Lasswell, *Política: quem ganha o que, quando, como*, 1984, p. 31.

atletas Hortência, Paula e Janete, em diversas competições internacionais, enquanto que, no futebol feminino, destacou-se, por vários anos, a jogadora Marta.

Já nos esportes individuais, como a canoagem, o hipismo, o atletismo, as maratonas, as artes marciais, o boxe, por exemplo, apesar do destaque presente nas reportagens em relação aos treinadores, a atenção maior é dispensada à pessoa que, no fim das contas, compete.

Esse caráter individualista da cultura capitalista, de acordo com Robbins, se constitui em um desafio para os gestores que procuram desenvolver o trabalho em equipe. De acordo com Robbins, no entanto, além das barreiras culturais para o trabalho em equipe, impõe-se a necessidade de redefinir o conceito de sucesso dos funcionários, o qual “não é mais definido em termos de seu desempenho individual”¹⁰.

O trabalho em equipe, para ser produtivo, exige que cada pessoa tenha consciência de que faz parte de uma equipe. Outro requisito fundamental é a qualidade da comunicação, a qual deve ser feita de forma livre e com veracidade. As diferenças de pontos de vista devem ser colocadas de forma a promover a resolução dos conflitos, priorizando o bem do grupo em lugar da busca de metas de caráter pessoal.

Robbins estabelece, neste contexto, que “para muitos funcionários, esta é uma tarefa difícil – quando não impossível”, reiterando que “o desafio de criar membros de equipes é maior quando a cultura vigente é altamente individualista”, e quando o trabalho em equipe é adotado em organizações que sempre priorizaram o desempenho e a realização do indivíduo¹¹.

Grandes empresas, de acordo com Robbins, devem sua prosperidade, em parte, à contratação de “estrelas do mundo empresarial e criaram um clima competitivo que estimulava as conquistas e o reconhecimento individuais”¹². Em tal ambiente organizacional, a implementação do trabalho em equipe exige uma adaptação dos funcionários que foram ensinados a alcançar o sucesso na carreira priorizando o trabalho individual em lugar do trabalho em equipe.

¹⁰ Robbins, op. cit., p. 223.

¹¹ Robbins, op. cit., p. 223.

¹² Robbins, idem, ibid.

Observando tal realidade, talvez o ideal fosse fazer uma releitura do conceito de Aristóteles, segundo o qual, “a virtude consiste no justo-meio entre dois vícios: um por excesso, o outro por falta”. De acordo com o sábio, os vícios são, portanto, “extremos opostos, cujo meio termo é a virtude”¹³. Por exemplo, a abstinência e a intemperança são vícios, cujo meio termo é a moderação. Semelhantemente, a covardia e a temeridade são vícios, cujo meio termo é a coragem.

Seguindo esse modelo de uma ética que tenha por base o equilíbrio entre o excesso e falta, não correríamos o risco de chegar à mesma situação de um executivo citado por Robbins, o qual assim descreveu sua passagem do trabalho, centrado no indivíduo ao trabalho em equipe: "Estou aprendendo minha lição. Acabo de obter minha primeira avaliação de desempenho negativa, em 20 anos de carreira"¹⁴.

Robbins observa que, enquanto há colaboradores que têm habilidades interpessoais e podem integrar uma equipe de forma eficaz, outros não possuem tal qualificação, devendo ser preparados para desempenhar funções em equipe. Nesses casos, o treinamento pode levar um colaborador a adquirir a habilidade de trabalhar em grupo, exercendo uma função como membro de um organismo. Nesse sentido, a noção de corporação deriva da totalidade do corpo, biologicamente, em que cada membro exerce, de forma conjugada, uma função.

Uma metáfora pedagógica sobre isso, foi enunciada pelo Apóstolo Paulo, nos seguintes termos:

O corpo é um e tem muitos membros, e todos os membros, sendo muitos, constituem um só corpo. Se disser o pé: Porque não sou mão, não sou do corpo; nem por isso deixa de ser do corpo. Se o ouvido disser: Porque não sou olho, não sou do corpo; nem por isso deixa de o ser. Se todo o corpo fosse olho, onde estaria o ouvido? Se todo fosse ouvido, onde, o olfato?¹⁵

Em relação à aplicação dessa metáfora ao mundo corporativo, é notório que Robbins afirma que as pessoas podem ser treinadas para exercer suas

¹³ Aristóteles. *Ética a Nicômaco*, II, 6. São Paulo: Abril, 1973.

¹⁴ Robbins, 2005, *op. cit.*, p. 223.

¹⁵ I Coríntios 12:12 e 15-17 (<https://www.bible.com/pt/bible/1608/1CO.12.ARA>, acesso: 11/03/2022).

funções em equipe. Robbins toma como exemplo, o empenho dos técnicos dos desportos coletivos, os quais se esforçam para que os atletas e as atletas, ainda que tenham habilidades singulares em relação a muitos companheiros de profissão, desenvolvam as habilidades do trabalho em equipe. Do contrário, estariam cometendo uma contradição óbvia, pois se a natureza de muitos esportes é trabalhar em conjunto, por que ser individualista e pensar apenas na própria carreira?

Em relação ao mundo corporativo, Robbins observa que os executivos e outros membros da corporação que estejam habituados ao trabalho individual podem receber um treinamento para a habilitação no trabalho realizado de forma coletiva.

Diversas organizações, de acordo com Robbins, “estão se reestruturando para o trabalho em equipe”, porém, é previsível que haja colaboradores que, por demonstrarem resistência diante dessa mudança de paradigmas, nem passem pelo treinamento. Dessa forma, conclui Robbins, “esses indivíduos acabam se tornando vítimas fatais da abordagem de equipes”¹⁶.

Por outro lado, assim como em relação à natureza ocorre uma adaptação dos seres humanos, chegando Francis Bacon a afirmar que “à natureza não se vence, senão quando se lhe obedece”¹⁷, de forma semelhante, o trabalho em equipe tornou-se uma necessidade para a própria sobrevivência dos colaboradores no mercado.

De forma ampla, entretanto, todos os membros das corporações colaboram, em equipe ou individualmente, para o bem da empresa, mesmo os que, individualmente, executam tarefas individuais, tais como abrir e fechar o portão, acionar um dispositivo de segurança, fazer a limpeza do local de trabalho etc., pois cada função exercida coopera para o bem do corpo, isto é, da empresa, essa pessoa fictícia, artificial, que é formada, invariavelmente, por pessoas reais.

¹⁶ Robbins, op. cit., p. 223.

¹⁷ Francis Bacon, *Novum Organum*, aforismo III, *apud* Andrey Andrade, in: *Francis Bacon: Acerca da concepção de vitória sobre a Natureza*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme observamos neste trabalho, os líderes e colaboradores das corporações devem atentar, especialmente no mundo marcado pela globalização, que exige o desenvolvimento de novas competências, para o valor da comunicação de qualidade no mundo corporativo.

Especialmente deve-se primar pelo diálogo e pela busca de um consenso entre os colaboradores e os que exercem cargos de liderança, visto que não basta ocupar um cargo de comando para ser detentor da verdade. Nossa cultura, em geral, é tão marcada pelo autoritarismo, que frequentemente se ouve a expressão dogmática assim enunciada: “manda quem pode, obedece quem tem juízo”.

A globalização trouxe novos desafios também para a comunicação, de tal modo que vivemos, de acordo com Octavio Ianni, em uma aldeia global, e cada vez mais se torna atual a afirmação de Carlos Drummond de Andrade, de que a cada dia é necessário tomar conhecimento de novas palavras e de suas combinações, a fim de que construamos uma comunicação de qualidade, especialmente nas relações humanas e no mundo corporativo.

Como se vê, há tantas dificuldades de comunicação que, às vezes, ocorrem erros absurdos, como o mencionado por Cristo, que perguntou: “Qual é o homem que, se porventura o filho lhe pedir pão, lhe dará pedra? Ou, se lhe pedir peixe, lhe dará uma cobra?”¹⁸.

A interpretação incorreta, nesse caso, depende, não de uma questão de linguagem, mas de ética, pois Cristo se refere à maldade do interior do homem, de tal modo, que uma comunicação de qualidade exige não só que tenhamos capacidade de interpretação suficiente, mas, também, que tenhamos boa vontade e o empenho para que a comunicação de qualidade seja alcançada, tanto nas relações humanas em geral, quanto no ambiente corporativo.

As novas competências exigidas dos gestores e colaboradores nas organizações não dizem respeito, portanto, apenas e exclusivamente aos aspectos técnicos da comunicação e da gestão, mas incluem também a

¹⁸ Mateus 7:9-10, Bíblia Almeida Revista e Atualizada.

competência emocional, o esforço para o trabalho em equipe, contra o paradigma individualista da ética capitalista, para o qual o ambiente corporativo é um local de concorrência entre os seus membros, o que levará, fatalmente, o corpo, isto é, a empresa, ao fracasso.

Nesse aspecto, o pensamento de William James adquire um grande valor no mundo corporativo, e com a vida moral, de maneira mais abrangente, pois para o filósofo e médico, as ideias devem ser avaliadas de acordo com suas relações com a vida e com seus efeitos na experiência.

Sua indagação a respeito da diferença prática entre adotar uma ideia de preferência a outra, tendo em vista os resultados, não quer dizer necessariamente que ele prescindisse do conhecimento da verdade, pois era um homem da Ciência, considerado o fundador da Psicologia norte-americana.

Seu livro *Pragmatismo*, publicado no ano de 1900, foi recebido com tamanha aclamação pelo público, que isso reforçou a sua convicção a respeito da veracidade de suas ideias, e tanto nessa obra quanto em *O Significado da Verdade* (1909) apresentava uma exigência de que “as ideias fossem testadas por sua relação com a vida e seus efeitos na experiência”¹⁹.

Por isso, à afirmação de William James (1842-1910), de que a maior descoberta de sua geração foi a de que “da maneira que pensarmos, assim seremos”, deve-se acrescentar também que, da maneira que sentirmos, assim seremos²⁰. O célebre cientista e filósofo também afirmou: “If you can change your mind, you can change your life”.

Essa equação ideal, então, entre pensamento e ser, pensamento e vida, pensamento e trabalho, pensamento e ética, leva-nos a dar o passo de volta a Aristóteles, que afirmou que “a virtude consiste no justo-meio entre dois vícios: um por excesso, o outro por falta”. Logo, como defende Goleman, é necessário administrar e comunicar-se, no ambiente corporativo, não só com a razão, mas também com o coração, sem que a empresa decaia, porém, para a perda da qualidade, tanto da comunicação quanto da produção e da lucratividade.

19 *The Works of William James*, in: <https://www.hup.harvard.edu/collection.php?cpk=1162> (acesso:11/06/2020).

²⁰ Zenon Lotufo Jr., *Crescer: caminhos para a realização*, p. 15.

REFERÊNCIAS

ARGENTI, Paul A. *Comunicação empresarial. A construção da identidade, imagem e reputação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Abril, 1973.

CURVELLO, João José Azevedo. *Comunicação interna e cultura organizacional*.
(<http://www.acaocomunicativa.pro.br/Livro/LivroComIntCultOrg2012-EBook.pdf>)

GOLEMAN, Daniel. *Inteligência Emocional*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
(https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4133507/mod_resource/content/2/Inteligencia-emocional-Daniel-Goleman.pdf)

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. 2. ed. S. Paulo: Abril, 1979.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. S. Paulo: Abril, 1974.

LOTUFO JR., Zenon. *Crescer: caminhos para a realização*. S. Paulo: Nascente, 1985.

MARIEL, Pierre-Marie. *Vertu éthique et rationalité pratique chez Aristote*.
(<https://journals.openedition.org/philonsorbonne/892?lang=en#:~:text=C'est%20en%20autre%20un,trauve%20et%20choisit%20le%20milieu>)

NASH, Laura. *Ética nas Empresas*. São Paulo: Makron Books, 2001.

ROBBINS, S. P. *Comportamento Organizacional*. S. Paulo: Pearson, 2005.
(https://admdotunisa.files.wordpress.com/2019/03/robbins_2009_livro_comportamento_organiz.pdf)

ROCHA, Ricardo C. *Comunicação empresarial: uma investigação a partir da análise de swot*. Dissertação de Mestrado. Universidade Fernando Pessoa. Porto: 2018.

ROSENBERG, Marshall B. *Comunicação não-violenta. Técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais*. S. Paulo: Ágora, 2006.

SCHEID, Daiane et alii. *Tendências em comunicação organizacional. Temas emergentes no contexto das organizações*. Frederico Westphalen: FACOS, 2019
(<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/330/2019/12/ebook-Tend%C3%AAsncias.pdf>).

SOUSA, Daniele A. *Inteligência emocional no trabalho*. Brasília: UNICEUB, 2013
(<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/4955/1/2055020-6.pdf>).

WEIL, Pierre. *Relações humanas na família e no trabalho*. Petrópolis: Vozes, 1986.

WEISINGER, Hendrie. *Inteligência emocional no Trabalho*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

O PARI PASSU DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO CAMINHO PARA JOVENS NA BOLSA DE VALORES

English title: THE PARI PASSU OF FINANCIAL EDUCATION AS A PATH FOR YOUNG PEOPLE IN THE STOCK EXCHANGE

doi> [10.33726/akdpapers2447-7656v15a92023p5264](https://doi.org/10.33726/akdpapers2447-7656v15a92023p5264)

MENDES, Naiara¹

SILVA, Adriano²

PESSOA, Marcelo³ –  <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: A educação financeira orienta os jovens para bons hábitos de consumo, para que possam conquistar melhores condições de vida, podendo ser inserida desde a infância. Por meio dela, buscam-se melhorias comportamentais, atitudes e posturas que evitam o endividamento. Como resultado parcial do estudo, vemos um crescimento do número de jovens endividados, com o nome incluso em instituições de proteção ao crédito, como SPC/SERASA, o que prejudica no consumo e até na carreira profissional. Para o desenvolvimento metodológico dessa pesquisa, se realizou uma revisão bibliográfica, com o objetivo de fornecer ao leitor uma iniciação à ciência do dinheiro, mostrando como a educação financeira auxilia no estabelecimento de uma relação sadia com as finanças, devendo ser iniciada desde a infância. Dá o esteio da sustentação aos argumentos aqui dispostos, a produção de Navarro (2010).

PALAVRAS-CHAVE: Educação Financeira, Endividamento, Finanças Pessoais

ABSTRACT: Financial education guides young people towards good consumption habits, so that they can achieve better living conditions, and can be introduced from childhood. Through it, behavioral improvements, attitudes and postures that avoid indebtedness are sought. As a partial result of the study, we see a growth in the number of indebted young people, with their name included in credit protection institutions, such as SPC/SERASA, which harms consumption and even their professional career. For the methodological development of this research, a bibliographical review was carried out, with the objective of providing the reader with an initiation to the science of money, showing how financial education helps in establishing a healthy relationship with finance, and should be started from childhood. It provides the mainstay of support for the arguments presented here, the production of Navarro (2010).

KEYWORDS: Financial Education, Debt, Personal Finance

¹ Graduanda do Bacharelado em Administração, na Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – Unidade Frutal.

² Graduando do Bacharelado em Administração, na Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – Unidade Frutal.

³ Bolsista de Produtividade Científica – Chamada 10/2022 – Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa – PQ / UEMG.

INTRODUÇÃO

O Artigo trata da importância da educação financeira na vida dos jovens, e, como no Brasil, isso tem se tornado um grande problema para a sociedade. Por meio de um estudo bibliográfico, foi realizado um questionário estruturado, aplicado a jovens universitários, do Curso de Administração, da Pontifícia Universidade Católica. Segundo um dos textos resenhado, por meio da empresa XP Investimentos, que é uma corretora de investimentos, localizada em Uruguaiana, Rio Grande do Sul – RS, foi possível obter dados para se verificar em que condição se encontra a educação financeira dos jovens.

Pudemos observar com isso, que a maior parte do público disposto a responder a enquete, veio do contexto feminino, e se concentrava abaixo dos 30 anos, o que era de se esperar, aliás, visto que a pesquisa se concentrou em uma universidade, onde a média de idade é bem jovem.

A maioria desses jovens mostraram desconhecerem pontos fundamentais da educação financeira, mesmo sendo estudantes de Administração, o que surpreende, de pronto, quem quer que se dedique a investigar este tema em tal cenário. Alguns jovens (apenas 32 entrevistados), por outro lado, e isso, já dentro do ambiente da própria XP Investimentos, disseram diversificar suas carteiras de investimentos, o que quer dizer que investiram em várias aplicações financeiras, fazendo investimentos com menos risco, o que é realmente mais aconselhável.

Aqueles, por sua vez, que mostraram pouco conhecimento sobre o assunto ‘finanças pessoais’, informaram não diversificar as aplicações, preferindo, na melhor das hipóteses, o conservadorismo da caderneta de poupança, que é um investimento de baixo risco, mas com pouco retorno.

Dos jovens investidores abordados, revela o retrovisor dos fatos, 84% ousaram e aplicaram mais de metade do seu capital em investimentos que nunca até então fizeram, o que é um grande risco, posto que isto é colocar muito capital em investimento novo, mostrando, de pronto, uma imaturidade dos jovens com relação ao mundo dos investimentos, o que se reflete também no contexto, do qual, 92% dos entrevistados nunca investiram em ações,

enquanto que os primeiros arriscaram, querendo entrar no mercado de investimentos, os outros talvez, pela própria consciência da falta de conhecimentos sobre o assunto, prefere não arriscar.

E é esse o esboço geral do Artigo, isto é, tratar de como o brasileiro está propício ou não para investimentos, destacando a importância da educação financeira para que isso ocorra. Compara-se esse dado, com os do Estados Unidos, país onde cerca de 30% da população investe de ações. No Brasil, neste quesito, temos apenas 0,31%. Isso mostra para as pessoas a senda da estabilidade financeira de todo um país, ao mesmo tempo em que se prepara os jovens para investir, melhorando o *status* da educação financeira, atingindo a todos, começando isso desde as próprias casas, com as crianças, ensinando sobre guardar dinheiro, de comprar consciente:

[...] há pessoas que acreditam que a criança já sai do ventre da mãe com as atitudes formadas em relação ao dinheiro. E outras que entendem que ela é ensinada a lidar com ele. Para o referido autor a criança é ensinada a pensar e a agir no que diz respeito às finanças. O mesmo vale para os adultos. Todos são instruídos a pensar e a agir de determinada maneira no que se refere a dinheiro. Esses ensinamentos se transformam no condicionamento, que são todas as respostas automáticas que os indivíduos carregam. A menos que sejam capazes de reciclar seus arquivos mentais a respeito de dinheiro (EKER, 2006, p. 25).

Hoje, há meios seguros para a promoção da capitalização. As corretoras atuam neste segmento, há órgãos de fiscalização supervisionados, tanto pelo Estado quanto por auditorias independentes, negociando ações, títulos públicos, fundos de investimentos coletivos, usando uma carteira de investimentos diversificados, no que já é perceptível notar um aumento dos investidores, especialmente se comparados ao ano 2000. Muito ainda tem que ser feito para o mercado de ações ganhar a confiança das pessoas, mas a educação financeira é um importante passo para acelerar esse resultado:

Educação Financeira é um processo que estimula o desenvolvimento de conhecimento, aptidões e habilidades, transformando indivíduos em cidadãos críticos, informados sobre os serviços financeiros disponíveis e preparados para administrar suas finanças pessoais evitando ser manietados pelas propagandas que levam a um consumo desenfreado e ao seu consequente endividamento pessoal (AMADEU, 2009, p. 15).

Uma das justificativas para a realização de uma varredura bibliográfica como esta, prende-se ao fato de que, um dos principais fatores que levam ao endividamento da população, é a ausência de educação financeira para jovens. Sem este aprimoramento desde o início da sua relação com dinheiro, há grandes chances de a vida financeira dos jovens se tornar complicada. Desta forma, a educação financeira para jovens tem cunho preventivo, combatendo o superendividamento, visando à melhoria das suas finanças de todos.

A educação financeira para jovens é importante, também, porque será por intermédio dela, que pessoas que ainda estão em processo de formação aprenderão a gerir seus recursos da melhor forma possível. Tanto para não enfrentarem problemas desnecessários quanto para fazerem melhores escolhas durante a sua vida adulta. É e justamente na juventude e na adolescência, entre 12 e 18 anos, momento em que o cérebro processa melhor estas informações, que assimilar estes hábitos economicamente saudáveis pode se transformar em rotina para toda a vida.

Por isso, há quem defenda a inclusão da educação financeira nas escolas, para auxiliar neste processo de aprendizado de modo precoce e coletivo, semelhante às aulas de economia doméstica, dadas nas escolas dos Estados Unidos. Com acesso à educação financeira neste formato, os jovens poderão apresentar maior autonomia e independência para lidar o seu dinheiro, tanto na adolescência quanto na vida adulta. A autonomia é de grande importância na formação de indivíduos responsáveis e independentes:

Há muitas interpretações sobre o significado do termo educação financeira. Há quem entenda que ele esteja associado a ganhar dinheiro e ser bem-sucedido, mas os especialistas consideram que o termo implique em saber onde gastar e aplicar e aplicar o que sobra (PIRES *et al*, 2012, p. 721).

Argumenta-se em torno destas questões, que os jovens têm uma forma própria de ver o mundo e aprender novas informações. Por isso, dificilmente, numa sala de aula convencional, se conseguirá prender a sua atenção, ainda mais quando falamos sobre a 'Geração Z', que já nasceu conectada à internet e aos aparelhos eletrônicos que a ela dão acesso.

Quando falamos sobre nossos filhos, é relevante ter em mente que nada

ensina mais do que o exemplo. Assim, vale a pena inclui-los no planejamento financeiro da família, mostrar como isso funciona, de onde vem o dinheiro e o seu valor. Neste sentido, é fundamental que os adultos que convivem com este jovem também saibam administrar as suas finanças.

Afinal, um pai endividado, por conta de maus hábitos, tende a transferir esse comportamento aos seus filhos. Filhos de um bom investidor tendem a ter interesse em fazer seus próprios recursos renderem. Assim, a educação financeira para jovens começa com o aprimoramento também dos pais e dos demais tutores.

Por lei, a disciplina de educação financeira é obrigatória na rede básica de ensino, mas atualmente essa matéria não faz parte da grade curricular, fazendo com que a maioria dos jovens precise receber, em casa ou na escola, os ensinamentos de como planejar melhor seu consumo e seu futuro de forma cautelosa e responsável. A educação financeira tem como objetivo auxiliar as pessoas na gestão das suas finanças e planejamento de longo prazo, além de alertar situações de fraude e o incentivo ao consumo consciente.

Vale dizer, que o Brasil, tem cerca de 47% dos jovens entre 18 e 25 anos, e que estes não fazem o controle de seus gastos. De acordo com a SPC (Serviço de Proteção ao Crédito), são 8,6 milhões de jovens inadimplentes no país, e isso é reflexo de um gasto excessivo e espelho da nossa falta de cultura em relação ao ensino sobre finanças.

Logo, para se livrar do endividamento, já na fase adulta, um bom começo, é estudar o tipo de investimento que você quer começar a fazer. Realize cursos e participe de fóruns, a fim de obter ajuda e a aprender a conhecer o mundo do mercado de investimentos e seus termos científicos.

Após isso, trace a sua estratégia, medindo os riscos, prazos e retornos esperados. Existem diversos perfis de investidores no mercado, é importante entender em qual você se encaixa e quais riscos pode correr momento de vida atual.

RESERVA FINANCEIRA

Fazer um orçamento detalhado dos gastos mensais é o tipo de recomendação que profissionais do mercado indicam, de modo que nele, no orçamento, constem as despesas fixas, como contas, e variáveis, como transporte e lazer. Reservar um dinheiro que pode ser aplicado em algum investimento de baixo risco também é tido como boa prática, especialmente se este capital puder ser resgatado a qualquer momento.

Essa medida é chamada de 'reserva de emergência' e, como o próprio nome já diz, deve ser usada em momentos inesperados, como perda de emprego, problema de saúde ou algum outro imprevisto que você precise de recursos rapidamente.

Nunca é tarde para se reeducar e criar hábitos, porém, quanto mais cedo começar seu planejamento, melhor será seu desempenho no futuro e sua formação de patrimônio. No Brasil, infelizmente, a educação financeira não é parte do universo educacional familiar, tampouco escolar. Assim, a criança não aprende a lidar com dinheiro nem em casa, nem na escola. As consequências deste fato são determinantes para uma vida de oscilações econômicas, com graves repercussões, tanto na vida do cidadão, quanto na do país.

No entendimento de analistas do Instituto Manubia (2010), trabalhar o mês inteiro e continuar com o saldo no vermelho é a realidade de muitos brasileiros. Os motivos são muitos, mas todos eles refletem uma situação comum: a falta de planejamento financeiro. A solução para este problema é bastante simples: a educação financeira. Para manter a saúde financeira, o segredo é gastar menos do que você ganha. Muito simples. E, quanto antes se aprende, mais cedo começa-se a controlar o dinheiro, melhorando as decisões relativas a gastos e poupança.

A autogestão financeira permite se viver com menos preocupações geradas pela falta de reservas financeiras, traz maior autonomia nas decisões e possibilita o planejamento do futuro de pais e filhos. Dessa forma, sentir-se-á prazer em consumir produtos e serviços, gerando riqueza para o país. Ou seja, a autogestão financeira é necessária para se manter a vida em equilíbrio.

Hoje, constata-se a necessidade de investimentos em ações na

construção de uma sociedade mais justa e igual para todos, compromissada com a melhoria da qualidade de vida e a conscientização da importância da educação financeira desde a infância. Dessa forma, estar-se-á colaborando para a formação de um adulto mais racional sobre suas finanças e valorizando a sociedade como um todo.

A educação financeira tem um valor fundamental na vida dos indivíduos, pois desde muito cedo, já é possível definir o perfil de uma criança no que tange a dinheiro. O fator principal que determina este perfil é a sua criação e educação. Os episódios de desconforto financeiro vivenciados no decorrer de toda uma vida, influenciam-na muito na sua vivência social e emocional. Essa educação, quer seja voluntária ou não, contribui sobremaneira na constituição do seu perfil.

Para o conjunto de autores postulados em nossas Referências, é corrente o entendimento de que é desde criança que se ensina a pensar e a agir no que diz respeito às finanças. O mesmo vale para os adultos. Todos são instruídos a pensar e a agir de determinada maneira no que se refere a dinheiro. Esses ensinamentos se transformam no condicionamento, que são todas as respostas automáticas que os indivíduos carregam.

Ao lado disso, a realidade é que a falta de conhecimento sobre educação financeira vem das gerações anteriores, que repassam para as novas, cenários políticos e financeiros que as gerações anteriores viveram, sendo raras as exceções em que famílias que conversem sobre dinheiro, evitando-se a transmissão de legados negativos.

Na condição de antídotos a se mostrarem diante de verdadeiro 'mal social', Amadeu (2009) destaca que a Educação Financeira desempenha um papel muito importante na manipulação dos poucos recursos que as famílias possuem, estimulando as pessoas a obterem um objetivo econômico em suas vidas. De acordo com o autor, esta educação atua na gestão de fluxo de caixa, fluxo de riscos e no planejamento de futuros gastos:

No entanto, a Educação financeira ultrapassa a noção de se tratar de um simples instrumento de obtenção de informação financeiras e conselhos. Educação Financeira é um processo que estimula o desenvolvimento de conhecimento, aptidão e

habilidades, transformando indivíduos e cidadãos críticos, informados sobre os serviços financeiros disponíveis e preparados para administrar suas finanças pessoais evitando ser manietado pelas propagandas que levam a um consumo desenfreado e seu consequente endividamento pessoal (AMADEU, 2009, p. 26).

Vale lembrar, que a educação financeira não é realizar investimentos, realizar investimentos é consequência eficaz de uma educação financeira. A educação financeira é saber administrar o dinheiro, ter investimentos na bolsa de valores, poupança, imóveis dentre outros, o depende do perfil do investidor, o qual pode mudar com a experiência e maior conhecimento sobre investimentos.

AFINAL, PARA QUE SERVE EDUCAÇÃO FINANCEIRA?

Esta pergunta pode ser respondida da seguinte forma: famílias, de todos os níveis de renda, partilham as mesmas aspirações, procuram suprir suas necessidades básicas de alimentação, educar os filhos, adquirir a casa própria e planejar o futuro. Viver numa situação de pobreza, implica em não possuir renda suficiente para atingir esses objetivos. E, para que possam poupar, até mesmo pequenas quantias, os pobres, além de gastar com cautela, necessitam ter acesso a informações e desenvolver habilidades que propiciem um melhor manejo do dinheiro. Nesse sentido, o objetivo da educação financeira é justamente oferecer-lhes as ferramentas e o poder de conseguir isso.

As necessidades destas ferramentas intensificam à medida em que se observa o crescimento do setor macrofinanceiro, com a consequente proliferação de serviços e produtos oferecidos por este setor. Atualmente, em resposta às pressões de mercado e às dificuldades que as famílias enfrentam ao longo da vida, os produtos desse setor incluem créditos para moradia e educação, contas correntes, poupanças de longo prazo, transferência de recursos e seguros.

Entretanto, de maneira geral, os clientes não compreendem as especificidades de cada uma das alternativas e, por essa razão, não as utilizam em seu melhor benefício. Para que possam comparar as possibilidades que

estão ao seu alcance, os clientes necessitam, além de compreender as características das diversas opções, saber calcular e comparar os custos de cada produto, bem como determinar sua capacidade de endividamento.

A educação financeira ensina boas práticas de administração de finanças em relação a ganhos, gastos, poupança e empréstimos, a educação financeira possibilita à população mais pobre melhor gerenciamento de recursos, compreensão das opções financeiras e melhoria de seu bem-estar. Em contrapartida, as instituições micro financeiras também lucram, pois o cliente informado constitui garantia de melhores resultados.

BENEFÍCIOS PARA A QUALIDADE DE VIDA

Um planejamento financeiro bem-feito é indispensável à vida das pessoas, pois possibilita saber, com antecedência, que caminhos estão sendo trilhados, visando maximizar os resultados econômico-financeiros. Isso traz tranquilidade e menos estresse à vida das pessoas.

Grande parte da população no Brasil, está considerando suas situações financeiras insuportáveis, e até mesmo incontornáveis. Com a saúde financeira prejudicada, a saúde do corpo imediatamente fica abalada, não raro, de maneira permanente. Para Hoji (2012, p. 01). "A saúde financeira tem um significado semelhante à da saúde física e mental. Na realidade, a saúde financeira e a saúde física e mental estão tão entrelaçadas que, em geral, uma depende da outra. "Vale ressaltar que, quem vive estressado, tem mais probabilidade de contrair doenças fisiológicas e mentais", pois, além de viver insatisfeito, terá mais gastos com remédios e tratamentos médicos e psicológicos. Ao passo de que quem está imune a esses problemas, por ter uma boa saúde física e mental, tem uma vida mais prazerosa e pode gastar dinheiro em outras atividades que trazem mais felicidade.

Dor de cabeça e enxaqueca, preocupação e nervosismo excessivo, hipertensão, ansiedade e depressão, insônia, problemas estomacais, fadiga e fraqueza, abuso de drogas, álcool e fumo, desordens alimentares, úlceras, dificuldade de concentração, irritabilidade, moral baixa, dificuldade de relacionamento com a família e amigos, problemas cardiovasculares e

psicológicos, são alguns dos sinais do estresse financeiro:

O estresse financeiro resulta de um sentimento de medo ou de incapacidade de lidar com situações financeiras futuras: incapacidade de pagar contas, de realizar planos, de aposentar-se com dignidade, de dar estudo aos filhos, de manter o padrão de vida anterior. Dada a importância que o poder, o sucesso e segurança financeira assumiram na sociedade moderna, o estresse financeiro acaba resvalando em muitos outros aspectos de nossas vidas, prejudicando além da saúde física, os relacionamentos sociais. O estresse financeiro destrói casamentos, diminui a produtividade do empregado, abala amizades e os contatos familiares (BUSSINGER, 2014, p. 33).

Sabe-se que a população brasileira apresenta altos índices de sobrepeso. Inclusive, neste quesito, que no médio prazo, estaremos alcançando os EUA, o país mais obeso do mundo. É verdade que os confortos do dia-a-dia também aumentaram em grande escala e essas facilidades acabam reduzindo os pequenos exercícios durante o dia.

A maioria da população, em especial jovens e adolescentes, estão conectados à internet, 24 horas por dia. Tudo isso demonstra a significativa melhora das condições financeiras das famílias. Porém, do outro lado deste viés, a porcentagem de brasileiros que praticam atividade física com regularidade é baixa, e o índice de sedentarismo é altíssimo. E, neste ponto, se localiza um dos maiores perigos: doenças, mau-humor, baixa-estima e estresse. Diante disso, é relevante questionar a si mesmo, sobre qual seria a vantagem de se ter uma boa saúde financeira, se isso não recair em ganhos para a sua saúde física e psicológica (FIGUEIREDO, 2013).

Um dos fatores mais relevantes para a preocupação da população com relação às finanças, refere-se ao medo do envelhecimento sem qualidade. Isso explica, por exemplo, o interesse em contratar planos de previdência privada no Brasil, embora esteja longe da real necessidade desta preocupação. Esse medo ainda que esteja relacionado ao futuro, é uma ameaça permanente diante de tanta instabilidade econômica e política.

Seabra (2010a), diz que "saber lidar com o dinheiro, seja para gastar com inteligência, programar suas despesas ou investir adequadamente, é vital para não incorrerem em dívidas e garantirmos uma aposentadoria tranquila".

Para aqueles que ainda não estão endividados e necessitam tomar dinheiro emprestado, faz-se necessário conhecer a sua capacidade de endividamento e para isso é preciso ter um bom controle financeiro. Este controle deve ser capaz de apontar o valor das parcelas que se consegue pagar mensalmente. Será melhor ainda se tal controle ajudar a cortar gastos desnecessários, de modo a providenciar dinheiro extra para quitar a dívida o quanto antes. No caso daqueles que já possuem dívidas, ter um bom controle financeiro também facilita as coisas. Com ele é sempre possível descobrir fontes de recursos extras, vidno de cortes de despesas não essenciais.

Este dinheiro adicional pode então ser usados no pagamento de parte da dívida, o que acarretará menores despesas de juros e, conseqüentemente, mais dinheiro no futuro para outros objetivos. O fato é que se deve controlar as dívidas, e não o inverso (MINHAS ECONOMIAS, 2014).

Atualmente, viagens e aquisições de bens, por exemplo, transformaram-se em sinônimos de qualidade de vida, porém, grande parte dessas conquistas são realizadas através de longos financiamentos. Enquanto as pessoas não pararem de buscar *status* exterior como sinalização de qualidade de vida, irão continuar amargadas em situações financeiras complicadas. Segundo Belynky, *apud* INFOMONEY (2014), "o importante é que a pessoa priorize a satisfação ao consumo. Viver bem não significa comprar mais um celular ou outro carro, e sim aproveitar a vida.

O objetivo de qualquer planejamento é atingir a independência financeira. Contudo, é necessário separar uma pequena parte das reservas ou do próprio salário para o bem-estar. Navarro (2014), afirma que "dinheiro não pode ser problema, tem que ser solução. Ora, a riqueza pressupõe equilíbrio para que seja sustentável. Se tiver que escolher, escolha a qualidade de vida.

É preciso equilibrar os dois mundos: finanças e bem-estar. De acordo com Cerbasi (2012), "quem quiser viver uma vida rica precisa saber aproveitar bem o presente, mas cuidar para que esse presente dure indefinidamente, se preciso". É neste pensamento que se deve pautar todo planejamento financeiro, para que os resultados sejam alcançados de forma eficaz e tranquila.

CONCLUSÃO

A educação financeira não consiste somente em aprender a economizar, cortar gastos, poupar e acumular dinheiro. É muito mais que isso. Saber lidar bem com dinheiro é uma questão de qualidade de vida. Reconhecer esse fato não é comum, pois o planejamento financeiro não é prioridade para a maioria das pessoas, famílias e empresas. A maioria delas só acaba se dando conta de efetuar controles periódicos, quando realmente o dinheiro já se tornou um problema. O ideal seria ter com o dinheiro uma relação saudável. Isto é, organizar-se, elaborar o orçamento, fazer as contas, planejar-se, começar a poupar, investir corretamente. O que, certamente, traria mais tranquilidade e menos estresse ao cotidiano.

Considerando que a busca para a educação financeira é um processo complexo e dinâmico, influenciado por fatores psicológicos, comportamentais, culturais e econômicos, pode-se concluir que a qualidade de vida de toda a população está diretamente relacionada a uma boa saúde financeira.

Figueiredo (2013), ressalta que "as melhores coisas da vida são de graça, como se vê nas propagandas de bancos e cartões de crédito, as quais contrapõem os simples prazeres da vida com aqueles que o dinheiro pode comprar. Para falar a verdade, as melhores coisas da vida dependem da aliança dessa contraposição."

É comum encontrar pessoas que aparentam uma ótima qualidade de vida, porém, sem conhecimento de controle e finanças pessoais. Da mesma forma, não é difícil encontrar pessoas que administram suas finanças de maneira extraordinária e acabam não tendo tempo para aproveitar a vida, de fato.

Deve-se efetuar o planejamento financeiro, tendo em vista o intuito de proporcionar qualidade de vida, a fim de garantir que se tenha – hoje e no futuro – a segurança material e as condições para uma vida feliz, com realização pessoal e profissional.

REFERÊNCIAS

- AMADEU, João Ricardo. A educação financeira e sua influência nas decisões de consumo e investimento: proposta da inserção da disciplina na matriz curricular. *Dissertação de Mestrado em Educação*. Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE. Pres. Prudente – SP, 2009. Acesso em 03/12/2022.
- BUSSINGER, Eliana. *Apud MENDES, Juliana Souza. EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA*. Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Matemática Financeira Aplicada e aos Negócios, da Universidade do Sul de Santa Catarina, 2015, p. 33. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/TCC-JULIANA-DE-SOUZA-MENDES.pdf>. Acesso em 18/05/2023.
- CERBASI, Gustavo. *EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SUSTENTABILIDADE*, 2012. Disponível em: [https://www.bing.com/search?q=CERBASI%20apud%20RODRIGUES\(2012\)&msbd=%7B%22triggeringMode%22%3A%22Explicit%22%2C%22intent%22%3A%22UserHistory%22%7D&form=BFBBQF&cvid=BE9CCBDCFE8942918CDF2A79EB8F](https://www.bing.com/search?q=CERBASI%20apud%20RODRIGUES(2012)&msbd=%7B%22triggeringMode%22%3A%22Explicit%22%2C%22intent%22%3A%22UserHistory%22%7D&form=BFBBQF&cvid=BE9CCBDCFE8942918CDF2A79EB8F). Acesso em 16/02/2023.
- EKER, T. H. *Os Segredos da Mente Milionária*. Rio de Janeiro: Sextante, 2006. Acesso em 22/11/2022.
- FIGUEIDERO, Marina. *Saúde financeira e física*, 2013. Disponível em: <http://www.bolsacarteira.com.br/saude-financeira-e-fisica/>. Acesso em 14/02/2023.
- HOJI, Masakazu. *ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA NA PRÁTICA*. São Paulo: Atlas, 2012.
- INFOMONEY. *Foco na qualidade de vida: o que é educação financeira sustentável?* Disponível em: <http://www.infomoney.com.br/educacao/guias/noticia/817472/foco-qualidade-vida-que-educacao-financeira-sustentavel>. Acesso em 14/02/2023.
- INSTITUTO MANUBIA, 2010. From www.manubia.com.br. Acessado em 03/12/2022.
- MINHAS ECONOMIAS. *Introdução a educação financeira*. Disponível em: <http://www.minhaseconomias.com.br/educação-financeira>. Acesso em 14/02/2023.
- NAVARRO, Conrado. *Riqueza: ser rico sem ser milionário ou pensar em dinheiro*. Disponível em: <http://dinheirama.com/blog/2010/10/19/riqueza-ser-rico-sem-ser-milionario-ou-pensar-em-dinheiro/>. Acesso em: 14/02/2023.
- PIRES, Diniz; LIMA, Olga; DALONGARO, Roberto; SAMPAIO, Patrícia; SILVEIRA, João. Educação Financeira como Estratégia para inclusão de Jovens na bolsa de valores. *Tourism and Management Studies International conference Algarve*, 2013, v.3, p. 719-730. Disponível em: www.redalyc.org. Acesso em 22/11/2022 as 10h.
- SEABRA, Rafael. 10 dicas para organizar sua vida financeira. Disponível em: <http://queroficarrico.com/blog/2011/09/06/10-dicas-para-organizar-sua-vida-financeira/>. Acesso em: 14/02/2023a.
- SEABRA, Rafael. A importância da educação financeira. Acesso em: 14/02/2023. Disponível em: <https://elos.org.br/a-importância-da-educação-financeira-para-jovens/>. acesso 22/11/2022b.

UM OLHAR DINÂMICO PARA A INCLUSÃO SOCIAL: A INSERÇÃO DA PESSOA PCD NO MERCADO DE TRABALHO

English title: A DYNAMIC LOOK AT SOCIAL INCLUSION: THE INSERTION OF THE PCD PERSON IN THE WORK MARKET

 DOI NUMBER: 10.33726/akdpapers2447-7656v15y9in2023p65a78

SILVA, Fabiana Vieira da¹
PESSOA, Marcelo² –  <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: A inclusão social, em evidência no meio empresarial, traz como consequência imediata, tantas certezas quanto sejam as dúvidas em torno da temática. Este artigo tem como objetivo, iluminar parte do cerne desta questão, destacando o contexto das pessoas com deficiência (os PCDs), e suas particularidades referentes às Leis, às lutas e aos debates sociais que têm sido travados para a efetivação de sua inclusão no mundo capitalista. Justifica a realização dessa pesquisa, a necessidade de se esclarecer possíveis interrogações ainda não respondidas sobre o assunto, sobretudo as que envolvem eventuais problemáticas quanto às relações acerca das pessoas com deficiência e seus empregadores. A metodologia empregada neste estudo, é a de revisão bibliográfica, principalmente, de artigos científicos, dispostos tanto em acervos físicos quanto digitais. Os resultados alcançados, são os de que os escritos aqui reunidos podem ajudar na formação de uma convicção, de que a inclusão dos PCDs no mercado de trabalho esteja gradualmente sendo conquistada, especialmente com vistas aos acordos patronais multilateralmente celebrados, bem como, com os debates, Decretos e Leis, substratos os quais, em conjunto, proporcionam os melhores entendimentos para subsidiar aqueles, cujo papel social dominante é o de empregar os PCDs. O principal aporte bibliográfico desta pesquisa, incide na obra *A quarta revolução industrial e a reforma trabalhista* (CALVETE & HORN, 2020).

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão, Leis, Lutas, PCDs, Mercado de Trabalho

ABSTRACT: Social inclusion, in evidence in the business environment, brings as an immediate consequence, as many certainties as there are doubts around the theme. This article aims to shed light on part of the core of this issue, highlighting the context of people with disabilities (PCDs), and their particularities regarding the Laws, struggles and social debates that have been fought for the effectiveness of their inclusion in the world capitalist. This research is justified by the need to clarify possible questions that have not yet been answered on the subject, especially those involving possible problems regarding the relationships between people with disabilities and their employers. The methodology used in this study is that of a bibliographical review, mainly of scientific articles, arranged both in physical and digital collections. The results achieved are that the writings gathered here can help in forming a conviction that the inclusion of PCDs in the labor market is gradually being conquered, especially with a view to multilaterally celebrated employer agreements, as well as, with the debates, Decrees and Laws, substrates which, together, provide the best understandings to subsidize those whose dominant social role is to employ PCDs. The main bibliographic contribution of this research focuses on the work *The fourth industrial revolution and labor reform* (CALVETE & HORN, 2020).

KEYWORDS: Inclusion, Laws, Struggles, PCDs, Labor Market

¹ Graduanda do Bacharelado em Administração, na Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – Unidade Frutal, junho, 2023: fabianavdasilva@outlook.com

² Prof. Orientador do trabalho. Bolsista de Produtividade Científica – Chamada 10/2022 – Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa – PQ / UEMG.

INTRODUÇÃO

Quando se fala em inclusão social no mercado de trabalho, percebe-se haver um cenário ambíguo flutuando acima da compreensão real e a idealizada que se quer adotar sobre o problema. O dilema se consolida, na medida em que nele (o problema) se combinam a proliferação de iniciativas inclusivas, tanto na esfera pública quanto na esfera privada, quanto se nota ainda existir um contexto de resistência ao tema por parte de empresas particulares e estatais, em todos os segmentos da cadeia produtiva.

As dinâmicas de inclusão, diante da disseminação dos conteúdos que a ela são associáveis, conseqüentemente, se tornam um fenômeno que alcança a mentalidade das equipes que compõem o rol de todos os colaboradores de uma entidade empresária, respingando, invariavelmente, sobre os usuários dos produtos e serviços entregues pelas corporações.

Com o planejamento estratégico estabelecido para que esta ou aquela empresa cresça diante aos concorrentes, surgem as políticas voltadas para a inclusão. Com elas, se espera que a corporação atinja seus objetivos e melhor dialogue com o seus públicos-alvo, fortalecendo seu posicionamento mercadológico diante a sociedade.

Neste sentido, as premissas de ‘missão, visão e valores’ são postulados definidos a partir do englobamento do papel de mercado que a empresa desempenha, quanto aliado aos diversos papéis sociais que a este primeiro podem ser incorporados, tais como o da inclusão das diversidades, o respeito ao meio ambiente, e melhoramentos de engenharia de produção e de logística reversa.

E é neste contexto de articulações, enfim, que os agentes e colaboradores internos e externos poderiam se perguntar, quando precisam dos produtos e serviços ofertados por determinado ente empresarial: o que foi mesmo acordado por esta empresa quanto à inclusão?

Por sua vez, para se compreender parte da trajetória de qualquer empreendimento comercial, é preciso que tenhamos em mente, que a evolução da sociedade reserva episódios alternados de repressão e de liberdade, de avanços e retrocessos, os quais, indubitavelmente, se reafirmam

na contemporaneidade, sob o ponto de vista de nossa pesquisa, por meio da ótica do binômio inclusão *versus* exclusão.

Um dos marcos fundamentais das dinâmicas de combate à exclusão, reside, talvez repouse, primeiro, na publicação da *Cartilha do Politicamente Correto*, de Antônio Carlos Queiroz (2004), que depois foi fortalecida pelo chamado PNDH3 (DECRETO Nº 7.037. Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH, de 2009).

Foi principalmente, mas não apenas, por intermédio da veiculação pública destes documentos, que o ideário de inclusão social foi iluminado e passou a fazer parte do rol de preocupações sociais, políticas e empresariais. E, igualmente, do mesmo modo que um ditado latino preconiza, *o tempora, o mores* (os costumes mudam com o tempo), estes Decretos e Debates têm sido, desde então, revisitados, repaginados e ajustados conforme as necessidades dos novos tempos.

Assim, portanto, é que, no intuito de enriquecer as discussões, que podemos livremente tomar um viés do pensamento psicossocial de Freud, como parte do composto teórico que sustenta nossas observações quanto ao estágio evolutivo do mercado de trabalho e de suas regulações, reflexos inevitáveis que são do ambiente sociocultural de onde derivam:

Segundo Freud, a civilização começa com a inibição metódica dos instintos primários. Podem-se distinguir dois modos principais de organização instintiva: a) a inibição da sexualidade, resultando em duradouras e crescentes relações grupais; e b) a inibição dos instintos destrutivos, conduzindo ao domínio do homem e da natureza, à moralidade individual e social (MARCUSE, 1981, p. 105).

E, é partindo deste horizonte, de liberdades e repressões sucessivas também, que o empresário estabelece sua atividade, diante de uma estrutura política, tributária e social, estipuladas por diretrizes que devem ser seguidas compulsoriamente, isto é, quer ele queira ou não.

Com a participação social cada vez mais ampliada de suas atividades econômicas, conforme previstas em Leis, o empreendedor naturalmente se enxerga ao mesmo tempo imerso e executor primário de condutas social e culturalmente previamente determinadas, as quais, direta ou indiretamente, se

fundem aos objetivos de sua organização empresária.

Assim foi, impositivamente, por exemplo, que se implementou o modelo sugerido de inserção das ideias de inclusão das diversidades, ou mesmo das adaptações de acessibilidade que passaram a ser exigidas pelos órgãos públicos quanto às estruturas físicas das sedes das empresas. Além disso, se nota que:

Adicionalmente, a capacidade de adaptação da mão de obra a diferentes tipos de trabalhos é bastante limitada. Isto porque cada indivíduo dispõe de um conjunto de habilidades físicas e mentais que conferem uma maior facilidade para determinadas atividades do que para outras. Além disto, a mudança de tarefas requer aprendizado para executá-las, o que demanda tempo e recursos (COSTA, 2014, p. 32).

Em vista destas ‘novidades’, o mercado de trabalho, atualmente, veio se abrindo para a pluralidade estimada pelo PNDH3 (2009), quer fosse ela etária, racial, cultural, quer se desse face à acessibilidade, à orientação sexual, à identidade de gênero ou religiosa. E é isto, em suma, quer dizer, a necessidade de se delimitar a abrangência das discussões, que nos levou a priorizar nesse Artigo, a relação da pessoa PCD com a integração social e mercadológica ativas em nossa sociedade.

E é assim que, por ‘PCD’ ou ‘PcD’ (Pessoa com Deficiência), portanto, entende-se neste trabalho, o indivíduo que seja portador de algum tipo de deficiência física, visual, auditiva, intelectual, psicossocial, quer seja ela uma deficiência isolada ou múltipla, isto é, modalidade esta última, em que se associem duas ou mais das deficiências indicadas (adaptado de: Câmara Paulista para inclusão da pessoa com deficiência: <https://www.camarainclusao.com.br/perguntas-frequentes/quais-sao-os-tipos-de-deficiencia/#?text=As%20defici%C3%Aancias%20s%C3%A3o%20divididas%20em,%20de%20duas%20ou%20mais%20defici%C3%Aancias>).

Para apresentarmos nossa abordagem sobre o tema, este *paper* se divide, didaticamente, numa parte introdutória. Esta, por sua vez, será seguida, de uma discussão entre postulados teóricos, Leis e debates socioculturais coletados. Ao final, as Conclusões, que unida às etapas anteriores, dão aos interessados um horizonte o quanto mais amplo possível, com o intuito de contribuir para o robustecimento de um acervo técnico sobre o assunto.

DISCUSSÕES, LEIS E DEBATES SOBRE A INCLUSÃO DO PCD NO BRASIL

A entidades de capacitação profissional, em parte, têm um compromisso importante nessa dinâmica de inserção de mão de obra no mercado de trabalho. No presente caso, o de preparar as PCDs, para as carreiras mais adequadas para o seu desenvolvimento pessoal, humano e profissional.

Do outro lado do ‘balcão de empregos’ ou das ‘vitrines sociais’, há empresas que recrutam os deficientes, por entenderem a importância da inclusão, não só por ser obrigatória, mas, sim, por respeito ao próximo e o entendimento igualitário do ser humano em seu espaço no mundo.

No canal CNN BRASIL (2022), disponível no YOUTUBE, em uma entrevista, vimos uma mãe falando sobre seu posicionamento com relação à filha com deficiência. Ela menciona que os locais que visitaram afirmaram que eles não estavam preparados para receber sua filha. E, e em relação a isso, sabemos que tal evento realmente acontece, mas a mãe, ao declarar que “ninguém deve se preparar para receber uma pessoa com deficiência”, revela tamanho do equívoco, pois sim, qualquer lugar deve, por obrigação, estar preparado para receber uma pessoa que necessita de uma atenção especial:

A sustentabilidade no meio ambiente laboral vai além de cumprir os direitos garantidos pela legislação. É necessário investir no desenvolvimento pessoal e profissional, assim como oferecer sucessivas melhorias nas condições de trabalho. Entre as medidas que podem ser empreendidas, destacam-se: contratação de portadores de deficiências e readaptação de empregados portadores de patologias; treinamentos e reciclagem de trabalhadores; benefícios e incentivos salariais; moradia e acesso ao trabalho; saúde e lazer do trabalhador, participação na vida da empresa, entre outros (CIRINO, 2014, p. 102).

De acordo com Duarte, Corrêa & Bueno (2018), “É plausível pensar-se em treinamentos e incentivos, para que as PCDs possam apresentar maior conhecimento técnico em suas funções, sendo possível a construção de uma carreira sólida e concisa” (DUARTE, CORRÊA & BUENO, 2018, p. 09).

Apesar disso, a discriminação existe e não há como negar. Sabemos que, ao longo do tempo, as pessoas com deficiência física, mental, intelectual,

sensorial quase sempre foram vistas como diferentes, seres incapazes etc., e, na contramão disso, é que o PNDH3 e os demais dispositivos legais institucionalizados na sociedade se rivalizaram, estabelecendo o contraponto necessário para a desconstrução de aparatos culturais discriminatórios, ao mesmo tempo em que contribuindo para a instituição de novos paradigmas.

A cultura, nesse ponto de vista, carregou em si ao longo do tempo, uma adoção comportamental contrária. Por isso também que, hoje em dia, há uma visibilidade especial para a propositura de mudanças conceituais, de políticas de inclusão, e da construção de cenários de respeito mútuos. Projetos inclusivos, com objetivo de adaptar as empresas, são propícios para o reconhecimento dos direitos dos cidadãos PCDs. Alves (2021), declara que:

[...] a cultura não é algo inato do homem, mas sim, aprendido pelos indivíduos de cada sociedade. Dessa forma, vislumbrando a realidade brasileira a partir do mesmo, pode-se chegar à origem da discriminação contra pessoas com deficiência, pois analisando a história brasileira ao longo dos séculos, verifica-se uma propensão à exclusão, segregação e rejeição destes brasileiros, a qual vem sendo assimilada e repassada pelas gerações até os dias atuais (ALVES, 2021, p. 596).

Existem aqueles que executam uma arquitetura em suas empresas, com acessibilidade para a permanência da pessoa PCD no mercado de trabalho. Na atualidade, com as tecnologias no ápice das inovações, o preconceito ainda existe no âmbito empresarial, tanto que Duarte, Corrêa & Bueno (2018), dizem que, “Mesmo com o avanço das tecnologias de reabilitação e os estudos em diversos âmbitos sobre a temática das PCDs, ainda se veem muito preconceito relacionado à sua capacidade para trabalhar e efetivamente compor o *socius* (Nota do autor: parceiro/ parceria) na atualidade” (Duarte, Corrêa & Bueno, 2018, p. 06).

Assim, nota-se que a luta pela inclusão das pessoas com deficiência anseia por um estudo mais aprofundado quanto aos fatores que ofereçam êxitos, compromissos, investimentos, capacitação, acessibilidades.

E, é neste sentido, que a disposição em respeito aos direitos humanos é constante e está relacionada ao aperfeiçoamento das lutas empreendidas para a criação de condições melhores e de ferramentais sociais mais eficazes

voltadas à inclusão. Por isso, um estudo como no nosso, caminha ao lado da mensagem que não se permitir que nenhum tipo de retrocesso aconteça no âmbito dos direitos humanos já estipulados, alcançados ou ainda desejados.

A Lei nº8.213/1991, por sua vez, a que se refere à Lei de Cotas, no Art. 93, diz que a empresa com 100 ou mais empregados, está obrigada a preencher, entre 2% e 100% dos seus cargos, com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas. Este dispositivo legal, assegura ao portador de deficiência poder estar dentro do mercado de trabalho, de acordo com suas limitações e conforme os seus direitos.

Duarte, Corrêa & Bueno (2018) falam sobre como “é importante refletirmos sobre a proposta da Lei de Cotas, não apenas nas organizações, mas, também, nas famílias, instituições de ensino e sociedade em geral” (DUARTE, CORRÊA & BUENO, 2018, p. 14).

Logo a inserção das pessoas com deficiência dentro do mercado de trabalho, é proposta que está devidamente amparada pela Lei de Cotas e outros Decretos. Com estes dispositivos legais, enfatizam-se sua acessibilidade e se propiciam a sua regularização.

Diante o exposto, contudo, vemos que, apesar das Lei, do franco debate estabelecido na sociedade, ainda há questões que não foram postas em prática, ao menos de forma correta por parte de proprietários de empresas que contratam as PCDs. Há, também sobre isto, uma demanda importante a ser discutida: as mães que, para inserir seus filhos, por exemplo, reivindicam seus direitos.

Entretanto, ao lado desta importante reivindicação das mães, não se pode afirmar que o mercado não oferece ou não tem oferecido apoio aos PCDs, visto que há muita gente envolvida na inserção dos deficientes.

Por mais que surjam dúvidas, há legislação, especialistas e órgãos públicos capazes, a fim de ajudar ou mesmo instruir as empresas como proceder com a adequação de sua empresa na admissão e também ajustamento da PCD.

No tocante a isto, é patente que o empresário deve estar a par das Leis, pois o não cumprimento delas pode acarretar-lhe consequências nada favoráveis. O que abordamos anteriormente na relutância em prol daqueles

que tanto precisam de ser respeitados nos seus direitos, é retomado neste ponto.

A Lei de Cotas, o PNDH3, a Cartilha do Policamento Correto, foram criados para fazer a diferença, integrar e, com isso, auxiliarem na construção de um espaço mais empático para com todas as diversidades. A inclusão das pessoas PCDs é composta por argumentações que aparecem em todos estes dispositivos, e são referentes, em nosso texto, ao que é necessário para a efetivação de profissionais com deficiência nos mercados e na sociedade:

O combate à discriminação mostra-se necessário, mas insuficiente enquanto medida isolada. Os pactos e convenções que integram o sistema regional e internacional de proteção dos Direitos Humanos apontam para a necessidade de combinar estas medidas com políticas compensatórias que acelerem a construção da igualdade, como forma capaz de estimular a inclusão de grupos socialmente vulneráveis. Além disso, as ações afirmativas constituem medidas especiais e temporárias que buscam remediar um passado discriminatório. No rol de movimentos e grupos sociais que demandam políticas de inclusão social encontram-se crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, pessoas com deficiência, pessoas moradoras de rua, povos indígenas, populações negras e quilombolas, ciganos, ribeirinhos, varzanteiros e pescadores, entre outros (PNDH3, 2009).

O que entra também em discussão, é o que está sendo feito pelo poder público na ambientação efetiva dos deficientes. A circulação dos mesmos dentro das cidades, a responsabilidade de implementar projetos de estruturação para o bom cumprimento das políticas públicas, a reserva de vagas em concursos públicos acenam para o atendimento desta pergunta.

Ao administrar políticas públicas em concordância com as Leis, a importância ainda é maior, visto que, por meio delas é que se pretende promover o respeito às igualdades sociais. A Lei nº13.146, de 06 de julho de 2015, a denominada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), em seu Art. 8º, deixa claro que:

É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação

e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Ao seu turno, a família que se compõe de ao menos um integrante com deficiência, tem, naturalmente, direitos adquiridos, a partir do momento que se comprovem suas respectivas condições de limitações.

Considera-se, na Lei nº 13.146/2005, no Art. 2º, que também versa sobre a pessoa com deficiência, que a deficiência se caracteriza, ainda, por ser aquele tipo de incapacitação que gera impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Com tudo isso, é possível se interpretar os direitos dos deficientes de uma forma abrangente. É desse modelo de abrangência, por exemplo, que trata o Art. 34, da Lei nº 13.146/2005. Discorrendo sobre o direito ao trabalho da pessoa com deficiência, a Lei em pauta diz que a “pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades para com as demais pessoas”, fenômeno jurídico que, por sinal, eleva a ideia de igualdade a um patamar até então impensado pelos outros dispositivos legais.

Sobre o direito à vida, a Lei nº 13.146/2005, no Art. 10º, declara que “compete ao poder público, garantir dignidade ao longo de toda vida do deficiente”. Assim, se mostra no presente diploma legal, que o poder público tem autoridade e o dever de agir, diante de qualquer ocorrência que atinja o indivíduo com dificuldades mentais, físicas, sensoriais, intelectuais. Além do que, a segurança e a proteção do deficiente recai solidariamente como dever do poder público, responsável por tomar medidas para que esse direito se efetive:

A Quarta Revolução Industrial ou também denominada de “Indústria 4.0” (termo cunhado em 2011, na feira de Hannover,

Alemanha), diferentemente das revoluções industriais anteriores, evolui em uma velocidade muito maior, resultado do mundo interconectado em que vivemos; além disso, as novas tecnologias geram outras mais novas e cada vez mais qualificadas, impactando, sem precedentes, na economia, na sociedade e no modo de vida dos indivíduos. Também está transformando relações entre países, empresas, indústrias e em toda sociedade, com uma assombrosa profusão de novidades tecnológicas que abrangem numerosas áreas [...] (CALVETE & HORN, 2020, p. 243-244).

De fato, como pudemos observar nas Leis, nos postulados teóricos, nos debates sociais que emergem do dia a dia, que a sociedade faz parte de um todo bem entrelaçado, especialmente visível quando se trata da inclusão social e, principalmente, da inserção da pessoa PCD no mercado de trabalho.

É possível que a inclusão social e também a exclusão façam parte de um mesmo processo histórico: a quarta revolução industrial. Qual das duas vertentes vencerá o embate (inclusão *versus* exclusão)? Resposta: a corrente ideológica que a nossa sociedade mais alimentar.

CONCLUSÕES

Com o propósito de destacar a inclusão das PCDs dentro do mercado de trabalho, e suas particularidades referentes às Leis e às lutas para sua inserção, precisamos sair em busca de Artigos e demais produções científicas e culturais que se refiríssem à temática, bem como lançamos mão do recurso de entrevistas divulgadas por meio de canais disponíveis no meio eletrônico.

Com a intenção de refinar a coleta de informações, nossa abordagem qualitativa compreendeu, durante todo o tempo das leituras e oitivas, impreterivelmente, os motivos que guiavam nosso estudo e, conseqüentemente, os resultados que prevíamos alcançar.

Por esse motivo, essa investigação oscila, ora na apresentação explícita de um lado de empatia para com as diferenças, ora, de distanciamento. Ser empático, neste contexto, significa promover o acolhimento das diversidades que estão em volta de nós, mas, também, entender como necessidade premente da sociedade, adaptá-las para uma melhor convivência comum.

Foi possível pontuar, ao longo da pesquisa, que a autoridade legal que se afirma sobre o assunto (o Estado), se revela e por meio do que se pede nas Leis, diante das quais os princípios inclusivos veem sendo implementados na sociedade e nas empresas, conforme seu segmento e demais atribuições.

Logo, pode-se considerar as palavras de Carmo, Gilla & Quiterino (2020), como pertinentes para ilustrar estes fatos: “A contratação feita de forma inclusiva deveria adaptar a função às especificidades de cada pessoa, de forma a utilizar recursos alternativos e tecnologias auxiliares, se preciso (CARMO, GILLA & QUITERINO, 2020, p. 03).

O mercado de trabalho, por sua vez, está repleto de implicações que impedem a inclusão ou a acessibilidade em si. Basta o confrontamento das Leis, Decretos, dos conhecimentos técnicos e dos estudos feitos para que haja tal compreensão. De acordo com Carmo, Gilla & Quiterino (2020), esse “processo de inclusão”, se daria de um modo mais eficaz, “devido ao cenário nacional, a importância da continuidade de estudos que enriqueçam a discussão das PCDs no mercado de trabalho” (CARMO, GILLA & QUITERINO, 2020, p. 04).

Os eventuais obstáculos socioeconômicos que diante das premissas de inclusão social se podem erguer, têm sido lentamente revistos, discutidos e, por meio de um grande debate social, político e econômico, apresentado soluções, cujos resultados macroeconômicos de médio e longo prazos têm permitido afirmar, que:

A conquista de direitos individuais e coletivos inseridos na Constituição de 1988, com a afirmação de direitos sociais que conferiam um crescente e progressivo status de igualdade material dos trabalhadores brasileiros, consagrou a proteção ao trabalho como destaque no rol dos direitos fundamentais. Esse quadro, entretanto, retrata um momento de efervescência do Estado Social brasileiro, com o advento da Constituição de 1988, e que hoje não corresponde à atual realidade, de investidas governamentais questionando uma suposta proteção excessiva ao vínculo empregatício, em detrimento do crescimento econômico (CALVETE & HORN, 2020, p. 134).

O que se espera diante disso, é que o direito e demais garantias sociais não sejam violados. O respeito à inclusão é primordial. Tanto é assim, que os parágrafos 1, 2, 3, 4 e 5, da Lei nº 13.146/2005, estabelecem parâmetros

consistentes para esclarecer possíveis dúvidas:

- § 1º As pessoas jurídicas de direito público, privado ou de qualquer natureza é obrigada a garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos.
- § 2º A pessoa com deficiência tem direito, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a condições justas e favoráveis de trabalho, incluindo igual remuneração por trabalho de igual valor.
- § 3º É vedada restrição ao trabalho da pessoa com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição, inclusive nas etapas de recrutamento, seleção, contratação, admissão, exames admissional e periódico, permanência no emprego, ascensão profissional e reabilitação profissional, bem como exigência de aptidão plena.
- § 4º A pessoa com deficiência tem direito à participação e ao acesso a cursos, treinamentos, educação continuada, planos de carreira, promoções, bonificações e incentivos profissionais oferecidos pelo empregador, em igualdade de oportunidades com os demais empregados.
- § 5º É garantida aos trabalhadores com deficiência acessibilidade em cursos de formação e de capacitação.

Desse modo, compreende-se como papel do cidadão brasileiro, a defesa incansável, da ideia de que todos têm tanto direitos quanto deveres a serem cumpridos e respeitados e, a importância desses valores devem ser fixados na mente das pessoas, e também nos murais de recados das organizações públicas e particulares:

A intervenção estatal, embora, a princípio, possa indicar um contrassenso com a ideia de “liberdade” que constitui uma das bases do capitalismo, é fruto da mudança na consciência social, já que as leis nada mais são do que reflexos dos anseios da sociedade. Em outras palavras, melhorias das condições de trabalho e sociais só foram possíveis graças ao avanço da consciência social sobre o papel das empresas na sociedade e a relativização do lucro (CALVETE & HORN, 2020, p. 362).

Por meio de informações, Estatutos, o interessado no tema deve estar bem consciente de como deve ser tratada uma pessoa PCD. A políticas públicas, a família, a comunidade, devem estar aptas a compreender o assunto desse Artigo, e tê-lo como fonte de conhecimento e discernimento do que está certo ou errado sobre inclusão e exclusão de pessoas PCDs. Desse modo, se poderá efetuar melhorias de como chegar às informações a esse respeito.

Sobre isso, Alves (2021), ressalta que:

[...] assimilar informações e dados em relação às pessoas com deficiência é de extrema relevância para a sociedade em geral, visto que a mesma necessita estruturar seus ambientes para melhor receber tais pessoas proporcionando assim uma melhor acessibilidade (ALVES, 2021, p. 599 e 600).

É importante a participação de familiares na inclusão dos PCDs no mercado de trabalho ou em escolas, no que tange à efetivação educacional, mas compreende-se que nem todos estão preparados para a consolidação desta tarefa, visto haver certa desinformação em relação, tanto aos direitos dos deficientes quanto face aos resultados oriundos da exclusão:

Os transtornos depressivos são caracterizados por tristeza, perda de interesse ou prazer, sentimento de culpa ou baixa autoestima, sono perturbado, ausência de apetite, sensação de cansaço e pouca concentração. A depressão pode ser duradoura ou recorrente, prejudicando substancialmente a capacidade de um indivíduo de funcionar no trabalho ou na escola ou mesmo em situações comuns da vida. No seu estágio mais grave, a depressão pode levar ao suicídio (CALVETE & HORN, 2020, p. 297).

Talvez seja em função deste dissenso e das graves consequências que dele advém, da dissonância, em suma, entre o ideal e o real, que Alves (2021) assevere:

[...] constata-se que na realidade brasileira o que predomina são calçadas públicas em péssimas condições de mobilidade, prédios públicos sem rampa de acesso, transportes públicos sem elevadores especializados e quando possuem muitos estão danificados, falta de elevadores em lugares específicos, ausência de sinalização tátil, entre outros instrumentos essenciais a mobilidade e acessibilidade de tais pessoas (ALVES, 2021, p. 604).

Em contrapartida Silva (2021) intensifica que, “para as organizações, fica cada vez mais clara a importância de estrategicamente criar uma ambiência organizacional mais inclusiva, capaz de absorver tanto as demandas como as necessidades de todos os segmentos sociais” (SILVA, 2021, p. 76).

REFERÊNCIAS

ALVES, Lucilene Quintiliano. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL: ASPECTOS CULTURAIS, HISTÓRICOS E CONSTITUCIONAIS DE SUA TRAJETÓRIA. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*. São Paulo, v.7. n.7. jul. 2021. Disponível em: <https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/view/1709>. Acesso em: 14 dez. 2022.

CALVETE, Cássio da Silva; HORN, Carlos Henrique (Orgs.). *A quarta revolução industrial e a reforma trabalhista: impactos nas relações de trabalho no Brasil*. Porto Alegre: Cirkula, 2020.

CARMO, Marwin Machay Indio do Brasil do; GILLA, Clarissa Garcia e QUITERINO, Patricia Lorena. Um estudo sobre a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho brasileiro. *INTERAÇÃO EM PSICOLOGIA*. vol.24, nº 01, 2020. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?cluster=2371523853965539060&hl=pt-BR&as_sdt=0,5#d=gs_qabs&t=1669769730077&u=%23p%3D9Db7W2FY6SA>. Acesso em: 14/12/22.

CIRINO, S. M. Sustentabilidade no meio ambiente de trabalho: um novo paradigma para a valorização do trabalho humano. *Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho*, da 9ª Região, v. 3, n. 28, p. 85-108, 2014.

CNN BRASIL. Preconceito limita acesso de PcDs ao mercado de trabalho, 31 ago. 2022. Disponível em: [Preconceito limita acesso de PcDs ao mercado de trabalho | CNN BRASIL](https://www.cnnbrasil.com.br/preconceito-limita-acesso-de-pcds-ao-mercado-de-trabalho)>. Acesso em: 16 abr.2023.

COSTA, R. M. Uma abordagem evolucionária de sistemas de relações de trabalho: o processo de coevolução entre tecnologias e as instituições do trabalho. *Tese de Doutorado*. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

DUARTE, Fabrícia Mirella de Oliveira; CORRÊA, Mayara Helena; BUENO, Rinaldo Conde. O DESAFIO DE INCLUIR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCDs) NO TRABALHO: UM ESTUDO PARA MAIS RECURSOS HUMANOS. *Revista Científica Doctum: Multidisciplinar*. DOCTUM. Caratinga. 1, n. 1, abr. 2018. Disponível em: <http://revista.doctum.edu.br/index.php/multi/article/view/180>>. Acesso em: 14 dez. 2022.

MARCUSE, Herbert. *Eros e Civilização – Uma Interpretação Filosófica do Pensamento de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

QUEIROZ, Antônio Carlos. POLITICAMENTE CORRETO & DIREITOS HUMANOS – *CARTILHA DO “POLITICAMENTE CORRETO*. SEDH – Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Presidente Lula (PT), 2004. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/a_pdf_dht/cartilha_politicamente_correto.pdf. Acesso em 17/02/2021, às 16h42min.

PNDH3 – DECRETO Nº 7.037. *Programa Nacional de Direitos Humanos*. Presidência da República – Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm. Acesso em: 22/09/2022, às 17h26min.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL. *Subchefia para Assuntos Jurídicos*. Disponível em:<[L8213consol \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/consolidacao/leis/l8213consol.htm)>. Acesso em: 13 abr. 2023.

Presidência da República Casa Civil. *Subchefia para Assuntos Jurídicos*. [LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l13146.htm). Disponível em: <[L13146 \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l13146.htm)>. Acesso em: 01 maio 2023.

SILVA, Marcelo Antônio e BARBOSA, Milka Alves Correia. POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA INCLUSÃO DE PCD NO MERCADO DE TRABALHO. *Revista Pensamento & Realidade*. Volume 36, nº 1, pp. 75-89, Jan/Apr, 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/pensamentorealidade/article/view/53417>>. Acesso em: 14/12/22.

UEMG – UMA UNIVERSIDADE À LUZ DE VELAS APAGADAS: QUESTÕES SOBRE REVOGAÇOS E AS NOVAS RESOLUÇÕES

English title: UEMG – A UNIVERSITY BY THE LIGHT OF UNLIT CANDLES: QUESTIONS ABOUT REVOCATIONS AND THE NEW RESOLUTIONS

doi DOI NUMBER: 10.33726/akdpapers2447-7656v15y9in2023p103a117

PESSOA, Marcelo¹ –  <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: Este breve texto, apresenta à comunidade da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, uma série de considerações, as quais foram provocadas, a partir de alterações propostas pela Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais, nos seguintes diplomas normativos, quanto aos afazeres docentes da UEMG: **Resolução CONUN/UEMG, nº 372/2017**, que dispõe sobre atribuições de encargo ao Professor, criação da Comissão Permanente de Gestão de Docentes (CPGD), e dá outras providências; a **Resolução CONUN, nº 482/2020**, que estabelece as regras de convocação para a função temporária de Professor de Educação Superior, no âmbito da Universidade do Estado de Minas Gerais; e, a **Resolução COEPE, nº 234/2018**, que dispõe sobre o cálculo de encargos didáticos e sua atribuição aos ocupantes do cargo de Professor de Educação Superior – PES da UEMG, bem como aos Professores Designados da Instituição. O método empregado, combina a revisão bibliográfica, com a abordagem de estudo de caso. Como resultado desta abordagem, foi oferecida uma alternativa à CGE / MG, de manutenção do atual status da carga-horária, visto que o atual formato contempla as relações que precisam ser mantidas entre o Estado, a UEMG e os diversos públicos que com estes interagem.

PALAVRAS-CHAVE: Produção e difusão do conhecimento, Estudos filosóficos intersemióticos, Letras, Ciências Sociais

ABSTRACT: This brief text presents to the community of the State University of Minas Gerais – UEMG, a series of considerations, which were provoked, based on changes proposed by the Comptroller General of the State of Minas Gerais, in the following normative diplomas regarding the teaching tasks of UEMG: CONUN/UEMG Resolution, No. 372/2017, which provides for teacher assignments, the creation of the Permanent Teacher Management Commission (CPGD), and makes other provisions; CONUN Resolution, No. 482/2020, which establishes the rules for calling up temporary Higher Education Teachers, within the scope of the University of the State of Minas Gerais; and COEPE Resolution No. 234/2018, which provides for the calculation of teaching loads and their attribution to the occupants of the position of Professor of Higher Education – PES of UEMG, as well as to the Designated Professors of the Institution. The method used combines a literature review with a case study approach. As a result of this approach, an alternative was offered to the CGE / MG, maintaining the current status of the workload, since the current format contemplates the relationships that need to be maintained between the State, UEMG and the various publics that interact with them.

KEYWORDS: Production and dissemination of knowledge, Intersemiotic philosophical studies, Letters, Social Sciences

¹ Docente do DLLCA – Departamento de Linguística, Letras, Comunicação e Artes / UEMG. Bolsista de Produtividade Científica – Chamada 10/2022 – Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa – PQ / UEMG.

INTRODUÇÃO

Por volta do ano de 1913, Henry Ford, em seu livro intitulado *Minha filosofia da indústria*, estabelece os postulados que, mais adiante, marcariam o mundo capitalista, com o denominado Fordismo. Este conceito, o de uma propalada 'produção fordista', se fez espalhar, por meio de dois modelos básicos: 'o da produção em larga escala' e o da 'linha de montagem automatizada'.

Estes princípios, aparentemente enrijecidos pela frieza do contato com as máquinas, e tendenciosos à obtenção de uma lucratividade sem ética, por parte dos capitalistas, terminaram por incutir na mentalidade de alguns analistas da dinâmica corporativa contemporânea, já muito eivada destes conceitos, um ideário associado àquele Fordismo embrionário que, ao invés de benéfico, foi tomado como nocivo à sociedade, o que não reflete necessariamente a índole de seu mentor:

que não é livre. Nos Estados Unidos um operário trabalha oito horas por dia; na Rússia, doze ou quatorze. Nos Estados Unidos, se um operário dispõe de meios e deseja folgar um dia ou uma semana, ninguém o impede. Na Rússia o operário vai trabalhar quer queira, quer não. A liberdade desapareceu na monotonia de uma disciplina de presídio onde são todos tratados igualmente. Isto é pura escravidão. A liberdade é o direito de cada um dedicar-se ao trabalho por um tempo determinado e obter como recompensa meios de viver convenientemente, dispondo a sua vida particular como bem lhe pareça. Esta liberdade individual e cem outras semelhantes formam a grande Liberdade ideal. As manifestações secundárias da liberdade é que lubrificam o nosso viver quotidiano.

(FORD, Henry. *Minha vida e minha obra*, p. 15. In: FORD, 1954)

Anos depois do livro, tentando combater eventos de elevado absenteísmo em meio aos colaboradores de sua empresa, o mesmo Ford, na mesma vertente de coerência com que analisara o nascente panorama de 'escravidão moderna', acima citado, decide criar uma semana de trabalho de 05 dias, ao mesmo tempo em que promoveu elevações salariais que chegaram ao patamar de 400%: seu modelo se espalhou pelo mundo.

O chamado absenteísmo, à época de Ford, já era um problema generalizado e, em 2023, ainda continua sendo. No mundo do trabalho, o também denominado 'absentismo', é um padrão de conduta caracterizado pelas ausências recorrentes do trabalhador em face de seu ambiente laboral. Este comportamento, invariavelmente, se dissemina em meio às esferas dos diversos deveres ou obrigações que o indivíduo precisa

executar, gerando uma sequência negativa de resultados, tanto na vida corporativa, quanto na vida pessoal.

Desde os momentos mais impactantes da Pandemia de COVID-19, sobretudo nos anos de 2019 e 2020, os mercados globais se predispuseram a repensar, novamente (dizemos ‘de novo’, visto que esta retomada, seria uma espécie de ‘segundo turno’ das revisões propostas por Ford, lá no início do Século XX), as rotinas de trabalho e os salários, em função de um forçado ‘distanciamento social’, que promoveu um ‘fecha tudo e a economia vemos depois’, que o evento sanitário global nos exigia (PESSOA, 2021).

Um dos modelos que foi adotado durante os tempos mais duros da Pandemia, e que agora ganha novo fôlego, foi o da redução de salários e, também, da carga horária presencial dos funcionários nas empresas.

Outro formato, foi o da “Semana de Quatro Dias”, que reduz a carga horária, mantendo salários nos patamares originais, sob certas condições. Este padrão, tem previsão para acontecer, no Brasil, a partir do mês de novembro de 2023 e: “Após ser experimentado no Reino Unido, Estados Unidos, Espanha, Austrália e outros países, o modelo será colocado em prática no Brasil, por meio de uma parceria entre a consultoria ‘Reconnect Happiness’ e a organização ‘4 Day Week Global’ (Matéria CNN: “Semana com 4 dias de trabalho será testada no Brasil ainda neste ano; entenda” iniciativa”, de 08/06/2023. Link: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/semana-com-4-dias-de-trabalho-sera-testada-no-brasil-ainda-neste-ano-entenda-iniciativa/>).

A premissa ‘zero’ do modelo, nos diz, que:

O método defendido pela 4 Day Week para a redução da jornada segue o que a organização chama de 100-80-100: 100% do salário, 80% das horas e 100% da produtividade. Para chegar a esse desenho, não basta cortar um dia de trabalho –a segunda ou a sexta-feira, em geral.

(Matéria FOLHA/UOL: “Veja as empresas que terão semana de quatro dias de trabalho no Brasil”, de 30/08/2023. Link: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/08/veja-as-empresas-que-terao-semana-de-quatro-dias-de-trabalho-no-brasil.shtml>)

E, o básico para o atendimento do formato, incide na ideia de que: “É [que haja um] compromisso dos colaboradores em manterem 100% da produtividade, recebendo 100% do salário, mas em 80% do tempo” (Matéria da CNN: “Semana com 4 dias de trabalho será testada no Brasil ainda neste ano; entenda iniciativa”, de 08/06/2023. Link: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/semana-com-4-dias-de-trabalho-sera-testada-no-brasil-ainda-neste-ano-entenda-iniciativa/>).

Tem sido assim, então, que algumas alternativas relativas à remuneração, ao redimensionamento das cargas horárias e quanto à modalidade de cumprimento das jornadas de trabalho referentes ao contágio desenfreado do Sars-COV2, voltaram a ser discutidas no Pós-Pandemia, neste ano de 2023.

Se, na época da COVID-19, o alvo era o de que tais modelos dessem conta de manter a lucratividade e ou os índices de produtividade em níveis razoáveis, face à competitividade acirrada que não arrefecia, mesmo diante de uma emergência sanitária mundial, hoje, tais temas voltam a frequentar a pauta das reuniões, por outras razões: guerras na Europa, na Ásia, no Oriente Médio, na África; seca na Amazônia brasileira; ou, realinhamento internacional do Brasil frente ao mundo capitalista. Ou seja, no cardápio do caos, há de tudo – é só escolher.

Nas empresas públicas e privadas, em ambiente renovado destas discussões, este ou aquele motivo, tem maior ou menor peso, no sentido de que, por um lado, as ações a serem implementadas, sejam capazes de amenizar os impactos da desaceleração econômica e da queda generalizada de receitas e, por outro lado, que as pressões, tais como a do fechamento de plantas industriais ou a fuga de empresários do país, ou o aperto criado pela Controladoria-Geral / MG, no case específico abarcado pelo presente texto, fomentem políticas duradouras de redução do tamanho das equipes gestoras nas empresas privadas, que sejam reduzidos o número de cargos nos serviços públicos, e que, em suma, que o tamanho dos Estados sejam reduzidos, ajustando-os às novas condições de obtenção de receitas tributárias para viabilizar o seu custeio.

DISCUSSÕES AMPLIADAS SOBRE O TEMA

Cultural e socialmente, sob o ponto de vista do envolvimento dos colaboradores junto aos ambientes de trabalho, o Brasil tem transitado em contextos que apregoam, no mercado de trabalho brasileiro, por exemplo, jornadas de 44 Horas Semanais, normalmente exercidas pelos trabalhadores da iniciativa privada. Esta carga horária exata ou aproximada, também vige em outros países, como Colômbia, Costa Rica, México e Turquia (Revista EXAME, 2019).

Sobre isso, há de se ter em mente, expandindo-se o alcance da premissa nacional para o escopo do Planeta, o contraponto emitido pela OIT (Organização Internacional do Trabalho), em sua Resolução de nº 116, a partir da qual deseja, desde 1962, a redução desta carga horária semanal, para 40h semanais.

Neste sentido, ou seja, o mesmo da OIT, tem tramitado, no Congresso Nacional do Brasil, uma Proposta de Emenda à Constituição Federal – a PEC 231 – que, desde 1995, visa alterar o dispositivo constitucional abaixo destacado, que previu a atual jornada de 44 horas semanais, mas que, como tem sido mantido do modo como foi promulgado, ainda em 1988, este é o texto legal que estabeleceu e ainda estabelece o Norte para o cenário do trabalho local. Esta proposta de alteração, até o presente momento, ainda não foi pautada nas casas legislativas:

Art. 7º – São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

VI – irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

XIII – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho (PLANALTO.GOV.: CF/88).

Ao lado disso, temos o postulado de um alardeado e vanguardista “Ócio Criativo”, perambulando pelo mundo, como alma penada, desde o livro homônimo, de Domenico De Masi (1997), a partir do qual se entendia que poderia ser, dentre outros instantes possíveis, aquele, o do momento de ‘ócio’, de descanso, que o ser humano poderia se tornar mais produtivo.

Este conceito acabou sendo parcialmente deturpado, e chegou às empresas, ganhando também espaço na sociedade, como se fosse, em algumas circunstâncias, uma ampliação do descanso semanal remunerado, noutras, pôde ser confundido com um ‘fique em casa, enquanto trabalha, do modo como quiser e quando puder’, ou ainda adotado como um modelo para um tipo de ‘teletrabalho regulamentado’ e, até mesmo, com o ‘home-office’, tornado mais popular durante a Pandemia. Noutros momentos, o ‘ócio criativo’ pode ter se formatado como ‘modalidade de resistência’ política, especialmente se combinada àquela incompreensão original do Fordismo ou da produção capitalista como um todo:

Estudos de comportamento organizacional chegam a apontar as formas de resistência mais frequentes frente às mudanças, classificando-as como “resistências abertas e imediatas”, como: os protestos, greves e diminuições do ritmo de trabalho; ou “resistências implícitas e proteladas” como: a perda de lealdade à organização, a perda de motivação para o trabalho, o aumento dos erros e defeitos e o aumento do absenteísmo por „questões de saúde” (ROBBINS; JUDGE; SOBRAL, 2012, p. 563-580, apud GOMES JÚNIOR, 2017, p. 52).

Advogam favoravelmente aos novos planos de redução de carga horária, renascidos que foram no Pós-Pandemia, os recentes levantamentos obtidos pelo modelo 100-80-100. Por exemplo, em 2023, os dados das práticas de redução de jornada sob este molde, se mostram, nos seguintes termos:

O QUE DIZEM AS EMPRESAS QUE ADOTARAM A JORNADA MENOR

Segundo a 4 Day Week, com base nos testes já realizados

- 36%
aumento nas receitas
- 42%
redução nas demissões
- 68%
redução no esgotamento
- 54%
aumento na capacidade para o trabalho
- 63%
maior facilidade para atrair talentos

(Matéria FOLHA/UOL: “Veja as empresas que terão semana de quatro dias de trabalho no Brasil”, de 30/08/2023. Link: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/08/veja-as-empresas-que-terao-semana-de-quatro-dias-de-trabalho-no-brasil.shtml>)

Compõem esta linha de frente de defensores do formato, dados como estes, ainda:

Segundo o Ministério da Gestão, estima-se que a economia com servidores em teletrabalho "varia de R\$ 800 a R\$ 1.200 por mês, por servidor, conforme o órgão".

Um estudo publicado em 2016 pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), por exemplo, estimou que cada 10% do total de servidores brasileiros que passam para o teletrabalho representam redução de até 0,5% nos deslocamentos realizados por ano em todo o país e de 0,6% nas emissões de gás carbônico por automóveis e motos decorrentes dessas viagens.

(Matéria BBC: “Funcionários públicos no home office: indefinição do governo Lula angustia servidores”, de 19/07/2023. Link: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cn02v9jn8ylo>)

Do mesmo modo, pode-se imaginar o problema, sob a perspectiva geracional, por exemplo:

"Os mais antigos não querem nem saber [de teletrabalho], acham que tem que ser tudo presencial, enquanto os novos preferem ficar em casa, porque as novas gerações já nasceram com as novas tecnologias. Então a regulamentação vai precisar buscar um equilíbrio", afirma.

(Matéria BBC: "Funcionários públicos no home office: indefinição do governo Lula angustia servidores", de 19/07/2023. Link: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cn02v9jn8ylo>)

Logo, pode-se afirmar, tanto aos favoráveis quanto aos contrários aos novos 'sistemas' de reorganização de jornada, e que se insiram no contexto indicado acima, é que essa visada geracional, apenas imprime sobre o assunto, um teor de 'revanchismo' etário, tão inútil como explicação, quanto ineficaz para resolver o cerne da questão.

UM CASE UEMGUIANO POSTO À LUZ DE VELAS APAGADAS

Neste contexto de revisões de cargas horárias, de massas salariais e de moldes de cumprimento de jornadas de trabalho, a Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, no segundo semestre de 2023, por meio de sua Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais, se debruçou sobre alguns postulados normativos que regem os servidores públicos do Estado mineiro, os quais, no presente texto, se restringem aos de alcance do público docente do Ensino Superior da UEMG.

Os expedientes normativos a serem reformulados por meio desta iniciativa, são:

- a) **A Resolução CONUN/UEMG, nº 372/2017, que dispõe sobre atribuições de encargo ao Professor, criação da Comissão Permanente de Gestão de Docentes (CPGD), e dá outras providências;**
- b) **A Resolução CONUN, nº 482/2020, que estabelece as regras de convocação para a função temporária de Professor de Educação Superior, no âmbito da Universidade do Estado de Minas Gerais; e,**
- c) **A Resolução COEPE, nº 234/2018, que dispõe sobre o cálculo de encargos didáticos e sua atribuição aos ocupantes do cargo de Professor de Educação Superior – PES da UEMG, bem como aos Professores Designados da Instituição.**

Estes regulamentos, após discussões nos órgãos de origem: COEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão); e, no CONUN (Conselho Universitário), foram remetidos aos Campi e Unidades da UEMG, a fim de que, às revogações parciais e integrais sugeridas pela Controladoria-Geral

do Estado, pudessem ser, também, além de apreciadas pelos Docentes, em suas sedes de lotação, talvez acrescidas de novas sugestões e eventuais contestações.

É, portanto, neste sentido, que, na condição de Docente da UEMG, lotado na Unidade Frutal, que apresento a seguinte proposta: **manutenção das atuais condições de atribuição de encargos didáticos, em jornada de período integral, cumpridos, durante uma semana de cinco dias (excepcionalmente interpolada com ‘sábados letivos’ regulamentares).**

Tal propositura implica, necessariamente, a manutenção (de certos dispositivos, postos à esquerda de quem lê) e não a revogação (propostas ou já impostas, à direita de quem lê), de certos dispositivos, do modo a saber:

- Na Resolução CONUN/UEMG, nº 372/2017: proponho manter-se a redação original de seu §4º:

§4º Excepcionalmente, poderá ser admitida a redução temporária de encargos semanais em sala de aula para as situações explicitadas nos artigos 8º e 10º desta Resolução.

§5º A proposta de trabalho do docente deverá contemplar, além da docência em sala de aula, tempo para o preparo de aulas e avaliações, correção de trabalhos escolares e atendimento aos estudantes.

§4º (Revogado) (Nota de Consultoria E-AUD Nº 1465252 – LDB e Decreto nº 48.176, de 15 de abril de 2021).

- Proponho a modificação da sugestão de redação de um §2º, dada pelo CONUN, no Artigo 9º, para: “[...] **deverá cumprir jornada de trabalho presencial, no mínimo, quatro dias por semana [...]**”

Art. 9º Os professores eleitos ou indicados para cargos de administração acadêmica cujo exercício se dê, por determinação estatutária, em regime de Dedicção Exclusiva, terão regime de trabalho alterado para DE enquanto durar o tempo de seu mandato ou indicação.

Parágrafo único. Nos casos em que a adoção do regime de Dedicção Exclusiva for prevista no Estatuto da UEMG como facultativa, a concessão dar-se-á mediante solicitação do docente.

Art. 9º Os professores eleitos ou indicados para cargos de administração acadêmica cujo exercício se dê, por determinação estatutária, em regime de Dedicção Exclusiva, terão regime de trabalho alterado para DE enquanto durar o tempo de seu mandato ou indicação.

§ 1º Nos casos em que a adoção do regime de Dedicção Exclusiva for prevista no Estatuto da UEMG como facultativa, a concessão dar-se-á mediante solicitação do docente.

§ 2º O docente que optar pelo regime de DE, nas hipóteses previstas no Estatuto, deverá cumprir jornada de trabalho presencial de, no mínimo, três dias por semana na Unidade Acadêmica em que estiver lotado. (Nota de Consultoria E-AUD Nº 1465252 – e da Nota de Auditoria e-AUD nº1423636).

- Proponho a manutenção da redação original do Artigo 10 e de seus Incisos, sem o Parágrafo Único inserido abaixo:

<p>Art. 10 O professor, que exerça atividade administrativa poderá ser liberado, total ou parcialmente, de seus encargos didáticos, nos seguintes casos:</p> <p>I - liberação total de encargos didáticos para os professores que exerçam os cargos de Reitor, Vice-Reitor, Chefe de Gabinete do Reitor, Pró-Reitor, Diretor Geral de Campus, Diretor e Vice-Diretor de Unidade;</p> <p>II - liberação parcial de encargos didáticos respeitando o exercício de, pelo menos, 4 horas semanais em sala de aula, para professores exercendo as funções de Chefia de Departamento Acadêmico e Coordenador de Cursos de graduação ou pós-graduação.</p> <p>III - liberação parcial de encargos didáticos observado o cumprimento de, no mínimo 6 horas semanais em sala de aula, ao Coordenador de curso de especialização, desde que não receba nenhuma remuneração pelo exercício dessa função, e que a</p>	<p>Art. 10 Os professores que exerçam os cargos de Reitor, Vice-Reitor, Chefe de Gabinete do Reitor, Pró-Reitor, Diretor Geral de Campus, Diretor e Vice-Diretor de Unidade poderão ser liberados de seus encargos didáticos. (Nota de Consultoria E-AUD N° 1465252 – LDB).</p> <p>I – (Revogado) (Nota de Consultoria E-AUD N° 1465252 – LDB).</p> <p>II – (Revogado) (Nota de Consultoria E-AUD N° 1465252 – LDB).</p> <p>III - (Revogado) (Nota de Consultoria E-AUD N° 1465252 – LDB).</p> <p>Parágrafo Único. Enquanto não houver cargos comissionados em quantitativo suficiente para a nomeação de todos os Diretores e Vice-Diretores de Unidades Acadêmicas, os professores em exercício das referidas funções poderão ser</p>
---	--

- Proponho modificar a redação sugerida de um Parágrafo Único, para o Artigo 23, como abaixo se mostrará:

<p>Art. 23 O Regime de Tempo Integral objetiva propiciar condições efetivas para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional, das atividades-fim, da missão e das vocações da Universidade, especialmente no que diz respeito aos projetos de ensino, pesquisa e extensão.</p>	<p>Art. 23 O Regime de Tempo Integral objetiva propiciar condições efetivas para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional, das atividades-fim, da missão e das vocações da Universidade, especialmente no que diz respeito aos projetos de ensino, pesquisa e extensão.</p> <p>Parágrafo Único. A carga horária do Docente em Regime de Tempo Integral é dividida em 20 (vinte) horas semanais destinadas a encargos docentes de estudo, pesquisa, atividades de extensão, gestão, planejamento, avaliação e orientação de estudantes e 20 (vinte) horas para os encargos didáticos, que incluem as atividades em sala de aula, tempo para o preparo de aulas e avaliações, avaliação de trabalhos acadêmicos e atendimento a estudantes, considerando as peculiaridades de</p>
---	--

5

	<p>cada área, disciplina e tipo de aula. (Nota de Consultoria E-AUD N° 1465252 – CEE).</p>
--	--

Do modo como está a redação deste Parágrafo Único, interposto ao Artigo 23, as tais 20 horas, destinadas para a Pesquisa Docente, Iniciação Científica, Extensão, Gestão, Planejamento, Avaliações, Orientações, não só ‘extingue’ os cargos administrativos como um todo e a consequente atribuição de DE aos titulares de tais cargos, como também os reposiciona (os cargos) dentro de uma carga horária obrigatória contratada já muito achatada, por inúmeros outros afazeres não contemplados como parte de nosso trabalho (tais como a participação em reuniões, a de preenchimento de formulários diversos, a de leitura de documentos e Editais internos, a função de Avaliadores diversos, de Parecerista, de Viagens Técnicas, de Incursões em Campo, de Organização de Eventos, de Orientações informais, de atuação em NDEs, em Colegiados, em Câmaras, Assembleias etc.).

E, ainda, se mantido este novo Parágrafo Único, também, não se permitirá a execução de tais ocupações, com um mínimo sequer de qualidade. Do mesmo modo, quaisquer das outras atividades estipuladas não poderão ser realizadas a contento, especialmente se forem cumulativamente tornadas como ‘subentendidas’ / ‘obrigatórias’, no mesmo escopo da metade das 40 horas contratadas pelo Estado.

Logo, uma sugestão de nova redação para este Parágrafo Único, poderia ser esta:

“Parágrafo Único. A carga horária do Docente, em Regime de Tempo Integral (40 horas semanais), é dividida em 20 (vinte) horas, destinadas a atividades docentes de estudo / pesquisa docente, atividades docentes de extensão e às atividades didáticas / ensino (os encargos didáticos, isto é, a sala de aula propriamente dita). Reunindo-se estes itens nesta metade de carga horária, privilegia-se a indissociabilidade da Pesquisa, da Extensão e do Ensino. As outras 20 (vinte) horas, são destinadas ao planejamento de aulas, conforme a peculiaridade de cada área do conhecimento, de cada disciplina e a modalidade de aula prevista e adequada aos respectivos PPCs. Contemplam-se nesta segunda metade da carga horária contratada, o planejamento, que nada mais é, que o tempo necessário para o preparo de aulas e de avaliações, bem como, a correção destas avaliações e demais trabalhos acadêmicos. Contemplam-se, ainda, nesta segunda metade, o atendimento aos estudantes, nos seguintes moldes: a orientação / supervisão / acompanhamento formal de estudantes (com ou sem bolsas de fomento), em fase de Estágio Pré-Serviço, em nível de TCC de Graduação, de Especialização, de Dissertações de Mestrado, de Teses de Doutorado, de Projetos Pós-doutorais, de Projetos de Extensão, de Iniciação Científica. Sendo assim, ao Docente que

acumular orientações de TCC de Graduação, de IC, de Extensão formais (com ou sem bolsa), no mínimo, ou que mantiver vínculos com Programas Stricto Sensu como Docente e com Orientação ativa, ou que a estas funções exceder, implicará em solicitação / atribuição de DE, mantendo-se seus encargos em sala de aula, ao patamar mínimo regulamentar previsto, de 08h semanais. As atividades de Gestão, seguem a peculiaridade regulamentada para cada cargo e função e, em casos omissos ou ainda não regulamentados, mantém-se à Gestão, os mesmos critérios elencados neste Parágrafo Único, preservando-se, como critério para a atribuição de DE ao ocupante de cargo de Gestão, o cumprimento dos encargos didáticos mínimos regulamentares, e, entrando no lugar da orientação / supervisão / acompanhamento formal de estudantes, a condição de nomeação / posse de Cargo de Gestão.

- Noutra Resolução, a 234/2018, vemos (sei que o print não ajuda muito nisso), mas, também, sugerimos:

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS	
<p>Art. 3º Considera-se para atribuição de encargos didáticos as aulas ministradas em:</p> <p>I - Disciplinas de graduação e pós-graduação stricto sensu;</p> <p>II - Orientações de Trabalhos de Conclusão de Curso, dissertações de mestrado, teses de doutorado;</p> <p>III - Atividades com encargos didáticos previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.</p> <p>Parágrafo único. Em casos excepcionais previstos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de pós-graduação lato sensu, de oferta gratuita, poderão ser atribuídos encargos didáticos aos docentes.</p> <p>Art. 13 Os encargos didáticos de cada Departamento Acadêmico são compostos pela soma dos encargos didáticos das disciplinas de graduação e pós-graduação stricto sensu, orientações de Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações de Mestrado, Teses de Doutorado e atividades com encargos didáticos, que estejam previstos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, nos quais estejam envolvidos.</p> <p>§1º Nas Unidades Acadêmicas, em que não se estabeleceu a departamentalização, a atribuição de encargos didáticos aos docentes será feita pelos Colegiados de Cursos de graduação e de Colegiados de Cursos de Pós-graduação stricto sensu.</p> <p>§2º No cálculo de encargos didáticos atribuídos pelos Departamentos Acadêmicos pelos Colegiados de Curso aos docentes só poderão ser incluídas as disciplinas, orientações e atividades previstas no Projeto Pedagógico de Curso-PPC.</p> <p>Art. 15 A carga horária semanal de um docente, equivalente a encargos didáticos atribuídos pelos Departamentos Acadêmicos ou Colegiados de Curso, é o resultado da soma da carga-horária semanal das disciplinas ministradas somadas às orientações e às atividades com atribuição de encargos didáticos.</p> <p>Art. 16 O Docente deverá cumprir carga-horária semanal entre 08 (oito) horas e 12 (doze) horas, excluídas horas de apoio.</p> <p>§ 1º A Carga Horária Semanal mínima do docente, por semestre letivo, será de 8 (oito) horas, em correspondência ao previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, Lei 9.394 de 1996.</p> <p>§2º A carga-horária máxima semanal permitida por semestre, em caso de interesse do docente em regime de 40 (quarenta) horas, é de 18 (dezoito) horas.</p> <p>§3º Ao docente que assumir a carga-horária semanal entre 16 (dezesseis) e 18 (dezoito) horas não será exigido o cumprimento</p>	<p>Art. 3º Considera-se para atribuição de encargos didáticos as aulas ministradas em:</p> <p>I - Disciplinas de graduação e pós-graduação stricto sensu;</p> <p>II - (Revogado)</p> <p>III - (Revogado)</p> <p>Parágrafo único. (Revogado)</p> <p>Art. 13 (Revogado)</p> <p>Art. 15 (Revogado)</p> <p>Art. 16 O Docente deverá cumprir carga-horária semanal entre 08 (oito) horas e 12 (doze) horas, excluídas horas de apoio.</p> <p>§ 1º A Carga Horária Semanal mínima do docente, por semestre letivo, será de 8 (oito) horas, em correspondência ao previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, Lei 9.394 de 1996.</p> <p>§2º A carga-horária máxima semanal permitida por semestre, em caso de interesse do docente em regime de 40 (quarenta) horas, é de 18 (dezoito) horas.</p> <p>§3º (Revogado)</p> <p>Art. 20 (Revogado)</p> <p>Art. 21 (Revogado)</p> <p>Art. 22 (Revogado)</p> <p>Art. 23 (Revogado)</p> <p>Art. 24 (Revogado)</p> <p>Art. 25 (Revogado)</p> <p>Art. 26 (Revogado)</p>

- Na Resolução COEPE/UEMG, nº 234/2018, acima, manter a redação original do Artigo 3º e seus Incisos.
- Manter a redação original do Artigo 13 e seus Parágrafos.
- Manter a redação original do Artigo 15.
- No Artigo 16, manter a redação original do Parágrafo 3º.

RESULTADOS

Ainda é preciso se verificar, se o formato 100-80-100, fundamento da ‘semana de quatro dias’, pode ser aplicável à rotina dos serviços públicos, sob o ponto de vista de quem os utiliza (a população), e se aplicável às condições específicas de cada carreira de Estado (sob o ponto de vista jurídico e até funcional de quem executa e oferta tais serviços à população).

Apesar desta ou daquela iniciativa, quer tenha advindo por meio de uma Resolução da OIT, quer tenha nos chegado via intervenção de uma PEC, quer nos tenha sido dada pela lucidez atemporal de um Henry Ford, ou ainda aludida pelo visionário livro de De Masi, fato é que convivemos com realidades indesejáveis, as quais, parte delas, podem ser associadas às dinâmicas de interação de agentes como Empregador / Colaboradores / Jornadas / Remuneração / Sociedade, os quais, neste momento, se predispõem a sentar ao redor de mesas de negociação, para tentar resolver problemas que talvez ainda nem saibam que existem.

E, é assim, que, comum ao modelo de ‘resistência’ contemporâneo, narrado anteriormente, se revela o recorrente absenteísmo dos dias atuais. Também se faz presente como ingrediente mercadológico ‘indesejável’, a Síndrome de Burnout, descrita nos EUA, em 1974, pelo médico pelo médico Herbert Freudenberger, como sendo um “distúrbio emocional, com sintomas de exaustão extrema”. Tão ou até mais temida que a Burnout, pode ser o fenômeno do Karoshi (morte por excesso de trabalho), cujo primeiro caso se deu, no Japão, em 1969 (PIZZO; OGURA & DRUGOVICH, 2018).

Contudo, parte das justificativas que podem ser dadas à escrita deste texto, vem do fato, de que o voto do Relator (cf. print incorporado) já está previamente redigido, acenando para uma eventual ‘aprovação’ das alterações feitas pela Controladoria-Geral da UEMG, do modo como lá estão, sob o pretexto sanativo de ‘falhas prejudiciais aos discentes’:

IV- VOTO DO RELATOR

Considerando a necessidade de adequação das Resoluções CONUN nº 372/2017, CONUN nº 482/2020 e COEPE nº 234/2018, e atendendo determinações da Controladoria Geral do Estado – CGE, visando ainda, corrigir falhas que podem prejudicar os discentes, o exercício da profissão docente e a gestão nas Unidades. Estes pareceristas manifestam pela APROVAÇÃO DAS ALTERAÇÕES PROPOSTAS.

Belo Horizonte, 17 de outubro de 2023.

Justifica-se ainda este olhar sobre tais fatos, a crença de que não seja possível alegar-se que, em nome da qualidade dos serviços educacionais prestados à sociedade, se imponham ao corpo Docente da UEMG, um imenso esmagamento de sua qualidade de oferta trabalho, nem que se ataque a sua consciência de pertencimento institucional, e, tampouco, que se defina à fórceps a sua satisfação laboral.

Entendemos que o aviltamento salarial que a classe Docente mineira amarga, há uma década ou até mais, não só já basta para ‘danificar’ o bom funcionamento da Educação no Estado, como também, junto com o atual ‘revogaço’ em pauta, vai além disto, retirando-se destes Docentes, um mínimo de garantias executórias de suas funções, as quais, as Resoluções em revisão buscavam garantir na sua origem.

Extrapolam-se ainda, os limites de razoabilidade, quando, ao se pretender agir assim, macerando as condições de atuação profissional Docente de ensino superior mineiro, ao mesmo tempo, se arquitetam um aumento implícito de seus afazeres, de tal modo, que quaisquer das funções de Ensino, de Pesquisa, de Extensão e de Gestão, quando executadas, do modo como propostos pelas revogações e ou novas redações, não podem ser cumpridas com a qualidade e com o elevado nível técnico e lucidez que tais ocupações nos exigem.

É assim, que facilmente se vislumbra, mantendo-se um cenário como o que ora se avizinha, que a UEMG será, se já não tem sido, berçário para experimentos de redução da semana de trabalho para o formato de 04 dias semanais.

A UEMG, estaria à luz de velas apagadas, sinalizando para um futuro incerto. O rumo prestes a ser tomado, é o de estímulo a exonerações voluntárias, de cenários de absenteístas, de um caminhar para o aumento das Síndromes de Burnout, ou para um inimaginável e indesejável ‘Karoshismo’ ocidental e tipicamente mineiro (PIZZO; OGURA & DRUGOVICH, 2018).

Enfim, é entre umas e outras ideias como estas, entre consequências tão graves quanto pouco vislumbradas ou mensuradas pela Controladoria-Geral, ou mesmo impensáveis e inaceitáveis, por parte da classe Docente, que emergem pareceres estranhos como este emitido pelas notas em anexo, as quais, eventualmente acatadas pelo Relator acima mencionado.

É daí, também, que frutificam conceitos, como o do recente Four-day workweek (Semana de 4 Dias), vindo da Nova Zelândia, e 2021. Este preceito é tão recente quanto exaltado e perseguido pelos gestores de nossos tempos, visto que é frequentemente apontado como a panaceia resolutive para os problemas laborais atuais, por uns, e, por outros, inserido como parte das questões conturbadas que quer solucionar e não consegue.

Uma das maiores críticas ao Four-day workweek, representado pela equação 100-80-100, é a de que, ele acena para: “100% de produtividade, recebendo 100% do salário, mas, em 80% do tempo”. Porém, nele se revela uma ordem semântica, cujos fatores podem ser facilmente alterados, sem muita transparência, e, em nome do mesmo propósito e dos resultados esperados (sejam estes quais forem), bem como, sem prejuízo da lógica de execução do mesmo formato.

Assim, o mesmo modelo 100-80-100, pode significar: “100% de produtividade, recebendo 80% do salário, mas, em 100% do tempo” que já havia sido contratado pelo Estado, por exemplo. Isto é, o formato funciona como se fosse um tipo de ‘armadilha’, que, por detrás de uma série de vantagens de início, pode ser lentamente conduzido para ser revertido em ferramentas de redução salarial, de eliminação de bônus de produtividade, de retirada de tickets diversos etc.

No case uemguiano, a ‘armadilha semântica’, poderia eventualmente estar escondida por detrás de uma ‘semana de três dias’, sugerindo que o profissional que assim a aceitar, atesta, implicitamente, que consegue cumprir sua jornada integral contratada em três, ou, no máximo, quatro dias (se pensarmos no dia presencial ‘off’, destinado aos atos de montagem de aulas, de correção de avaliações), sendo que apenas $\frac{3}{4}$ dela, da jornada, precisaria se realizar no modo presencial (parece, de início, uma maravilha).

Logo, transpondo-se a equação da já mencionada semana de quatro dias, para a atual proposta da Controladoria-Geral do Estado, teríamos um provável modelo 100-75-100, que, num primeiro momento, soaria como razoável, e definido assim: “100% de produtividade, recebendo 100% do salário, mas, em apenas 75% do tempo” (parece, de início, uma maravilha).

Entretanto, nada nos dá a garantia, de que, em pouco tempo, os mesmos números não sejam relidos assim: “100% de produtividade, recebendo 75% do salário, em 100% do tempo” (seja este tempo qual for).

Para as necessidades de economia processual e de recursos do Estado, nem seria preciso que nossa jornada fosse reduzida na base da ‘canetada’. Contudo, para imprimir transparência aos trâmites e dar uma certa relação de ‘causa’ e de ‘consequência’ diante dos ‘revogaços’ ora sugeridos, se cria a ideia de que eles cumprem o necessário papel de proteção ao discente, ao se ‘alterar o montante da jornada’ (esta é a causa), o que pressupõe a anuência da classe Docente (esta é a consequência).

Mais adiante, talvez nos advenha a informação de que ‘penduricalhos’ salariais, tais como as diárias de alimentação, as gratificações de desempenho, as Bolsas de Produtividade, as DEs, isolada ou cumulativamente, ao invés de ‘incorporadas aos salários’, de duas, ao menos uma: ou ‘sumam de vez’, ou passem a ser condicionadas a certo número de metas, tais como o aumento da ‘retenção discente’, ou a um quantitativo ‘x’ de publicações ou à frequência de ‘tantos dias’ por semana nas Unidades de lotação, ou a posse de cargos de Gestão sem DE.

E vejam, que isto nem precisa se enquadrar no atual molde proposto pela Controladoria, de três dias semanais, para quem tiver cargo de Gestão, podendo, até ser menos que isso, a depender do volume de reduções promovidas nos ‘penduricalhos’: só é preciso um motivo para os cortes acontecerem. E, estes motivos, podem aparecer, caso certas metas não sejam cumpridas (parecia mesmo, de início, uma maravilha, mas não é).

REFERÊNCIAS

AGAPITO, Sandra Marreiros & SOUSA, Fernando Cardoso de. A influência da satisfação profissional no absentismo laboral. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 2010; 28(2), p. 132-139. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0870902510700043?via%3Dihub>. Acesso em: 23/10/2023, às 12h22min.

FORD, Henry. *Os Princípios da Prosperidade* (este volume inclui: “Minha vida e minha obra”; “Hoje e amanhã”; e, “Minha filosofia da indústria”). Rio de Janeiro: BRAND, 1954. Disponível em:

https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/listarPublicacao.php?lista=0&opcao=6&busca=&tipoFiltro=p_a.id_autor&filtro=607&descFiltro=FORD.%20Henry&listarConteudo=Monografias. Biblioteca digital Fundação SEADE. Acesso em: 23/10/2023, às 12h53min.

GOMES JÚNIOR, Admardo Bonifácio. Resistência e trabalho. *Revista Mal estar e sociedade*, v. 7 n. 1, 2017.

MENDES, Nara Cristina Ferreira; SERRANO, André Luiz Marques; FERREIRA, Lucas Oliveira Gomes; CAVALCANTE, Pedro Murce Menezes. O Absenteísmo nas Instituições Federais de Ensino Superior: Composição de um Ranking de Eficiência. *RACEF – Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE*. v. 13, n. 2, p. 63-81, 2022. Disponível em: <https://racef.fundace.org.br/index.php/racef/article/view/809/pdf>. Acesso em 23/10/2023, às 11h51min.

PESSOA, Marcelo. DILEMAS SOBRE O TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19. *Revista AKEDIA*, – Volume 11 – Ano VII – 1º Sem. de 2021, p. 17-35. Disponível em: https://www.revistaakedia.com.br/files/ugd/314365_10aa5d9c09ac4272af837a1edb60c77e.pdf. Acesso em 23/10/2023, às 09h23min.

PIZZO, Júlia de Paula; OGURA, Cristhielle Tiek & DRUGOVICH, Gustavo Auada. KAROSHI: UMA BREVE REVISÃO SOBRE A MORTE POR EXCESSO DE TRABALHO. Anais do II Encontro do Laboratório Interinstitucional de Subjetividade e Trabalho. Maringá – PR, 2018. Disponível em:

https://npd.uem.br/eventos/assets/uploads/files/evt/12/trabalhos/12_2034_1538448777.pdf. Acesso em 22/10/2023, às 23h45min.

Sites consultados

ALMG – Assembleia Legislativa do Governo de Minas Gerais: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LCP/71/2003/?cons=1>

BBC Brasil: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cn02v9jn8ylo>

CNN Brasil: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/semana-com-4-dias-de-trabalho-sera-testada-no-brasil-ainda-neste-ano-entenda-iniciativa/>

PLANALTO.GOV. / CF-88: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

REVISTA EXAME: <https://exame.com/carreira/os-paises-com-as-semanas-de-trabalho-mais-longas-o-brasil-esta-na-lista/>

FOLHA UOL: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/08/veja-as-empresas-que-terao-semana-de-quatro-dias-de-trabalho-no-brasil.shtml>

OIT – Organización Internacional del Trabajo: <https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=1000:12010:0::NO::https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=1000:12010:0::NO::>

UMA TRILHA SONORA PARA A OBRA *CEM ANOS DE SOLIDÃO*

English title: A SOUNDTRACK FOR THE WORK ONE HUNDRED YEARS OF LONELINESS

 DOI NUMBER: 10.33726/akdpapers2447-7656v15y9in2023p79a102

PESSOA, Marcelo¹ –  <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: O trabalho examina a possibilidade de aplicação do conceito de crônica-canção, a um substrato romanesco, denominado de *Cem Anos de Solidão* (MÁRQUEZ, 1967). O objetivo do texto, incide em duas vertentes: uma, a de dar um acesso mais fluido ao leitor, de um conceito que foi mais longa e densamente desenvolvido durante o curso de mestrado (2003) de doutorado (2010). Outra, a de apresentar uma possibilidade distinta de aplicação do conceito 'crônica-canção' ao gênero 'romance', abordagem esta não inicialmente prevista nos principais aportes bibliográficos que sustentam nossa pesquisa (PESSOA, 2013/2014/2020 a&b). O resultado parcialmente obtido, é o de que é viável a aplicação, contudo, não exatamente num tipo textual como o *paper*, em função de que a brevidade deste modelo, exige omissões e rupturas que contribuem pouco para o esclarecimento da aplicabilidade do conceito em si. Entretanto, apesar disto, se mantém válida a proposta, uma vez que, a partir do que propusermos aqui, se poderá alavancar novos trabalhos de aplicação da 'crônica-canção', tais as já encontramos em Borges (2015), e Rocha (2018).

PALAVRAS-CHAVE: Produção e Difusão do Conhecimento, estudos filosóficos intersemióticos, letras

ABSTRACT: The work examines the possibility of applying the concept of chronicle-song to a novelistic substrate, called *One Hundred Years of Solitude* (MÁRQUEZ, 1967). The purpose of the text focuses on two aspects: one, to give the reader more fluid access to a concept that was longer and more densely developed during the master's (2003) and doctoral (2010) course. Another, to present a different possibility of applying the concept 'chronicle-song' to the genre 'novel', an approach not initially foreseen in the main bibliographic contributions that support our research (PESSOA, 2013/2014/2020 a&b). The partially obtained result is that the application is feasible, however, not exactly in a textual type such as paper, due to the fact that the brevity of this model requires omissions and ruptures that contribute little to clarifying the applicability of the concept itself. However, despite this, the proposal remains valid, since, based on what we propose here, it will be possible to leverage new works of application of the 'song-chronicle', such as we have already found in Borges (2015), and Rocha (2018).

KEYWORDS: Production and Dissemination of Knowledge, intersemiotic philosophical studies, letters

¹ Docente do DLLCA – Departamento de Linguística, Letras, Comunicação e Artes / UEMG. Bolsista de Produtividade Científica – Chamada 10/2022 – Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa – PQ / UEMG.

A CRÔNICA-CANÇÃO E A OBRA *CEM ANOS DE SOLIDÃO*

Acho que agora posso ouvir uma voz solene me repreendendo: 'É precisamente porque teu próximo não é digno de amor, mas, pelo contrário, é teu inimigo, que deves amá-lo como a ti mesmo'. Compreendo então que se trata de um caso semelhante ao do *credo quia absurdum* (FREUD, 1969, p. 132).

Que coisa é a 'crônica-canção'?

O fio condutor das interposições de letras de música ao enredo de García Márquez, se associa, aqui, ao conceito de 'crônica-canção', descrito nos livros *A Crônica-Canção de Chico Buarque* (PESSOA, 2013 / 2020), e *A Crônica-Canção de Caetano Veloso* (PESSOA, 2014 / 2020), ambos originados, respectivamente, da Tese doutoral, defendida em 2010, na Universidade Estadual de Londrina (UEL), e da Dissertação de Mestrado, defendida na UNESP, em 2003.

A ideia geral em torno do conceito 'crônica-canção', é a de que, na tipologia crônica-canção, obrigatoriamente se reúnem simultaneamente e de modo interdependente e indissociável, a matéria textual objetiva (em prosa ou verso), a substância poética subjetiva, e o ingrediente sonoro.

Dentre os principais arquétipos textuais que formam a crônica-canção estão o Poema, a Elegia, a Fábula, o Apólogo, a Prosa, o Repente, o Cordel, a Epopeia, a Crônica, a Canção e outros. Na crônica-canção todos estes suportes textuais e ou sonoros se reúnem, se expressam e se entrecruzam por meio de um só vocábulo-conceito – a Crônica-Canção.

É assim, que, na condição de gênero literário, musical, cultural, e mesmo como categoria de análise sociológica, filosófica, antropológica ou psíquica, a 'crônica-canção' é tipologia e categoria derivada de muitos formatos oriundos do paradigma discursivo e sociolinguístico e, desse modo, é natural que, para que a 'crônica-canção' se conformasse, os tivesse absorvido ao longo do tempo.

Do mesmo modo, é razoável que, para assumir a identidade que a ela imputamos em nossa Tese doutoral, que deles se diferenciasse. Assim, a 'crônica-canção', em função de se apresentar por meio de letras cantadas, difundidas por poetas e músicos e não necessariamente apenas por intermédio de suportes

verbais escritos produzidos por jornalistas, prosadores, artistas, grafiteiros e linguistas *e. g.*

Logo, a partir dessa sua alegada ancestralidade textual e sonora múltipla, a ‘crônica-canção’ é conceito que passa a dispor-se, do mesmo modo que muitos dos gêneros de onde ela nasceu, à leitura crítica social, ao retrato do cotidiano, ao viés humorístico, à expressão de atualidades, às efemeridades da vida, ao lirismo reflexivo e ao registro de fatos históricos.

Assim, é fácil perceber que, do mesmo modo que estas características, comuns ao gênero literário ‘crônica’, se sobrepõem ao conceito de ‘crônica-canção’. É igualmente notável, também, ver que a ‘crônica-canção’, ao se unir ao substrato sonoro, aos aspectos particulares da notação musical, aos elementos performáticos da execução e do espetáculo, se distancia de suas fontes primárias, assumindo seus próprios contornos teóricos.

Sua principal virtude, no final deste percurso de construção, de distanciamento e definição identitária, é a atemporalidade. Isto é, ao ser empregada como categoria interpretativa dos fenômenos socioculturais, a ‘crônica-canção’ consegue aproximar poetas e cantadores de todos os tempos num mesmo mote de pesquisas e de percepções culturais, linguísticas, histórias.

Assim, as expressões poéticas e cantadas de Homero, o Livro bíblico do Cântico dos Cânticos, o cordel de Catulo da Paixão Cearense, a MPB de Chico Buarque, de Caetano Veloso, a Embolada de Caju e Castanha, o RAP, dos Racionais MC's e o Rock da Legião Urbana, além de infinitos outros poetas cantadores que a este ofício de dedicam, quer pertençam ao cancionário do passado, quer sejam contemporâneos, quer transitem no cenário da mais alta erudição, quer trafeguem pelos estratos mais populares da cultura, podem todos serem lidos como cronistas cantadores de ‘crônicas-canções’. E, neste sentido, o pentagrama, a folha de papel em branco, ou qualquer outro meio disponível ao artista, no momento de sua criação, se transformam em páginas de jornal.

Esta nova palavra, a “crônica-canção” (quando nos referirmos à palavra composta por justaposição, hifenizada, a escreveremos com “aspas duplas”, e,

quando nos voltarmos ao conceito litero-musical, a indicaremos com ‘aspas simples’), por isso, traz consigo a ambição paradigmática de figurar ao lado de gêneros textuais historicamente mais consolidados (tais como a própria Crônica, mas, também, o Conto, o Romance, o Poema etc.) e, também, ambiciona compartilhar das mesmas bases teóricas consagradas pela crítica sociocultural que ela mesma precisa renegar ao dar-se à luz, no momento de sua estruturação teórica.

Em suma, a expressão ‘crônica-canção’ se materializa, teórica e conceitualmente, por meio de fatos humanos, sociais, culturais e de uso da linguagem que se sobrepõem e que, até então, antes da ‘crônica-canção’, se exprimiam isoladamente, de um lado, como Poemas, e, de outro lado, como Cantigas. Logo, o advento do conceito de ‘crônica-canção’ põe em revisão tudo o que já sabemos sobre a palavra ‘crônica’ e, de outro lado, também, toda a semântica associada à palavra ‘canção’.

Desse modo, igual e respectivamente, tais vocábulos, a ‘crônica’ e a ‘canção’, separadamente ou unidos pelo hífen (crônica-canção), que é o modo como o novo vocábulo será reconhecido, gozam parcialmente das mesmas prerrogativas que os usufrutuários da língua e os estudiosos da literatura, da sociedade e da cultura lhes vierem a atribuir. É válido ressaltar, porém, que, se estas expressões já existiam como territórios semântico-linguísticos mais ou menos bem definidos dentro dos dicionários e do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, foi só com a Tese doutoral (PESSOA, 2010) que se ousou juntá-los, formando uma nova palavra a ser inserida no léxico brasileiro como aqui definida (a "crônica-canção"), a partir do que também se deu origem, simultaneamente, a um novo gênero literário / musical: a ‘crônica-canção’ em si.

Os princípios essenciais de aplicação do conceito ‘crônica-canção’ estão colocados na tabela a seguir, a partir dos quais, aliás, o leitor deste *paper* poderá, conforme seu interesse, aplicar complementarmente à sua leitura, quanto às crônicas-canções sugeridas como ‘trilha sonora’ para a obra *Cem Anos de Solidão* (estes apontamentos teóricos foram adaptados do *Verbetes Linguístico no Wikcionário* (PESSOA, 2020c).

Quadro-síntese – Legenda: “X” = totalmente aplicável

	<u>AUTOR-BASE AQUI ADOTADO</u>	<u>CARACTERÍSTICA POSTA EM FOCO</u>	<u>APLICA-SE À CRÔNICA, AO POEMA / POESIA OU À CANÇÃO?</u>	<u>COMO PODE SER APLICÁVEL OU NÃO À CRÔNICA-CANÇÃO?</u>
01	José Marques de Melo (2003)	Retrato do Cotidiano	X	X
02	José Marques de Melo	Crítica Social	X	X
03	Antônio Cândido (1992)	Trata de assuntos complexos por meio de leveza vocabular e temática	X	X
04	Antônio Cândido	Emprego do Humor	X	X
05	Davi Arrigucci Jr. (2001a e b) e José Marques de Melo	Abordar ou Expressar-se por meio de Elementos Poéticos	X	X
06	Jorge de Sá (2008) e José Marques de Melo	Prevalência Temática aos temas da Atualidade	X	X
07	Afrânio Coutinho (1986)	A Crônica como Obra de Arte	X	X
08	Jorge de Sá	Apreensão e Expressão do Efêmero	X	NEM SEMPRE: As canções geralmente aderem a temas de maior durabilidade, salvo em casos específicos da expressão musical, como os <i>jingles</i> , por exemplo.
				SIM: Mas, vale lembrar, que o que este autor chama de “lirismo

09	Jorge de Sá	Lirismo Reflexivo	X	reflexivo” (faço citação noutra ponto do texto), ajuda a conformar uma categoria de análise aplicável ao cronista e à crônica, ou seja, esta é característica semelhante ao que Ezra Pound, no livro <i>ABC da Literatura</i> (1970), diz sobre o poeta e a poesia: “o artista é o antena da raça”.
10	Alfredo Bosi (1970)	Registro de Fatos Históricos	X	NEM SEMPRE: Apesar de algumas canções praticamente contarem ou “recontarem” histórias, o que Bosi afirma é que a poesia dos Aedos e a crônica do passado foram, por muito tempo, os únicos compêndios históricos disponíveis, condição que não se perpetuou ou não é regra geral no atual formato dos poemas cantados.
		Na crônica-canção obrigatoriamente se reúnem simultaneamente e de modo interdependente e indissociável a	SIM: Porém, nos arquétipos textuais matriciais da crônica-canção (que encabeçam esta coluna), os principais fundamentos que	É possível afirmar que para ser ou para consolidar o que sempre foi característica fundamental da crônica-canção, é preciso que haja a

11	Marcelo Pessoa (2020 a&b)	matéria textual (em prosa ou verso), a substância poética, e o ingrediente sonoro.	os consubstanciam podem ocorrer não cumulativamente e de modo não interdependente . Na crônica-canção isso é improvável. Outro fato a se destacar sobre esta simultaneidade, interdependência e indissociabilidade, é que, diferentemente do que fazemos ao analisar os poemas, ato teórico-analítico que podemos realizar neles verso a verso, nas crônicas literárias em prosa isto não é possível. Desse modo, como gênero derivado deste formato tradicional de crônica, a crônica-canção absorve, dessa sua ancestral textual, o dispor-se à leitura crítica, tanto em versos isolados uns dos outros e, com maior preferência, em blocos de versos, fato que, quando ocorre ao gosto de cada estudioso, nem descaracteriza a letra da canção enquanto poema, tampouco a transforma noutro gênero literário.	indissociabilidade e concomitância de seus rudimentos, os quais foram herdados, tomados por empréstimo ou assimilados a partir daquilo que caracterizava ora a crônica literária, ora o poema, ora a poesia, ora a canção popular ou a erudita.
----	------------------------------	--	---	---

Tabela retirada e adaptada de Pessoa (2013 / 2014 / 2020)

POR UMA TRILHA SONORA DA OBRA *CEM ANOS DE SOLIDÃO*

Antes de iniciarmos, advertimos: não é possível ao leitor deste Artigo, entender a obra *Cem Anos de Solidão* e ou a natureza dos personagens, sem, antes, ler o livro. Portanto, embora a intenção neste texto seja o de agilizar o acesso e aplicabilidade da crônica-canção, isto não significa que nesta premissa se contemple, também, uma tecla de atalho que prescindia a apreciação do romance, o que torna este *paper* mais útil para os já iniciados na tarefa de leitura.

Convém esclarecer, que a partir dos postulados descritos sobre o conceito de 'crônica-canção', que a inspiração desta escrita, que propõe a elaboração de uma espécie de roteiro musical para a obra *Cem Anos de Solidão*, emerge do sugestionamento de que há nela, sob o ponto de vista da 'crônica' e da 'canção', um personagem emblemático, denominado de "Francisco, o Homem".

Esse personagem, segundo se conta na história, tinha quase 200 anos de idade. Era ele uma espécie de 'cantador' intergeracional, ancestral, que resumia em si mesmo, as virtudes dos 'aedos gregos', dos 'juglares hispânicos', dos 'plebos portugueses', dos 'repentistas nordestinos', e dos atuais '*rappers* norte-americanos'. Ele catalisa, por isso, todos os semas individuais dessas entidades culturais, acrônicas, reificadas pela história, espalhadas geograficamente pelo território sem fronteiras da arte musical e poética atemporal, desempenhando uma função bastante atípica na narrativa de ficção de García Márquez.

Assume, "Francisco, o Homem", o papel de 'correio local', uma vez que, por intermédio de canções próprias, realiza o 'leva e traz', 'daqui para ali', 'de cá para acolá', de recados dos habitantes de todos os povoados pelos quais passa: "Todo dia o sol levanta / E a gente canta / Ao Sol de todo dia / Fim da tarde a terra cora / E a gente chora / Por que finda a tarde / Quando a noite / a Lua amansa / E a gente dança / Venerando a noite" (Crônica-canção: "Canto do Povo de Um Lugar". Álbum *Jóia*. Composta por Caetano Veloso, 1975: <https://youtu.be/WzMJkJeWFdY>). "Francisco, o Homem", venera o seu tempo pela repetição da tradição que carrega, ao mesmo tempo em que é venerado pelos entes de seu *locuus*, mantendo viva a cultura da região, via retransmissão oral de sua memória.

A possibilidade de um roteiro crônico-cantado em *Cem Anos de Solidão*

Na obra *Cem Anos de Solidão* (MÁRQUEZ, 1967), a trajetória do personagem “José Arcádio Buendía” (doravante, JAB) e de sua família, se inicia com sua partida do vilarejo de Riohacha, fugindo de um passado de duelos e mortes.

E, é desse contexto, que nos remetemos a um lugar inóspito, remoto e pantanoso, localizado no meio da selva e ao pé duma serra. Ponto em que os Buendía e alguns dissidentes de um outro vilarejo, decidem se alojar e fundam a aldeia de Macondo. Lugar único, cuja proximidade era percebida ao longe pelos caminhantes, devido à intensidade do canto dos pássaros que os moradores mantinham em gaiolas. Macondo, também por isso, passa a ser periodicamente visitada por tribos de ciganos que trazem aos aldeões todo o tipo de novidade, não importando se inútil ou necessária.

Numa dessas visitas, um dos ciganos, de nome “Melquíades”, apresenta aos macondenses, um fantástico e estupendo ‘invento’: o ímã. Esse objeto, como todos os demais que trariam posteriormente, encanta a todos os moradores, principalmente a JAB, já considerado, então, como o maior líder local. Contudo, nem ele, tampouco seus concidadãos, detectaram o alvo fácil que era a sua própria inocência:

Quem me dera ao menos uma vez / Ter de volta todo o ouro que entreguei
a quem / Consegui me convencer que era prova de amizade / Se alguém
levasse embora até o que eu não tinha / [...] Quem me dera ao menos uma
vez / Que o mais simples fosse visto / Como o mais importante / Mas nos
deram espelhos, e vimos um mundo doente (Crônica-canção “Índios”.
Álbum *Dois*. Legião Urbana, 1986: https://youtu.be/nM_gEzvhsM0).

Apesar das advertências da esposa de JAB, “Úrsula Iguarán”, e do próprio cigano que demonstrava o objeto, JAB insiste em trocar seus rebanhos de animais, pelo ‘maravilhoso’ e incomparável ímã. Com ele, JAB intentava garimpar ouro, atraindo as pedras douradas com o magneto. Como era de se esperar, a experiência fracassa. Com o ímã, o único metal que JAB desenterrara, apesar de muito procurar, fora uma armadura militar de metal do século XV:

Eu devia estar contente / Por ter conseguido tudo o que eu quis / Mas confesso, abestalhado / Que eu estou decepcionado / [...] É você olhar no espelho / Se sentir um grandessíssimo idiota / Saber que é humano, ridículo, limitado Que só usa 10% de sua cabeça animal (Crônica-canção “Ouro de Tolo”. Álbum *Krig-ha, Bandolo!*. Raul Seixas, 1973: <https://youtu.be/wWYVuhqG3Ss>).

JAB, noutra visita dos ciganos à aldeia, troca, então, os seus lingotes imantados por uma espetacular lupa gigante, pois, com ela, pretendia, engenhosamente, atear fogo aos inimigos militares do ‘reino de Macondo’, apondo-a contra o sol e direcionando seu raio de luz concentrada em cima dos agressores, incendiando-os.

Da mesma maneira que fracassara aquela sua particular ‘corrida do ouro’, empreitada por ele com seu ímã, naufraga também o estrépito de seu civismo e patriotismo bélico incendiário. Depois dos infortúnios iniciais, JAB troca sua espetacular lupa por incríveis e novíssimos mapas e instrumentos de medição astral e de navegação marítima – astrolábio, bússola e sextante.

Após muitos estudos e reflexões, depois de inúmeras experiências e cálculos, se isola sonambulicamente da comunidade e da família, e queda silente, absorto nas divagações e contemplações de um mundo particular: JAB estaria imerso nas transformações de sua atípica puberdade intelectual?

Quando eu fui ferido / Vi tudo mudar / Das verdades / Que eu sabia / Só sobraram restos / Que eu não esqueci / Toda aquela paz / Que eu tinha / Eu que tinha tudo / Hoje estou mudo / Estou mudado / À meia-noite, à meia luz / Pensando! (Crônica-canção “Meu mundo e nada mais”. Tema da Novela “Anjo Mau”. Guilherme Arantes, composta em 1969, gravada em 1976: <https://youtu.be/WSyVE0RhAd8>).

A partir daí, então, adquire, devido a esse seu comportamento taciturno, uma merecida fama de louco. Nos idos dessa época, teve um lampejo repentino de lucidez (se é que podemos chamar isso de lucidez), e anuncia a todos, à mesa do jantar, o resultado da descoberta que obtivera vasculhando os porões mentais de sua introspecção imemorial:

– Caríssima família! – Anunciou solenemente, não exatamente com essas palavras, mas sob os auspícios da semidemência que já o ameaçava de dominar:

“a terra é redonda como uma laranja” (MÁRQUEZ, 1967, p. 11): “Dizem que sou louco / Por pensar assim / Se eu sou muito louco / Por eu ser feliz / Mas louco é quem me diz / E não é feliz / [...] Eu juro que é melhor / Não ser o normal / Se eu posso pensar que / Deus sou eu / [...] (Crônica-canção “Balada do Louco”. Disco *Mutantes e seus cometas no país dos Baurets*. Arnaldo Baptista e Rita Lee, 1972: <https://youtu.be/lkqcWKuzlQw>).

Uma das passagens mais intrigantes da história, é a que ocorre na floresta (são dois anos de travessia na mata). Nisso, quando JAB e alguns companheiros resolvem buscar uma rota para o mar e uma via de acesso às outras civilizações, se perdem de si mesmos. Primeiro, porque ‘os outros’, não existem realmente. Segundo, por que as aldeias as quais ele supunha existir do outro lado do rio e serem também tecnicamente mais avançadas do que era sua Macondo, “Aí mesmo, do outro lado do rio”, seria mais um lugar ‘mitológico’ ou ‘redentor’, onde, acreditava ele, “existe todo tipo de aparelho mágico, enquanto nós continuamos vivendo como burros” (MÁRQUEZ, 1967, p. 14). Esta é mais uma variante da ilusão latino-americana que se monta sobre os EUA e a Europa.

Nas entrelinhas da trama, os jovens adolescentes Buendía encetam a sua iniciação sexual. O mais velho deles e, também, mais ‘bem dotado’ – segundo inspeção visual realizada pela própria mãe, Úrsula –, tem seus primeiros deleites com uma das ciganas – “Pilar Ternera” –, o mais novo, com uma menina mulata, sem nome conhecido, a qual incendiara a casa da avó acidentalmente, motivo pelo qual a avó agora a obrigava a deitar-se com setenta homens todas as noites, até que ela lhe pagasse o prejuízo.

Neste ponto, Gabriel García Márquez antecipa ao leitor, o enredo de uma obra sua, a qual seria publicada somente em 1972, cinco anos depois deste *Cem Anos de Solidão* (1967). Trata-se do título “A incrível e triste história de Cândida Eréndira e sua avó desalmada”. Há, em suas tristonhas linhas, uma passagem na qual se sugere ao leitor, um sentimento de compaixão para com a personagem, uma jovem mulata com a qual vários se deitam. Essa jovem tem que se deitar com setenta homens por noite, para pagar a casa da avó que ela, a neta, incendiara acidentalmente. Nos *Cem Anos de Solidão*, as duas narrativas se entrelaçam:

“Antes de Aureliano, nessa noite, sessenta e três homens tinham passado pelo quarto. [...] Aureliano se despiu, atormentado pelo pudor, [...] Vou jogar outros vinte centavos (MÁRQUEZ, 1967, p. 55). E, assim, pela disforia que isto sugere, lembramos de dizer: “Joga pedra na Geni! / Joga pedra na Geni! / Ela é feita pra apanhar! / Ela é boa de cuspir! / Ela dá pra qualquer um! Maldita Geni! (Crônica-canção: “Geni e o Zepelim”. Trilha da peça de teatro *Ópera do Malandro*. Composta por Chico Buarque, 1978: <https://youtu.be/jWHH4MlyXQQ>).

Este texto sobre Eréndira, primeiro, foi nascido como um conto (por isso, acima, entre aspas). Depois, tornado romance completo, com o mesmo nome, passando a ser grafado, em função de nossa ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), sem aspas – *A incrível e triste história de Cândida Eréndira e sua avó desalmada* – narrativa a qual passou a reunir, além deste conto original, um conjunto de outros contos fantásticos, aos quais o autor misturou acontecimentos surreais a detalhes do cotidiano, a exemplo de um *rapper* da prosa:

Crime, futebol, música, carai / Eu também não consegui fugir disso aí / Eu sou mais um / Forrest Gump é mato / Eu prefiro contar uma história real / Vou contar a minha / Daria um filme / Uma negra e uma criança nos braços / Solitária na floresta de concreto e aço / Veja, olha outra vez o rosto na multidão / A multidão é um monstro sem rosto e coração (Crônica-canção “Negro Drama”. Álbum *Nada como um Dia após o Outro Dia*. Racionais MC's, 2002: https://youtu.be/mrAT_xG-opk).

Enquanto isso, o tempo avança. A população aumenta, impulsionada pela força de uma hipérbole, proposta por “José Arcádio” (filho de JAB), a de dar 65 voltas ao mundo. O governo nacional designa para a agora ‘cidade’ de Macondo, um “Delegado”, que chega escoltado por homens descalços e armados, trazendo esposa e sete filhas.

Acontece, também, um inusitado surto de ‘peste da insônia’, fenômeno metaforicamente associado aos relógios musicais que, ao lado da travessia da floresta, é outro importante aporte simbólico na narrativa e meio de atração turística para a nascente cidade.

Um dos inventos trazidos pelos ciganos da tribo de “Melquíades” a Macondo, faz alusão a um ‘emplasto para perder tempo’². Assim, é que “Melquíades” se configura como o ‘cigano das ilusões’ e, quando veio a morrer afogado, inaugura-se o cemitério, cessando a principal ilusão sobre a magia de uma vida eterna: “O cemitério é geral / E a morte nos faz irmãos / Tu, nessa idade e não sabe / Tudo é sertão e cidade / Tudo é cidade e sertão / Campina grande, oi vereda, oi geral / Ê vila, ê cidadão / Campina grande, oi vereda, oi geral / E civilização (Crônica-canção: “Cemitério”. Disco *Belchior*. Composta por Belchior, 1974: <https://youtu.be/vCzMXDyHFz8>).

JAB tem novo evento de loucura sonambúlica. Pouco tempo depois disso, a menina, de nome “Remédios”, uma das filhas do “Delegado”, que foi casada com um dos Buendía, morreu, talvez devido a complicações de sua gravidez dos gêmeos “José Arcádio Segundo” & “Aureliano Segundo”, e também da sua pouca idade, é provável.

Essa personagem, “Remédios”, no plano narrativo de García Márquez, ajuda a compor a alegoria da castidade primeva latino-americana. Desse modo, ao mesmo tempo em que o narrador apela para a força simbólica da imagem da ‘defloração’ das suas virtudes inocentes e da beleza, pureza e irrealdade existencial corrompidas via colonização, sugestiona a ausência de um ‘não’, contextualmente suprimido ou voluntariamente omitido: “Diga não pra quem destrói o mundo / Diga não pra quem constrói demais / Diga não pra falta de visão / Diga não! / Diga não pro prepotente / Diga não pro submisso / Diga não pra tudo isso” (Crônica-canção: “Diga Não”. Álbum *Música! O melhor da música do Heróis da Resistência*. Banda Heróis da Resistência, 1986: https://youtu.be/XnQmpzL_t3l).

Ela se oporia, enfrentando ou se submetendo, portanto, à simbologia da invasão cultural e tecnológica norte-americana, inaugurada por outro personagem, o “Mr. Herbert”, ao mesmo tempo em que ela se reforça como um ícone vivo de resistência étnica e cultural: “Remédios, a bela, foi a única que permaneceu imune

² “[...] e o aparelho para esquecer as más recordações, e o emplastro para perder tempo, e mil outras invenções tão engenhosas e insólitas, que José Arcádio Buendía gostaria de inventar a máquina da memória para poder lembrar de todas elas” (MÁRQUEZ, 1967, p. 21).

à peste da companhia bananeira. Estacou [...] feliz num mundo próprio de realidades simples” (MÁRQUEZ, 1967, p. 222).

A predominante veia política da narrativa é lembrada em várias passagens. Destacamos aqui o momento em que as eleições são fraudadas com a conivência do próprio “Delegado”. Vale lembrar ainda a esse respeito, que houve o confisco das armas e facas de cozinha dos macondenses, para que, com o volume das apreensões, se fizesse crer ao governo nacional, que os macondenses, de convicção política Liberal, estivessem ensejando uma guerra armada contra o governo central Conservador.

Pusemos esse detalhe em destaque, face às semelhanças destes episódios ficcionais com as eleições brasileiras, de 2022. No ambiente dos estudos literários, diz Olavo de Carvalho, se convencionou afirmar, que não há nada que aconteça na realidade objetiva de uma cultura, que já não tivesse sido descrito com antecedência pela sua literatura, logo: “Tá na hora do Jair / Já ir embora / Arruma a suas malas (vá-se embora) / Dá no pé e vá-se embora / [...] Ninguém tá aguentando mais, rapaz / Já passou da hora (Crônica-canção: “Tá Na Hora do Jair Já Ir Embora”. Álbum: *Tá na Hora do Jair Já Ir Embora*. Composta por Juliano Maderada & Tiago Doidão, 2022: <https://youtu.be/gilUNUWcCc0>).

Os ânimos locais, divididos entre Liberais e Conservadores, exaltam-se ainda mais e, no ápice das discórdias, chega-se à Guerra Civil. “Aureliano Buendía” é aclamado pelo povo³ com o posto de ‘Coronel Aureliano Buendía’, transformando-se, depois do progresso que irá experimentar Macondo, numa lenda viva e morta e na entidade mais temível e inacreditável da história do país (seja ele qual país for).

³ Para entender o significado de ‘povo’, uma vez que o autor não nos diz exatamente seu mote, recorreremos nesse trabalho, à definição de Marilena Chauí, em sua obra *Conformismo e Resistência*, de 1986. De Chauí, nos apropriamos, dentre outras definições da autora, daquela que entende o ‘povo’ como generalidade, como instância jurídico-política (dotada dos critérios do racionalismo da Ilustração) e como particularidade social: os ‘pobres’. De um lado desse entendimento, portanto, tem-se que, ao ‘povo’, entendido como generalidade política, cabe a tarefa política e racional de fundação e de sustentáculo dos preceitos e ordenamentos sociais. De outro lado, temos o ‘povo pobre’ como particularidade social e, a esse ‘povinho’ e suas necessidades básicas, diz-nos Chauí, “cabe auxiliá-lo através da filantropia e educá-lo através da disciplina do trabalho industrial, educação essencial para conter suas paixões obscuras, supersticiosas, sua irracionalidade e, sobretudo sua inveja, que se exprime no desejo sedicioso do igualitarismo” (CHAUÍ, 1986, p. 17. *Apud* PESSOA, 2003, p. 01).

Devido a um costume local, o de se levarem donzelas à tenda de guerreiros virtuosos para que, assim, se ‘depurasse a raça’, o “Cel. Aureliano Buendía” se tornará pai de sangue de dezesseis ‘filhos da guerra’, todos sendo batizados com o nome de ‘Aureliano’, *Aurelianos* esses que serão posteriormente reunidos à órbita da pujança crescente de Macondo:

Nascido no subúrbio nos melhores dias / Com votos da família de vida feliz / Andar e pilotar um pássaro de aço / Sonhava ao fim do dia ao me descer cansaço / Com as fardas mais bonitas desse meu país / O pai, de anel no dedo e dedo na viola / Sorria e parecia mesmo ser feliz / [...] Num dia de tristeza, me faltou o velho / Que falta, lhe confesso, que ainda hoje faz / [...] Na inocência de criança de tão pouca idade / Troquei de mal com Deus, por me levar meu pai (Crônica-canção “Espelho”. Álbum *Espelho*. Composta por João Nogueira & Paulo César Pinheiro, 1977: <https://youtu.be/r3PMqvqLyU0>).

Termina a primeira edição da guerra. O “Cel. Aureliano Buendía” é condenado à morte. O cortejo militar que acompanha o coronel à entrada de Macondo, onde seria executado (mas não o foi), dá conta, de um lado, de imprimir ao condenado, conduzido sob açoites e brutalidades, uma conformação de feições físicas próprias de um messias, sem ser um Jair nosso de cada dia: “Parecia um mendigo. Tinha a roupa rasgada, o cabelo e a barba emaranhados, e estava descalço. Andava sem sentir a poeira escaldante” (MÁRQUEZ, 1967, p. 121).

No ir e vir das ondas desse mar de sangue, a guerra parece cada vez mais não ter sentido para os soldados, a não ser, o significado de que a luta serviria agora apenas como instrumento de manutenção de um simples e paradoxal costume de lutar: “Há soldados armados, amados ou não / Quase todos perdidos, de armas na mão (Crônica-canção: “Caminhando”. Álbum *Geraldo Vandré*. Composta por Geraldo Vandré, 1979: <https://youtu.be/TKnbL5mMztw>):

Pouco a pouco, no entanto, e à medida que a guerra ia se intensificando e estendendo, a sua imagem foi se apagando num universo de irrealidade. [...] Acabou por perder todo o contato com a guerra. O que em outros tempos fora uma atividade real, uma paixão irresistível da sua juventude, converteu-se para ele numa referência remota: um vácuo (MÁRQUEZ, 1967, p. 159).

Inicia-se um novo ciclo de renovação e prosperidades em Macondo. Chegam à cidade os dezesseis ‘Aurelianos’. Depois da verve de progresso que

contaminara Macondo, os dezesseis herdeiros passam a ser caçados até a morte, desencadeando uma série de episódios de fundo bíblico.

Numa noite de matança, que lembra a morte dos primogênitos, ordenada por Herodes, sobram, apenas, o 'Aureliano' que era carpinteiro, e também o mais velho deles, de nome "Aureliano Amador" (o que nos parece ser uma alusão a José, o carpinteiro, pai de Jesus), o qual morrerá somente no final da história: "[...] alguém bateu na porta do quarto onde "Aureliano Arcaya" (um dos dezesseis aurelianos) estava [...]: anda logo, que estão matando os teus irmãos. [...] Naquela noite de matança, enquanto a casa se preparava para velar os quatro cadáveres, Fernanda percorreu o povoado como uma louca [...]" (MÁRQUEZ, 1967, 231).

Há de lembrarmos, também, a tal da história de uma 'chuva de quatro anos', que cai em Macondo, chamada pelos moradores, de 'o dilúvio', fazendo-se, nisso, inevitável e nova reminiscência ao texto bíblico: "Viu com uma impotência surda como o dilúvio fora exterminando sem misericórdia uma fortuna que em certa época era tida como a maior e mais sólida de Macondo e da qual não restava nada a não ser o mau cheiro" (MÁRQUEZ, 1967, p. 305).

Na vertigem dessas similaridades bíblicas, o filho bastardo de "Memê Buendía" e "Mauricio Babilônia", um menino batizado com o nome de "Aureliano Babilônia" – que só seria aceito, então, na casa dos Buendía, se todos acreditassem na história de que ele chegara até Macondo, pelo curso do rio, boiando dentro de uma cestinha, assim como Moisés chegou a casa de Faraó.

Todos concordam com a farsa, e o pequeno Aureliano, bastardo que era, se integra artificialmente ao *habitat* da família Buendía: "[...] trouxeram para casa o filho de Memê Buendía (p. 279). A Santa Sofía de La Piedad conseguiu convencer de que o havia encontrado flutuando numa cestinha. Úrsula haveria de morrer sem saber da sua origem" (MÁRQUEZ, 1967, p. 280).

O progresso de uma estrada de ferro, trouxe a Macondo o norte-americano "Mr. Herbert": "[...] chegou a Macondo o rechonchudo e sorridente Mr. Herbert. [...] Com a incrédula atenção de um comprador de diamantes, examinou meticulosamente uma banana, [...]" (MÁRQUEZ, 1967, 218): "Yes, nós temos

bananas / Bananas pra dar e vender / Banana menina, tem vitamina / Banana engorda e faz crescer (Crônica-canção: “Yes, Nós temos bananas”. Álbum *Yes! Nós Temos Bananas*. Gravada pelo cantor de nome Almirante, depois, imortalizada na voz de Carmen Miranda, em inglês, inclusive. Composta por Braguinha & Alberto Ribeiro, 1937: https://youtu.be/Ou_N7ajW96I & <https://youtu.be/3VcjRf0-BsY>).

Ele tinha um negócio de balões de sondagem e, sob o pretexto de estudar as bananas do povoado, causa um alvoroço industrial e agropecuário que triplica a população local: “Os americanos, que depois trouxeram as suas mulheres lânguidas com roupas de musselina e grandes chapéus de gaze, fizeram uma aldeia à parte do outro lado da linha do trem, [...]” (MÁRQUEZ, 1967, p. 219) e, por isso, a casa dos Buendía precisou ser transformada em hotel e restaurante e:

O único reduto de serenidade foi estabelecido pelos pacíficos negros antilhanos, que construíram uma rua marginal com casas de madeira sobre estacas, em cujas portas se sentavam ao entardecer cantando hinos melancólicos [...]. Olhem a confusão em que nos metemos – costumava então dizer o Coronel Aureliano Buendía – só por termos convidado um americano para comer banana (MÁRQUEZ, 1967, p. 221).

“Amaranta”, a virgem, ao morrer, leva cartas dos macondenses ao mundo de seus mortos, num baú colocado ao lado do caixão. A família Buendía começa a se dismantelar, após o tiro que “Fernanda” ordenara aos guardas, para desferir em “Mauricio Babilônia”, amante de “Memê”, sua filha. Em seguida, ela tranca “Memê” num convento.

Nesse intervalo, estoura a greve operária, liderada por “José Arcádio Segundo”. A cidade vira um caos. As reivindicações trabalhistas ganham corpo. A crítica social de García Márquez se intensifica. O Decreto nº 4, editado pelos militares, põe fim à revolta popular. Nas ruas, há uma carnificina patrocinada pelos caudilhos. A propaganda oficial tenta convencer a todos que tudo não passara de um sonho – e conseguem:

Era ainda a busca e o extermínio dos malfeitores, assassinos, incendiários e revoltosos do Decreto Número Quatro, mas os militares o negavam aos próprios parentes das suas vítimas, que atulhavam os escritórios dos comandantes em busca de notícias. Claro que foi um sonho, insistiam os

oficiais. Em Macondo não aconteceu nada, nem está acontecendo nem acontecerá nunca. É um povoado feliz (MÁRQUEZ, 1967, p. 295).

Durante a chuva, que durará mais de quatro anos caindo sobre Macondo, numa espécie de idílio fúnebre, todos se ‘escondem’ do mundo, visto que estão esperando a chuva estiar, para depois morrerem: “Aureliano Segundo voltou para casa com os seus baús, convencido de que não apenas Úrsula, mas todos os habitantes de Macondo estavam esperando que estiasse para morrer” (MÁRQUEZ, 1967, p. 306).

“Úrsula” morre aos 115 ou aos 122 anos, o narrador não deixa ao leitor a certeza desta idade. “Rebeca” (a filha adotiva dos Buendía) morreu decrépita, logo depois de os macondenses terem prendido e matado uma besta-fera, meio homem, meio animal, que foi responsabilizada, no púlpito, na voz do “Padre Antonio Isabel”, pelas inúmeras desgraças que acometiam a cidade. E foi assim:

Cumpadi, em Brasília, espaiaram / um boato muito chato / que o mundo vai se acabar / Vancê fique de oreia no rádio / Vancê fique de oio no jorná / Porque, vou te contar, no dia que o mundo se acaba / Nesse dia a gente tem que resolver / Que nós temo que esconder / aquele galo bolinha / Prá dispois do fim do mundo, a gente ter / Um macho prá galinha (Crônica-canção: “Moda do Fim do Mundo”. Composta por Tom Zé / Rolando Boldrin / Svaniek. Álbum *Disco Da Moda*, 1993 gravação de Rolando Boldrin: <https://youtu.be/4dF6rfLENwY>).

“Aureliano Babilônia” (o sobrinho bastardo dos Buendía), versado na escrita sânscrita deixada nos pergaminhos de “Melquíades”, descobre que o mago cigano escrevera profeticamente em seus pergaminhos, todo o destino da família Buendía e de Macondo. “Aureliano Babilônia” descobre o seu próprio destino ali escrito. Dizia o pergaminho final, que “Aureliano Babilônia”, o último da estirpe, morreria, assim que acabasse de ler o pergaminho. E assim se fez: “Na idade em que estou / Aparecem os tiques, as manias / Transparentes / Transparentes / Feito bijuterias / Pelas vitrines / Da Sloper da alma” (Crônica-canção “Bijuterias”. Álbum *Tiro de Misericórdia*. Composta por João Bosco & Aldir Blanc, 1977: <https://youtu.be/gfyGOgMUKLo>).

CONCLUSÕES

Em linhas gerais, percebemos que, se retiradas as alegorias⁴, que são estruturadas sobre a linguagem no desenrolar da história do centro onfalógico ‘Macondo’ e de seus demiúrgicos personagens, a narrativa de García Márquez ficaria restrita ao lugar-comum de ser apenas mais um enredo que envolve a saga dos fundadores de uma cidade.

Revestindo esses registros, entretanto, com as loucuras próprias do mundo dos adultos e com as descobertas sexuais da adolescência de seus personagens, o autor apimenta a simplicidade literal do enredo com algumas intrigas amorosas, bem típicas das novelas e da latinidade em geral. Com esse procedimento, que reúne no *mithós* elementos alegóricos, naturalistas e mágicos, o autor abre as portas do texto para traços de literariedade.

Ressaltamos também que a estratégia do narrador em estabelecer movimentos textuais em *flashbacks*, deixa na leitura, devido ao descompasso entre o tempo real dos fatos e o tempo em que eles são apresentados textualmente, uma sensação de raciocínio sincopado, sugerindo-nos metaforicamente, a apreensão rítmica de uma dança semântica dos signos linguísticos, a qual poderíamos denominar de ‘minueto estético’, circunstância esta que, em certa medida, contribui para com a junção do personagem “Francisco, o Homem”, e nossa proposta trilha sonora para os *Cem Anos de Solidão*.

Incorporando esse ritmo narrativo aos elementos alegóricos, naturalistas e mágicos, a história assume uma característica grandiosa e heroica, que tem ressonância com os pressupostos narrativos do gênero épico – as personagens, então, realizam fatos grandiosos e a cidade prospera. No entanto, dentro da ideia de um ‘signo da negação’ ou da ‘não-existência’⁵, García Márquez, ao impor a

⁴ Segundo Kothe (1986, p. 90), pode-se entender por ‘alegoria’, a representação concreta de uma ideia abstrata. É uma metáfora continuada, diz ele, que consiste na substituição do pensamento em causa por outro, ligado ao primeiro pensamento, por uma relação de semelhança. Em suma, conclui, alegoria é a exposição de um pensamento, sob forma figurada, em que se representa algo para indicar outra coisa – ‘a maçã como alegoria ou metáfora do pecado’ etc.

⁵ Edward Lopes lembra que “para que uma língua cumpra com os seus fins, é necessário que os membros de uma comunidade, que compartilham as mesmas experiências coletivas, se coloquem previamente de acordo quanto ao sentido que vão atribuir às partes da corrente sonora que emitem e ouvem. [...] é preciso que

Macondo e à estirpe dos Buendía um viés predominantemente relacionado à morte, à extinção e à derrota, faz com que a história de Macondo assuma contornos disfóricos, ou seja, de uma antiepopéia, negando a própria estrutura grandiloquente e heróica que deveria ser a tônica majoritária dos *Cem Anos de Solidão*, obra a qual poderíamos classificar esteticamente no rol dos textos pertencentes ao gênero épico, mas que, no entanto, foi, assim, negada pelo autor (PESSOA, 2004).

Desconsiderando-se, a partir disso, a aparente literalidade, e partindo mais diretamente para as constatações simbólicas, ve-se nessa narrativa ainda uma forte presença daquela eterna esperança de salvação messiânica que qualquer povo subjugado nutre na alma, como se essa métrica mística da salvação fosse o único consolo ante às arbitrariedades praticadas pelos ditames político-sociais do *establishment* e do *status quo* colonial que os vitimizam.

Nesse sentido, Macondo emerge de uma infância místico-primitiva na narrativa de García Márquez, com força de metáfora grandiosa dessa particularidade que seria extensiva à totalidade do território latino-americano. Note-se que a América Latina, em sua vertente subdesenvolvida, de religião predominantemente católica, é orientada pela batuta do interesse hegemônico do

concordem em atribuir a determinados conjuntos fônicos, [...] o poder de traduzir um determinado elemento da sua experiência histórica. Esse **contrato social** (grifo meu) funda o convencionalismo do signo” (p. 41). “Ao falar ou ouvir a palavra “casa” /kaza/, por exemplo, compreendemos que essa seqüência de sons, diferente de qualquer outra seqüência, refere-se a um significado “espaço construído pelo homem para lhe servir de habitação” diferente de qualquer outro significado. Se isso ocorrer, o conjunto de sons /kaza/ transforma-se em signo lingüístico” (p. 42) (LOPES, s/d).

Nesse sentido, temos então que García Márquez subverte a relação natural do signo lingüístico, fazendo com que a percepção, não apenas de uma palavra, de um conjunto de letras e sons emitidos e captados pelo ouvido ou pela visão, mas de todo um contexto sociocultural de um povo lhe sirva de ‘significantes’ para, então, compor o que aqui chamamos de ‘signo da não-existência’. O povo e o continente latino-americanos (metaforizados em Macondo e seus habitantes), portanto, são o substrato lingüístico do subdesenvolvimento generalizado reinante na América Latina, condição essa que lhes confere a condição metafórica, na narrativa de García Márquez, de seres ou de território não-existentes. São não-existentes porque, quando uma palavra, com seu corpo significante e seu significado, é destituída do valor convencional constituído pelo ‘contrato social’ lingüístico, ela se torna um neologismo ou uma metáfora, da mesma forma, quando Macondo e seus habitantes deixam de ser a localização exata de uma certa população ou território, e são elevados à condição alegórica representativa de uma massa sociocultural mais ampla, se tornam referencialmente não-existentes, tornando-se arquétipos da *latinoamericanidad*.

capital internacional, que tem seus próprios interesses oscilando, desde antanho, entre o modelo capitalista norte-americano e o modelo socialista soviético⁶.

Outrossim, vemos também que há no enredo de García Márquez, certa tendência satírica, na qual observamos a presença de personagens de perfil enlouquecido e débil, reiterando-se, com isso, o retrato genérico e metafórico – a partir da visão de um colonizador –, de gentinha ingênua que compõe a estirpe latina e que se apresenta a esse colonizador sob os moldes de uma aparente condição de entidade racial subalterna, lesa, e sempre suscetível à dominação colonialista⁷ em toda a sua modalidade vária (colonização geográfica, cultural, tecnológica e econômica).

A razão da construção de um ‘signo da negação’ na obra, verificada num nível mais superficial, pode servir de constatação do sintoma de se desejar uma necessária recuperação da auto-estima latina. Negando-se o estilo narrativo, se estaria, também, se opondo à força do opressor. Isto é, na instituição estética desse ‘signo da negação’, acreditamos, talvez, que o autor intentasse conseguir subverter a sensação psíquica de falência étnica, cultural e política que o opressor infundiu na consciência coletiva do homem latino-americano através dos séculos de dominação, e que nos visita, de tempos em tempos, por meio da literatura.

A autoestima negativa, que estrutura o ‘signo da negação’, acreditamos, se alimentaria na índole crítica do pensador García Márquez, índole que se deixa entrever pelo teor da alteridade personificada na pluralidade de seus personagens. Assim, García Márquez criticaria, então, a figura genérica de um colonizador que tem atualmente sua presentificação nos Estados Unidos, e também e indiretamente, nas feições de uma Rússia, China, ou Cuba, que, ao invés de serem ou de poderem ter sido uma alternativa política e econômica ao

⁶ “Como já sabemos, a impressão terrificante de desamparo na infância despertou a necessidade de proteção [...]. Assim, o governo benevolente de uma Providência divina mitiga nosso temor dos perigos da vida; o estabelecimento de uma ordem moral mundial assegura a realização das exigências de justiça, que com tanta frequência permaneceram irrealizadas na civilização humana; e o prolongamento da existência terrena numa vida futura fornece a estrutura local e temporal em que essas realizações de desejo se efetuarão” (FREUD, 1969, p. 43).

⁷ Veja-se o Dom Quixote, na obra *Dom Quixote*, de Miguel de Cervantes, o Padre Bartolomeu, na obra *Memorial do Convento*, de José Saramago, o Odorico Paraguaçu, na obra *O Bem Amado*, de Dias Gomes, e o José Arcadio Buendía, nos *Cem Anos de Solidão*, de Gabriel García Márquez.

imperialismo norte-americano, contentaram-se com o papel de terroristas nucleares episódicos, mantendo acesa a chama de uma atitude ocidental de alerta contra o socialismo, fazendo-o utópico.

O final trágico da história ficcional de García Márquez demonstra que o resultado mais imediato desse embate ideológico dentro da América Latina real (metaforizada pelo suburgo Macondo), é o surgimento, na cena social, de um retrato político-cultural em forma de caricatura: os Estados Unidos produzem um super-homem de aço e voador para os representar na 'liga da justiça', enquanto que a América Latina institui o 'Chapolim Colorado'⁸, um adulto infantilizado, vestido de super-herói, que vive de fazer palhaçadas em horário de programação infantil na televisão. O super-homem de aço norte-americano é vulnerável apenas à 'criptonita', material que existe apenas em outro planeta.

O Chapolim Colorado já nasce com perfil senil, ignoto, satírico de si mesmo, o que o torna vulnerável de nascença a qualquer coisa, dentro de nosso próprio mundo. Instaure-se, assim, a dinâmica do herói norte-americano primeiro-mundista e do anti-herói latino-americano subdesenvolvido, deixando mais evidente as margens do 'rio grande' que separam os norte-americanos do restante do continente, diferença que deve ser esteticamente negada, mediada pelo artista latino-americano, e superada pelas suas obras – e é exatamente o que faz García Márquez. O sucesso desse procedimento, retira os *Cem Anos de Solidão*, da literalidade já mencionada, e o reposiciona no patamar da mais alta literariedade.

Concluindo, vemos, então, que nem seria necessário o zunir do látigo algeoz de um colonizador sobre as costas de ninguém – já somos cruéis o suficientemente conosco. Se, no passado, permitimos a colonização, trocando espelhos por pepitas de ouro, hoje, o fazemos comprando nas empresas de tecnologia, nas grandes lojas de quinquilharias da China, e comendo em *fast-foods*⁹.

⁸ Personagem de um seriado infantil, produzido pela televisão mexicana, criado por Roberto Gómez Bolaños, em 1973. Depois, exibido por muito tempo no Brasil, pelo SBT – Sistema Brasileiro de Televisão.

⁹ Esses conceitos são bastante próprios da esfera das discussões sobre política, e, portanto, exigem o seguinte apontamento, uma vez que têm pertinência com a veia de análise que pode ser adotada nessa obra de García Márquez, além de corroborar a picardia digressiva de nosso discurso: “As concepções das novas nações, de

REFERÊNCIAS

- ARRIGUCCI JR., Davi. Braga de Novo Por Aqui. In: _____. *Enigma e comentário*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001a, p. 29-50.
- ARRIGUCCI JR., Davi. Fragmentos sobre a Crônica. In: _____. *Enigma e comentário*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001b, p. 51-66.
- BORGES, Gabriel Caio Correa. Vozes da modernidade: a lírica de Adoniran Barbosa como ponto de encontro do samba e da crônica. *Dissertação de Mestrado*: Universidade Federal do Espírito Santo, 2015.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1970.
- CÂNDIDO, Antonio. A Vida ao Rés-do-Chão. In: CÂNDIDO, Antonio *et al.* *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p. 13-22.
- CHÂTELET, François (*et al.*). *História das Idéias Políticas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- COUTINHO, A. *A Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1986.
- FREUD, Sigmund. *O Futuro de Uma Ilusão; O Mal-estar na Civilização e Outros Trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1969.
- KOTHE, Flávio R. *A Alegoria*. São Paulo: Ática, 1986.
- LOPES, Edward. *Fundamentos da Lingüística Contemporânea*. São Paulo: Cultrix, s/d.
- MÁRQUEZ, Gabriel García. *Cem Anos de Solidão*. Rio de Janeiro / São Paulo: Record / Altaya, 1967.
- MELO, José Marques de. A Crônica. In: _____. *Jornalismo Opinativo – gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003, 3ª ed., p. 148-162.
- PESSOA, Marcelo. *A Palavra Cantada Pôde Espantar e ao Mesmo Tempo Parecer Exótica: A Canção de Caetano Veloso*. São José do Rio Preto / SP: UNESP, 2003, *Dissertação de Mestrado*.
- PESSOA, Marcelo. O Signo da Negação como Catalisador Sócio-cultural latino-americano (parte I). *REVISTA UNORP*. São José do Rio Preto, v. 9, p. 105-131, 2004.

resto, fragmentam-se no tempo e no espaço, desde o século XIX (em alguns visionários latino-americanos) até os anos 1980 (nos países ainda sob dominação colonial, de Cuba à África do Sul, ou de Porto Rico à Namíbia). Ademais, as modalidades de acesso à independência variam consideravelmente entre a retirada voluntária do colonizador e as lutas armadas vitoriosas. Todavia, permanece um fundo comum: os movimentos de libertação nacional e suas justificações, as técnicas de fundação de um Estado e as razões apresentadas situam-se num mesmo quadro, o do jugo colonial, com suas mesmas conseqüências sociais, materiais e ideais: subdesenvolvimento, destruição das estruturas da sociedade, esmagamento da cultura nacional. Trata-se, aqui e ali, de fazer com que exista um Estado contra as seqüelas do passado colonial apesar do novo imperialismo. Aqui e ali, é obrigatória a referência do Estado industrial desenvolvido no seu resultado liberal americano ou em seu resultado socialista soviético” (CHÂTELET, F. *et al.*, 2000, p. 284). “O processo contra o ocidente não se limita à acusação de “pilhagem”. O europeu consagra-se também à destruição das culturas tradicionais, não por causa de um ingênuo complexo de superioridade, mas para interiorizar no colonizado o sentimento de sua inferioridade” (CHÂTELET, F. *et al.*, 2000, p. 285).

PESSOA, Marcelo. *A Crônica-canção de Chico Buarque*. Londrina / PR: UEL, 2010, Tese de Doutorado.

PESSOA, Marcelo. *A Crônica-canção de Chico Buarque*. Curitiba / PR: Appris, 2013 / AMAZON, 2020a.

PESSOA, Marcelo. *A Crônica-canção de Caetano Veloso*. Saarbrücken, Deutschland, 2014 / AMAZON, 2020b.

PESSOA, Marcelo. *Verbete Linguístico no Wikcionário*, 2020c. Disponível em: https://76921f1a-b657-417a-9951-ffc51bcd6596.filesusr.com/ugd/314365_2204c4d6eed741b3a06c83c55ca9f0f8.pdf.

POUND, Ezra. *ABC da Literatura*. São Paulo: Cultrix, 1970.

SÁ, Jorge de. *A Crônica*. São Paulo: Ática, 2008.

ROCHA, Latércia. *Juarez Barroso: O Poeta da Crônica-Canção*. Fortaleza: Substância, 2018.

MERCADO DE TRABALHO: RUPTURAS E PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS SOBRE O EMPREGO

English title: *THE LABOR MARKET: RUPTURES AND CONTEMPORARY PERSPECTIVES ON EMPLOYMENT*

[doi](https://doi.org/10.33726/akdpapers2447-7656v15y9in2023p118a133) DOI NUMBER: 10.33726/akdpapers2447-7656v15y9in2023p118a133

RUFINO, Anderson¹

TOMAZ, Rozaine A. Fontes²

RESUMO: Este estudo, apresenta uma abordagem analítica do mercado de trabalho, tendo como premissas, efeitos oriundos da Lei de Terceirização (Nº 13.429/2017), a falta de qualificação para o mercado de trabalho, o contexto pandêmico, e os desafios gerados pelas oscilações políticas e econômicas vividas no Brasil e no mundo. Este trabalho tem por objetivo, analisar tal ambiente e eventuais motivações que têm dado causa ao desemprego na atualidade brasileira, a fim de consubstanciar um repertório que discuta a sensação de instabilidade profissional que vem atormentando a população devido à crise econômica e política. Justifica este exame, a necessidade de se criarem modelos de compreensão aplicáveis aos cenários de sucesso e de insucesso face à aquisição e manutenção de trabalhos formais no país. Como essência dos resultados oferecidos por esta investigação, temos que, em um contexto de volatilidade de ofertas de vagas de empregos, o assalariamento, caracterizado por contratos de tempo indeterminado, tem sido substituído por um novo tipo de relação salarial menos fundada na estabilidade do emprego e mais ajustada às incertezas contemporâneas. O principal aporte bibliográfico da pesquisa, incide na obra *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*, de Paul Singer (2012).

PALAVRAS-CHAVE: Mercado de trabalho, economia brasileira, formalidade e informalidade

ABSTRACT: This study presents an analytical approach to the labor market, based on the effects of the Outsourcing Law (No. 13.429/2017), the lack of qualifications for the labor market, the pandemic context, and the challenges generated by the political and economic oscillations experienced in Brazil and around the world. This work aims to analyze the environment and possible motivations that have caused unemployment in Brazil today, in order to build a repertoire that discusses the feeling of professional instability that has plagued the population due to the economic and political crisis. This examination is justified by the need to create models of understanding applicable to scenarios of success and failure when it comes to acquiring and maintaining formal jobs in the country. The essence of the results offered by this research is that, in a context of volatile job vacancies, salaried employment, characterized by indefinite contracts, has been replaced by a new type of wage relationship that is less based on job stability and more adjusted to contemporary uncertainties. The research's main bibliographical contribution is the book *Globalization and unemployment: diagnosis and alternatives*, by Paul Singer (2012)

KEYWORDS: Labor market, Brazilian economy, formality and informality

¹ Discente UEMG. Curso de Administração.

² Profª Orientadora do trabalho. Docente da UEMG, Unidade Frutal.

INTRODUÇÃO

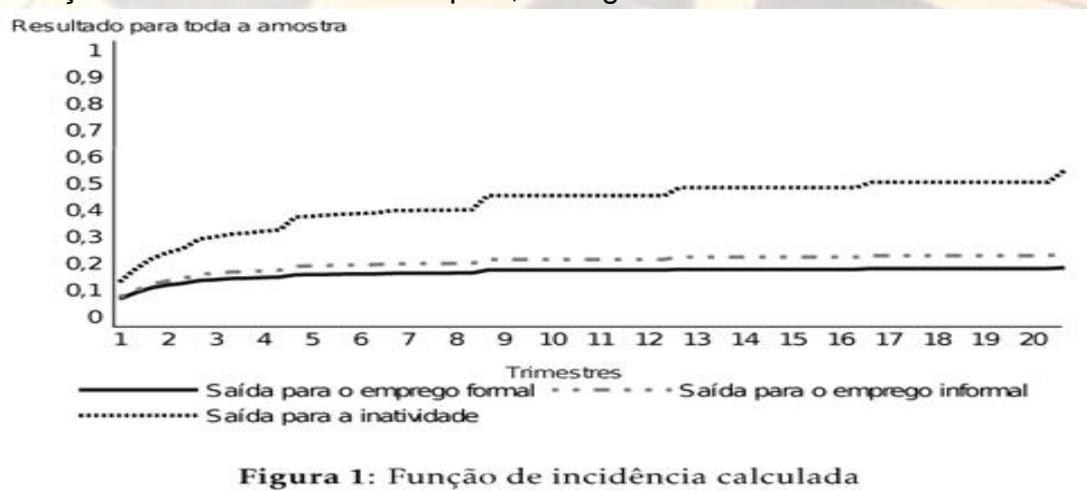
O desemprego tem sido um dos maiores problemas sociais atualmente enfrentados pela humanidade. É certo afirmar, de início, que, nos anos mais recentes no mundo, tem havido um forte crescimento nas taxas de desemprego (ONU, Desemprego, 2023).

É assim, por exemplo, que Otteson (2019) e Singer (2012) nos lembram, que no pensamento econômico clássico, de um lado, se preserva a visão de uma economia aos moldes de Adam Smith, isto é, na qual as relações de trabalho se dão a partir de contextos de oferta e de demanda de mão de obra.

O que quer dizer, por outro lado, segundo o que apresenta Otteson, particularmente, que cenários de maior achatamento na oferta ou na manutenção das vagas, é fenômeno que se relaciona, intrinsecamente, com a liberdade que têm aqueles que procuram emprego e aqueles que oferecem emprego, bem como, com a autonomia que têm, os mesmos atores, de agir conforme lhes aprouver, segundo seus interesses e seus méritos.

É assim, em suma, que, num sistema de negociações abertas, típico de um mercado livre, a pactuação de contratos, de salários e de preços passam ao longe de uma presença maciça do Estado, deixando pouca ou quase nenhuma responsabilidade sobre os governos nacionais, quanto ao resultado positivo ou negativo pertinentes à empregabilidade, aos salários etc.

Há estudos sobre o tema (Fig. 1), portanto, que procuram mostrar e prever os fenômenos de interação entre estes dois grupos, tendo em conta a situação econômica e social do país, da região ou da cidade:



A probabilidade estimada de saída do desemprego para a inatividade no período de até 4 trimestres, é igual a 32%. Para transições do desemprego para o emprego formal e para o emprego informal, durante esse mesmo período, geram probabilidades estimadas e iguais a 15% e 17%, respectivamente.

Considerando o período de 20 trimestres, a probabilidade de transição para a inatividade, é estimada em 50%, enquanto que as probabilidades de saída para o emprego formal e para o emprego informal são estimadas em 18% e 23%, respectivamente.

Estes dados, apresentado aqui, são meramente introdutórios. Eles se fazem complementar, com o diagnóstico apresentado pela Tabela 2, discutido no tópico de **Resultados**, no corpo deste *paper*.

Por hora, nos basta entender que, numa visão que classifica o trabalho como um produto, pelo qual os trabalhadores atuam como vendedores e os empregadores como compradores, o que se visa, são os valores e os salários a serem considerados como integrantes do mercado de trabalho, em que o espaço se torna mais propício à comercialização de mercadorias e não de 'pessoas', estejam elas empregadas ou não.

Em Singer (2012), por exemplo, vemos que a proposta de sua obra é a de avaliar as causas do desemprego na atualidade histórica do mundo. Para tal efeito, ele julga necessário identificar se fatos tais, como o da falta de qualificação profissional adequada para esta ou aquela vaga, contribui para que determinados setores do mercado de trabalho realizem mais demissões que outros. Noutros autores, vemos acrescentarem-se a isto, elementos dos efeitos de interação de uma economia cada vez mais globalizada:

Toda esta tecnologia direcionada à comunicação viabiliza análises simultâneas e imediatas sobre a dinâmica do sistema econômico, em diferenciadas partes da Terra, permitindo-se também a realização de operações econômicas, pelos mesmos agentes, a partir do mesmo ponto de atuação, em inúmeras localidades. Em consequência, acentua-se a interinfluência entre as diversas regiões e economias ou, em grande parte dos casos (como, regra geral, verificou-se na América Latina), aprofunda-se a tradicional influência de certas economias e regiões sobre outras (DELGADO, 2006, p. 33).

É possível, ainda, além de prováveis efeitos desta chamada ‘Globalização’ dos mercados, que a chamada ‘Lei da Terceirização’ (Nº 13.429/2017) que, dentre outras ações, que prevê a permissão para a contratação de uma carga horária de 12 horas diárias, possa gerar mais estresse nos empregados, devido ao tempo que os trabalhadores precisarão ficar no ambiente de trabalho.

Nisso, alguns especialistas sugerem que poderá aumentar o desemprego no Brasil, país no qual já se tem dificuldades financeiras suficientes, devido, por exemplo, ao chamado ‘Custo Brasil’, ou, ainda, devido à má gestão de recursos públicos feita pelos representantes políticos, redundando em desvios de quantidades significativas em dinheiro e bens materiais.

Estes desfalques afetam os cofres públicos, retirando da Nação, sua capacidade de investimentos na geração de mais empregos e de renda. Nesse modelo de um ‘cada um por si e ninguém por todos’, se assemelha ao fato de que, “Na verdade, eu não me importo com minha empresa ou com você: só me importo com o que ela ou você podem me dar” (OTTESON, 2019, p. 97).

Outros pontos negativos são a falta de qualificação para o mercado de trabalho que, hoje, está sendo bastante competitivo e, por outro lado, atira as pessoas numa busca ininterrupta por um currículo com vários atrativos, justamente com o intuito de deixar o viés de mão de obra desqualificada em segundo plano, alcançando patamares mais elevados de qualificação para esta ou aquela vaga de emprego.

E, é a partir deste contexto, que este trabalho tem, por finalidade, analisar o motivo da causa do desemprego na atualidade, a fim de vislumbrar soluções para minimizar a sensação de desconforto financeiro que atormenta a população.

Este Artigo também, indiretamente, se voltará a delimitar o alcance econômico e social, que pode ter a crise política, a qual, no Brasil mais recente, termina por atingir as pequenas e as grandes empresas, indistintamente, gerando desemprego e focos de caos social pelas ruas (IBGE & IPEA, 2023).

A HISTÓRIA DO TRABALHO NA HUMANIDADE

O moinho de vento nos dá uma sociedade com senhor feudal; o motor a vapor, uma sociedade com o capitalista industrial (Karl Marx)

Colbari (1995), descrevendo um roteiro sobre o remotismo da origem da atividade laboral, lembra que os trabalhos manuais se iniciaram, ainda, na época dos senhores feudais, nos séculos passados, para suprir necessidades comuns da sociedade. Com o advento da escravidão humana no Ocidente, houve uma degradação do trabalho, por parte do senhores feudais e de seus séquitos, o que dificultou e desestimulou o cultivo e a continuação do desenvolvimento de habilidades que, até então, serviam para o seu sustento, tais como a agricultura, a caça, a pesca, a manufatura de bens e utensílios.

Nos tempos em que o trabalho simplesmente se resumia à troca de mercadorias, o próprio escravo era considerado um ‘produto’ comercial, e o trabalho gerado em torno desta cultura tornou a sociedade bastante rica. Isto foi assim, até o momento em que se iniciou a mudança do perfil do operário, transformado que foi o escravo em ‘liberto’, e, conseqüentemente, assalariado:

Assim, o trabalho em sua forma humana foi chamado ‘ação inteligente’, por Aristóteles. Não obstante seu esforço baldado para descobrir uma causa única subjacente a todos os produtos da natureza, animais e humanos, deu a mais antiga forma a este princípio distintivo do trabalho humano. “[...] Fourier pensava ter identificado nisto a causa da “felicidade” entre animais e a angústia do trabalho repugnante” entre os homens. O trabalho, contudo, constitui o prazer de várias criaturas, tais como os castores, abelhas, vespas e formigas. Deus dotaram-nas com um mecanismo social (ele deveria ter dito biológico) que atrai a atividades e causa a felicidade que se acha nela. [...]. Mas para ver o caráter não instintivo do trabalho humano, a causa direta da “angústia do trabalho repugnante” é preciso saltar todos os estágios intervenientes do desenvolvimento social que distinguem o surgimento do trabalho humano de formas Pré-humanas do trabalho, em forma moderna (BRAVERMAN, 1987, p. 50).

Braverman (1987), menciona, portanto, que o trabalho começou, ainda antes da escravidão moderna, lá com os artesões e com a agricultura de baixa escala, gerando, à época, um contingente de trabalhadores que faziam do próprio trabalho, simultaneamente, o ambiente de produção, de comércio e de

troca de mercadorias para suprir as necessidades pessoais, das famílias, das aldeias, das cidades, do Reino como um todo.

Assim, no sentido de promover uma reconciliação entre este passado longínquo do trabalho, com a contemporaneidade conturbada das relações trabalhistas, é que Colbari (1995), acrescenta, que:

[...] o processo de adesão ao mercado de trabalho na sociedade brasileira, impõe a necessidade de estabelecer alguns records, com vistas de resgatar traços essenciais da constituição do mercado de trabalho no país, e da elaboração de um referencial ideológico legitimador da atividade produtiva neste contexto sociocultural (COLBARI, 1995, p. 27).

O brilhantismo de autores como Domenico De Masi (2010), reside justamente no fato de que ele consegue colocar em evidência, que os novos padrões de formação humana e de constituição das carreiras profissionais, em voga na sociedade contemporânea, permitem que se passe em revisão, toda a estrutura histórica concebida nas relações de trabalho, que vieram dos tempos feudais, passaram pela escravidão, e que hoje, permeiam, todas as dinâmicas de interação na indústria, no comércio, orientando todas as políticas de integração do Estado, da Legislação e do mercado de trabalho como um todo, facilitando a incessante busca do homem pelo seu sustento.

Sérgio Buarque de Holanda (1986, *apud* COLBARI, 1995, p. 27), lembra, inclusive, que, o que De Masi, mais adiante, iria denominar de 'ócio criativo', já era assunto que tratava de uma certa permissividade moral que rondava o trabalho escravo, que, ao mesmo tempo em que se promovia certa concessão de regalias nos tempos de Pré-Abolição (1888), já se estaria semeando em meio à escravidão decadente, um contexto de desvalorização do trabalhador e do trabalho manual, produzindo nichos de ociosidade com feições de 'bônus' dados a eleitos, bem como estimulando o poder arbitrário manifesto dos senhores de engenho quanto aos castigos, quanto à perseguição, gerando troca de favores entre senhores, escravos e homens livres.

Assim, é bem possível dizer que, o que De Masi viria a denominar de 'Ócio Criativo', tenha, de fato, nascido nas Senzalas, ainda no berço do

Capitalismo moderno. E é dizível ainda, que, em última análise, aquela 'política' do ócio de concessões abaixo do viés da moralidade, tenha se transferido destas relações de trabalho, para outros contextos, traduzindo-se na ideia de um 'toma lá, dá cá', bem recorrente no mundo da política brasileira.

NOVOS TEMPOS CHEGAM AO MERCADO DE TRABALHO

O desemprego é um acidente econômico que machuca fundo a dignidade humana (John Fitzgerald Kennedy, Ex-Presidente norte-americano)

Seguindo os postulados De Masi (2010), independentemente do bom ou do mau uso que tenham feito disso, empresas como a Volkswagen alemã, tiveram a coragem de evitar demissões, quando começaram a reduzir sua carga horária de trabalho semanal, para 28 horas, visando assegurar ao empregado o seu posto de trabalho formal. Foi assim que, dentre outras atitudes originárias, teve início a redução de horas para a jornada de trabalho, evitando-se o crescimento do desemprego em contextos de crise, tais como os vivenciados durante Guerras, Quebras da Bolsa e Pandemias.

De acordo com Delgado (2007), o desemprego, a partir de meados dos anos de 1970, tornou-se mais notório, como fenômeno socioeconômico persistente e grave em inúmeros países capitalistas ocidentais, desde o universo europeu desenvolvido, até a realidade de distintas economias latino-americanas. Por isso, a redução de carga horária, promovida na Volks, se alastrou por praticamente o mundo todo, como alternativa paliativa ao desemprego imediato sentido em tempos de 'paz' ou de 'saúde' plena:

A natureza estrutural do desemprego contemporâneo derivaria de nova maneira específica de se organizar e desenvolver o novo capitalismo, em que estariam inexoravelmente sendo colocadas em xeque não apenas a relação empregatícia, como também a própria realidade do trabalho (DELGADO, 2007, p. 33).

Em tempos de Pós-Pandemia, como veremos mais adiante, o fenômeno do desemprego, ali redimensionado, tem feito com que os empresários, os estudiosos, e os sindicatos procurem soluções que atuem sobre o quantitativo

dos horários com que os trabalhadores precisem ficar dentro das lojas, das fábricas e escritórios, encontrando-se modos para que os colaboradores possam exercer seus serviços com menos tempo, menor deslocamento e maior produtividade.

Segundo diversos dos autores aqui dispostos, vemos percentuais controversos, que assinalam que trabalhadores formais, trabalham, em média, 46 horas semanais, enquanto que informais, trabalham 44 horas, dentre estes que isto dizem, estão Singer (2012), e Rifkinin (2004).

Contudo, com as novas tecnologias recentes adotadas pelas empresas, os trabalhos de execução mais demorada não têm mais consumido este montante de horas. E, num contexto de ‘aperto’ recorrente para os ganhos de produtividade, é que surge Maia (2004), e nos recorda, que um crescimento econômico menor que o demográfico, é problema de solução difícil. Diz ele, ainda, que haveria aí, a necessidade de se aumentar a produção para equilibrar o aumento de natalidade ou que se deveria adotar uma política demográfica mais adequada.

Verificando este fenômeno, do lado dos empregados, Maia (2004) nos fala de um tipo de desemprego específico: “o desemprego tecnológico”. Já, do lado das empresas, isto é o que pode permitir à corporação cortar gastos com os funcionários, remunerando não mais a pessoa melhor e diretamente, mas, ainda mais a tecnologia que vem sendo cada vez mais utilizada mundo afora:

As máquinas inteligentes estão substituindo seres humanos em incontáveis tarefas, forçando milhões de pessoas para as filas do desemprego ou pior, para a fila do auxílio desemprego. Eles nos acenam com a promessa de um excitante novo mundo de produção automatizada de alta tecnologia, comércio global em franco desenvolvimento e de abundância material sem precedentes (RIFKNIN, 2004, p. 03).

A pesquisa revela que, se por um lado, a tecnologia é o motor fundamental para o desenvolvimento, por outro, vai criar um abismo ainda maior de desigualdade (Dados obtidos a partir da Matéria: “Desemprego”. Portal Mundo Educação UOL, 2023. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/desemprego-um-problema-mundial.htm>).

Há uma década, retroagindo ao ano de 2013, gurus e profetas do mercado financeiro previam que as relações de trabalho e o nível de desemprego mundial deveriam mudar significativamente, até 2021. E, diziam ainda, que a mudança viria para piorar a vida das pessoas (WEF, 2023).

Do mesmo modo, outros estudiosos de mesma índole, previam o fim do trabalho, ou mesmo, outros modos de se estabelecerem relações de emprego e de remuneração ao trabalhador:

Revelaram-se, assim equivocadas, previsões de autores como Méda (1997) e Rifkin (1995), para os quais estaríamos caminhando rumo ao “fim do trabalho”, após a ampliação das modernas técnicas e tecnologias de produção ao nível planetário. O mesmo se pode dizer das previsões de autores que, como Habermas (1991), vislumbrou a substituição da esfera do trabalho pela “esfera comunicacional”; e Offe (1989), que antevia a “perda de centralidade da categoria trabalho” (DELGADO, 2007, p. 34).

No meio da caminho, apareceram duas crises globais de mercado (a do mercado imobiliário, em 2008, nos EUA; e, a Pandemia de COVID-19, em 2019), que contribuíram, e muito, para materializar, total ou parcialmente, o que estes e aqueles diziam. Ou seja, é a ‘Lei de Murphy’, pura e simples: “o que tiver que dar errado, vai dar errado mesmo” (BRASIL ESCOLA, 2023).

APENAS UM DOS INÚMEROS FATORES CAUSADORES

Retomando o contexto pandêmico, lembramos que, nos dias finais de 2019, os primeiros casos de COVID-19 começaram a ganhar manchetes de jornal, chamando a atenção da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2023).

A OMS foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Tratava-se de uma nova cepa (tipo) de Corona Vírus, a qual ainda não havia sido identificada antes em seres humanos.

O que, na sequência, veio a se transformar numa Pandemia de COVID-19, foi um problema de saúde pública global, pois este vírus veio para fazer as pessoas se manterem em isolamento – isto, sob o ponto de vista social. Contudo, sob o ponto de vista econômico, isso não foi o bastante.

Os casos contágio e morte foram aumentando. E, a partir daí, o Estado, por meio de seus governos nacionais, entraram em cena, impondo à população medidas mais restritivas de circulação de pessoas, a fim de se prevenir que o vírus se multiplicasse ainda mais rapidamente.

Uma das ações tomadas, foi a de paralisação da atividade econômica presencial. Assim, tanto o setor público quanto o privado, se viram trancafiados em suas residências pessoais, dando continuidade remota, na medida do possível, aos afazeres econômicos e interações sociais diárias.

Com isso, tanto o pequeno comércio quanto as grandes empresas começaram a reduzir os números de funcionários, a partir das pessoas idosas. Os informais perderam automaticamente seus ‘empregos’, enquanto que alguns formais tiveram ou suas cargas horárias e salários reduzidos, ou simplesmente foram demitidos, aumentando dia a dia, o nível do desemprego.

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), veiculados pelo *site* Folha de S. Paulo, em 31/03/2022, o desemprego no Brasil havia aumentado para 11,6%, no trimestre encerrado em fevereiro de 2020, o último antes do Coronavírus se espalhar pelo país (Dados obtidos a partir da Matéria: “Desemprego aumentou antes de pandemia do novo Corona Vírus crescer”. Disponível pelo *link*: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/03/desemprego-aumentou-antes-de-pandemia-do-novo-coronavirus-crescer.shtml>).

A crise causada pelo novo coronavírus levou a um recorde do desemprego. Porém, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos primeiros meses de 2023, os atuais 13,8 milhões de pessoas que estão sem trabalho no país, já acompanham os dados vistos durante os tempos mais duros da Pandemia de COVID-19. Por isso, a taxa de desemprego chegou a 14,4% no trimestre encerrado em agosto de 2023.

É possível, então, que o impacto da COVID-19 ainda esteja rondando as economias globais, ou que este seja fenômeno tipicamente local, brasileiro. Isso porque a crise do coronavírus deixou muitas empresas sem funcionar, fazendo que muitos perdessem seus empregos. No presente momento, o fator ‘má gestão’ econômica pode se responsabilizar para produzir um resultado semelhante ou pior que o pandêmico.

RESULTADOS

Com relação à Fig. 1, disposta no início do texto, vale dizer, que as diferenças por gênero são acentuadas, com a proporção de mulheres que transitam do desemprego para a inatividade, aumentando bastante com a duração do desemprego, enquanto entre os homens, as saídas do desemprego para o emprego são mais intensas do que entre as mulheres.

De acordo com os resultados por escolaridade, porém, percebe-se que transições do desemprego para o emprego formal são mais frequentes entre os mais escolarizados, e que os indivíduos com níveis educacionais mais baixos, quando transitam para o emprego, o fazem com uma intensidade bem maior para o setor informal.

Completam estas informações, os dados apresentados na Tabela 2, abaixo:

Tabela 2: Modelo paramétrico para duração do desemprego (função Weibull)

	Transições do desemprego para: emprego formal, informal e inatividade					
	Sem heterogeneidade			Com heterogeneidade		
	Formal (1)	Informal (2)	Inatividade (3)	Formal (4)	Informal (5)	Inatividade (6)
Escolaridade	0,021*** (0,006)	-0,045*** (0,006)	-0,009** (0,004)	0,039*** (0,009)	-0,069*** (0,008)	-0,017*** (0,006)
Idade	-0,018*** (0,003)	-0,002 (0,002)	-0,009*** (0,002)	-0,023*** (0,004)	0 (0,004)	-0,012*** (0,003)
Mulher	-0,543*** (0,042)	-0,491*** (0,040)	0,243*** (0,030)	-0,839*** (0,061)	-0,713*** (0,055)	0,382*** (0,042)
Negro	0,121 (0,048)	0,089 (0,043)	-0,030 (0,031)	0,145 (0,069)	0,107 (0,063)	-0,053 (0,046)
Nunca trabalhou	-0,995*** (0,093)	-0,601*** (0,077)	-0,224*** (0,043)	-1,436*** (0,133)	-0,888*** (0,113)	-0,324*** (0,068)
Parâmetro α	0,852 (0,007)	0,847 (0,008)	0,878 (0,009)	1,327 (0,015)	1,344 (0,014)	1,427 (0,011)
Parâmetro σ^2				12,541 (0,685)	12,804 (0,519)	8,243 (0,215)
Observações	19.353	19.353	19.353	19.353	19.353	19.353

Notas: os erros-padrão são apresentados entre parênteses.
 Todas as regressões incluem dummies para as regiões metropolitanas e para os anos.
 *significativo para o nível de 10%.
 **significativo para o nível de 5%.
 ***significativo para o nível de 1%.

Na Tabela 2, acima, são apresentados os resultados estimados para a probabilidade de saída do desemprego, usando modelos paramétricos, em que a função de risco é representada por uma distribuição Weibull. São consideradas transições para três estados: i) emprego formal, ii) emprego informal e iii) inatividade, em um intervalo de 3 meses. Nas colunas (1), (2) e (3), são mostrados os resultados, sem heterogeneidades não observadas entre os indivíduos, enquanto as colunas (4), (5) e (6), mostram os resultados

que incluem as heterogeneidades não observadas na análise.

Os resultados da Tabela 2, mostram que a probabilidade de saída do desemprego para um emprego formal é maior para os indivíduos mais escolarizados. Níveis mais altos de escolaridade, por outro lado, parecem diminuir as probabilidades de saída do desemprego para a informalidade e para a inatividade. Para cada ano adicional de estudo, o risco de saída para o emprego formal aumenta em 2,1% [$\exp(0,021)-1$] na coluna (1), e em 4% [$\exp(0,039)-1$] na coluna (2). O risco de saída para o emprego informal diminui entre 4% e 7%, enquanto o risco de saída para a inatividade diminui cerca de 1%, para cada ano de estudo a mais, de acordo com os resultados estimados.

Nas colunas (1) e (4), nota-se que os indivíduos mais velhos são menos propensos a sair do desemprego para um emprego formal, em comparação com os trabalhadores mais jovens. Além disso, a Tabela 2 ainda mostra, que a probabilidade de transitar do desemprego para a inatividade, também é menor para os trabalhadores mais velhos.

Para cada ano de idade a mais, o risco de saída para o emprego formal diminui 2%, enquanto o risco de saída para a inatividade diminui 1%. Para as transições do desemprego para a informalidade, nas colunas (2) e (5), as diferenças por idade não são estatisticamente significativas.

Para as mulheres, a probabilidade de transição do desemprego para o emprego, seja formal ou informal, é menor do que a dos homens. O risco de saída para o emprego formal é 42% menor para as mulheres na coluna (1), enquanto na coluna (4), o diferencial em relação aos homens é estimado em 57%. Os riscos de saída para o emprego informal são entre 39% e 50% menores para as mulheres. Nota-se, que as mulheres, quando desempregadas, apresentam probabilidade maior de deixarem o mercado de trabalho do que os homens. Na coluna (3), o risco e saída para a inatividade é 28% maior para as mulheres, enquanto na coluna (6) essa diferença é de 47%.

Ainda de acordo com os resultados da Tabela 2, os negros apresentam maiores probabilidades de transição para empregos formais e informais do que os brancos. O risco de saída para o primeiro destino é cerca de 20% maior para os negros, que também apresentam um risco de saída para a informalidade 10% maior do que os brancos, de acordo com as evidências.

Para as probabilidades de transição do desemprego para a inatividade, as diferenças entre negros e brancos não são estatisticamente significativas.

Indivíduos que nunca trabalharam anteriormente apresentam probabilidades mais baixas de obterem empregos formais e informais do que indivíduos desempregados que já tiveram algum emprego anterior. No caso do risco de saída para o emprego formal, o diferencial estimado dos indivíduos que nunca trabalharam em relação aos que já trabalharam anteriormente se situa entre -63% e -76%. Já o risco de saída para o emprego informal se mostra entre 45% e 59% menor para os que nunca trabalharam.

As colunas (1), (2) e (3) da Tabela 2, que não consideram as heterogeneidades não observadas, mostram que transições para o emprego formal, o emprego informal e para a inatividade apresentam dependência negativa da duração. Ou seja, quanto maior o tempo de desemprego, menor a probabilidade de sair desse estado e transitar para cada um desses destinos considerados.

Porém, quando são consideradas as heterogeneidades não observadas, nas colunas (4), (5) e (6), os resultados se tornam bem diferentes. Nota-se também, que a estimativa para a variância (σ^2) é significativa, indicando a presença de heterogeneidade não observada. As evidências que indicam a presença de dependência negativa da duração, nas colunas (1), (2) e (3), parecem decorrentes da agregação de indivíduos com taxas de saída do desemprego diferentes.

Considerando as heterogeneidades não observadas, os indivíduos desempregados há mais tempo, apresentam maior probabilidade de saída para o emprego formal, assim como para o emprego informal. Nota-se também que uma duração maior do desemprego está associada com uma probabilidade mais elevada de transição para a inatividade. De acordo com esse resultado, portanto, indivíduos há muito tempo desempregados parecem desistir de procurar emprego por desalento.

CONCLUSÕES

Singer (2012) relata que bons empregos, seguros e bem remunerados, estão cada vez mais difíceis de encontrar. E, aqueles que pregam o mantra da ‘segurança’, todos os dias, passaram a enxergar os acidentes pessoais com outros olhos, sabendo que o funcionário não ‘se acidenta’ por que quer: têm consciência, hoje, de que há sempre alguém, em casa, à nossa espera. Logo, a falta de benefícios na contratação dá origem a contextos de precariedade aos trabalhadores que, em seus empregos, esperam uma vida mais segura:

Todo mundo, fala do desemprego. A falta de bons empregos – de empregos que pagam e oferecem estabilidade, perspectivas de carreira, seguro-desemprego, seguro acidentes enfermidades, velhice e morte – é sentida em praticamente todos os países desenvolvidos e semidesenvolvidos. Este sentimento “universal” é bom que se diga logo e partilhado pela classe média que, no Brasil, tende a ser restrita aos ricos, mas nos países cêntricos, abrange o conjunto dos assalariados formais (SINGER, 2012, p.11).

Rifkin (2004, p. 03), comenta que os economistas nos dizem que os números crescentes do desemprego representam meros ‘ajustes’ de curto prazo, feito às poderosas forças impulsionadas pelo mercado, as quais estão acelerando a economia global rumo à Terceira Revolução Industrial.

Singer e Rifkin, acima, nos falam de um desemprego que vem afetando a economia mundial, de um mercado de trabalho retraído, e que se projeta sobre os cofres públicos, a partir da criação de benefícios fiscais, de repasse de renda e do inchaço da previdência pública.

Saboia (2009) nos revela, que a população está saindo, cada vez mais, à procura de empregos, devido à falta de qualificação: essa, segundo ele, é uma das maiores dificuldades que os trabalhadores têm que enfrentar para arrumar uma vaga de emprego, face a um mercado competitivo e com bastantes mudanças aceleradas nestes novos cenários da economia.

O índice de desempregados cresce, ainda, por que pessoas que não têm, às vezes, sequer o nível de Ensino Médio no currículo, encontram enormes barreiras para se adaptar às mudanças e às novas tecnologias cada vez mais presentes nas empresas.

Acentua este cenário de desalento, a facilidade com que a terceirização passou a ocupar espaços tornados 'vazios' por este contingente de baixa qualificação. Uma empresa de mão de obra terceirizada, pode assumir, simultânea e remotamente, vários postos de trabalho que, até há bem pouco tempo atrás, poderiam ser ocupados somente presencialmente e localmente.

A cada momento, o desemprego recai com maior força sobre uma população que, historicamente, escrava ou liberta, vem driblando as durezas das senzalas e as armadilhas das novas tecnologias. Esta população trabalhadora, é afetada por um vírus, pelo chicote, pelos terabbitis, e é a mesma que encara a fila procura do primeiro emprego ou espera por uma nova vaga:

[...] enquanto as primeiras tecnologias industriais substituíram a força física do trabalho humano, trocando a força muscular por máquinas, as novas tecnologias baseadas no computador prometem substituir a própria mente humana, colocando máquinas inteligentes no lugar dos seres humanos, em toda a escala da atividade econômica (RIFKIN, 1995, p. 05).

Conceitualmente, é bom frisar, que, enquanto o 'desemprego estrutural' é afetado pela implantação de novas tecnologias e processos, tal como temos visto na já mencionada substituição de homens por máquinas e por tecnologia, o 'desemprego conjuntural' é aquele gerado por crises econômicas internas ou externas, tais como as já também mencionadas retrações econômicas provocadas pela crise imobiliário norte-americana (2008), ou pela COVID-19. Crises econômicas, geralmente, diminuem o consumo, as exportações, a produção e, por consequência de tudo isso, aumenta-se o desemprego.

Mesmo assim, já houve quem dissesse que o desemprego é pior do que a escravidão. O escravo, afirmam, tem casa e comida de graça, o desempregado não tem. Em face disso, hoje se procura amparar o desempregado, por meio do salário-desemprego e de outros auxílios, como o não pagamento de contas de água etc. (MAIA, 2004, p. 145).

Todos os dias, os brasileiros saem à procura de oportunidades para se recolocar no mercado de trabalho. Há, inclusive, quem passe anos em busca de um emprego. Diante de um cenário nada promissor de desemprego no país, os trabalhadores estão desistindo de voltar à ocupação formal. E é assim, que informalidade, o crime, o desalento tem abraçado o povo brasileiro.

REFERÊNCIAS

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1987.

COLBARI, Antônia L. *Ética do trabalho*. 2. Ed. São Paulo: Letras Eletras, 1995.

DELGADO, Mauricio Godinho. *Capitalismo, trabalho e emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos de reconstrução*. São Paulo: LTr, 2006.

DE MASI, Domenico. *O Futuro do trabalho: Fadiga e Ócio na Sociedade Pós-Industrial*. 10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

LEI DA TERCEIRIZAÇÃO. Presidência da República / Secretaria-Geral / Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm. Acesso em 12/02/2023, às 17h43min.

MAIA, Jayame de Mariz. *Economia internacional e comercio exterior*. São Paulo: Atlas, 2004.

OTTESON, James. *Os fundamentos do capitalismo – o essencial de Adam Smith*. São Paulo: Faro Editorial, 2019.

RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos: O contínuo crescimento do desemprego em todo mundo*. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda., 2004.

SABOIA, João. *Tendências da qualificação da força de trabalho*. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnostico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 2012.

Sites consultados

BRASIL ESCOLA: <https://brasilecola.uol.com.br/curiosidades/lei-murphy.htm>

FOLHA DE S. PAULO: <https://www.folha.uol.com.br/>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: <https://www.ibge.gov.br/>

IPEA: <https://www.ipea.gov.br/portal/>

OMS BRASIL: <https://www.paho.org/pt/brasil>

ONU – Desemprego: <https://news.un.org/pt/tags/desemprego>

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

WEF – Fórum Econômico Mundial: <https://www.weforum.org/publications/fostering-effective-energy-transition-2023>

MST: O HEROI QUE VIROU VILÃO

English title: MST: THE HERO THAT TURNED VILLAIN

[doi>](https://doi.org/10.33726/akedia24477656v15a92023pR01R06) DOI NUMBER: 10.33726/akedia24477656v15a92023pR01R06

MEIRA, Glenda Varini¹; MELOZI, Guilherme César²; PERES, João Otávio Montanhani³; SILVA, Fabiana Vieira da⁴; SILVEIRA, Ana Laura Ribeiro⁵; TADEI, João Pedro Berrocal⁶; TEIXEIRA, Cauê⁷

PESSOA, Marcelo⁸ –  <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: O presente trabalho trata de discutir o papel social e cultural do MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra) na contemporaneidade da política nacional. Justifica nosso estudo, o fato de que, no início do terceiro mandato presidencial de Lula, o MST passou a praticar com maior recorrência atos de invasão a propriedades, sejam elas produtivas ou não. Metodologicamente, a pesquisa se realizará por meio de uma busca bibliográfica e revisão de literatura em acervos digitais. Como resultados parciais desta investigação, espera-se que se consigam trazer à tona, as principais motivações que têm conduzido a pauta de invasões do MST. O objetivo deste estudo, é o de proporcionar à comunidade acadêmica, informações atualizadas, ainda que brevemente discutidas, sobre o andamento da ocupação e das desapropriações de terras no Brasil. O principal aporte bibliográfico desta pesquisa, incide na obra *Dialética da Colonização*, de Alfredo Bosi (1992).

PALAVRAS-CHAVE: MST, Reforma Agrária, Calouros UEMG 2023

ABSTRACT: The present work discusses the social and cultural role of the MST (Landless Workers' Movement) in the contemporaneity of national politics. Our study is justified by the fact that, at the beginning of Lula's third presidential term, the MST began to practice acts of invasion of properties with greater recurrence, whether productive or not. Methodologically, the research will be carried out through a bibliographical search and literature review in digital collections. As partial results of this investigation, it is hoped that the main motivations that have led to the MST invasion agenda will be brought to light. The aim of this study is to provide the academic community with up-to-date information, albeit briefly discussed, on the progress of land occupation and expropriation in Brazil. The main bibliographic contribution of this research focuses on the work *Dialética da Colonização*, by Alfredo Bosi (1992).

KEYWORDS: MST, Agrarian Reform, Freshmen UEMG 2023

¹ Discente UEMG. Calouro, março, 2023: glenda.1098435@discente.uemg.br

² Discente UEMG. Calouro, março, 2023: meloziguilherme@gmail.com

³ Discente UEMG. Calouro, março, 2023: joaootavioperes2@gmail.com

⁴ Discente UEMG. Calouro, março, 2023: fabiana.1094374@discente.uemg.br

⁵ Discente UEMG. Calouro, março, 2023: analaursilveira@gmail.com

⁶ Discente UEMG. Calouro, março, 2023: jptadei11@gmail.com

⁷ Discente UEMG. Calouro, março, 2023: caue.teixeira2004@yahoo.com

⁸ Prof. Orientador do trabalho e ministrante do Workshop de Escrita Científica. Bolsista de Produtividade Científica – Chamada 10/2022 – Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa – PQ / UEMG.

INTRODUÇÃO

O texto a seguir, foi todo ele concebido durante a realização de um Workshop, de 03h de duração, intitulado “Escrita Científica”, organizado pela Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal, Centro de Pesquisa e Extensão, e ministrado durante a realização do evento “Semana Calourosa” (UEMG, 2023).



(Link para o evento / imagem acima: <https://www.even3.com.br/semana-calourosa-2023-uemg-frutal/>)

Da seleção do Tema às Referências, todo o trabalho teve sua redação, coleta e tratamento de dados durante a regência do Workshop, que foi regido pelo Prof. Dr. Marcelo Pessoa, da Unidade Frutal da UEMG.

Além de terem tido acesso a considerações objetivas sobre a linguagem literal, a linguagem literária e a linguagem científica, os discentes puderam exercitar, na prática, como a produção científica e a difusão do conhecimento podem acontecer.

Convém destacar que os alunos participantes formam um conjunto que, predominantemente, são iniciantes, e que ainda não tiveram um dia de aula sequer dentro da Universidade e do Curso que escolheram.

E, neste sentido, o resultado de já saírem desse primeiro evento acadêmico, com uma publicação em seus currículos, pode efetivamente ser, para eles, um grande diferencial durante a formação universitária, visto que produções como estas, rendem frutos tais, como ‘horas extracurriculares / acadêmicas’, ‘fortalecimento curricular (LATTES)’, ‘pontuação adicional em concursos públicos’, ‘pontuação adicional em vagas de estágios & empregos’, desembocando, enfim, no objetivo geral do Workshop, que é o de proporcionar ao discente, experiência com a vivência científica via escrita científica.

Em suma, o tema, os sites consultados, os trechos para citações diretas e indiretas, as discussões sobre o assunto, a construção do pensamento, durante todo o processo, foram construídos dos participantes, cabendo ao Professor Orientador, redigir, fazer a copidescação (formatação e normas de ABNT), orientar a criticidade e finalizar a editoração do texto.

DISCUSSÕES

O Movimento dos Trabalhadores sem Terra (nascido em 1984, dentro do 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, no Paraná), por muito tempo, no Brasil, transitou em cenários reais e imaginários, como se fosse uma espécie de herói nacional. É neste sentido que este texto realiza uma breve abordagem sobre a conduta contemporânea deste movimento social brasileiro.



Link da imagem: <https://img.quizur.com/f/img5c1686b2f0a2d1.88697672.jpeg?lastEdited=1544980288>

Ampara esta ideia de heroísmo, de um lado, a própria CF/88 (Constituição Federal de 1988), que, em seu Art. 184, preconiza, em seu *caput*:

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei (JUSBRASIL, 2023, p. 01).

E, é assim, que acreditamos que os integrantes deste movimento social podem eventualmente se apropriar da ideia central do texto constitucional, agindo, falsamente escudados, porém, ainda assim, a partir dele, irresponsavelmente, invadindo propriedades produtivas, como se em nome de uma legalidade adaptada, o fizessem.

Ao menos, é nesse viés contraditório que outros setores da sociedade parecem acreditar, visto que:

O governo começou a condenar, no meu entender, ainda timidamente essas invasões. Mas existe, obviamente, o entendimento de que é um movimento político. Não vejo nada de vontade de reforma agrária nesses movimentos. É apenas um movimento estritamente político, para mandar recado para nós, para a sociedade e também para o governo. E o governo tem a responsabilidade de controlar seus aliados (ESTADÃO, 2023, p. 01).

Inclusive, relatos dos participantes do Workshop, indicam que a população tem se manifestado sobre o assunto, afirmando que historicamente, o MST até pode até ter defendido pautas legítimas, social e culturalmente viáveis. Contudo, como tem se tornado de conhecimento público, os atos do MST não têm ajudado muito nem à suas causas, tampouco quanto à aceitação geral de suas práticas, uma vez que se noticia amplamente a utilização de métodos violentos e arbitrários, da parte do MST, na condução de invasões de terras produtivas:

Se, por um lado, a luta pela terra, além de ser louvável é legítima, por outro, os meios praticados pelo movimento para promover suas invasões, em alguns determinados casos, geram muita polêmica na opinião pública. Em determinados episódios, que repercutiram nacionalmente, o movimento foi acusado de ter pautado pela violência, além de ter permeando suas ações pela esfera da ilegalidade, tanto ao invadir propriedades que, segundo o Estado, eram produtivas, como ao ter alguns de seus militantes envolvidos em depredações, incêndios, roubos e violência contra colonos dessas fazendas (BRASIL ESCOLA, 2023, p. 01).

Entretanto, esta visão aparentemente contrária ao MST, é rebatida, não apenas por integrantes da sigla, mas, até mesmo, por membros do atual governo de Lula. Há o registro de uma fala, do Ministro Silvio de Almeida, chefe da pasta ministerial 'Direitos Humanos e da Cidadania', que nela se expressa assim: "O Brasil foi um país colonizado e, por uma série de processos, formou uma burguesia débil, sempre ligada aos interesses internacionais, e que pouco se colocou à disposição de transformar o Brasil e de superar os problemas históricos" (ALCÂNTARA, 2023, p. 01).

CONCLUSÃO

Conclui-se, provisoriamente, que as ações do MST se destacam com relevância nos âmbitos políticos e social da Nação. Suas invasões geram repercussões positivas e negativas de amplo destaque, acirrando ânimos para todas as tendências existentes entre o espectro da 'paz' e da 'guerra'.

A meio termo de tudo isso, vemos que a fala do Ministro Silvio de Almeida, reverbera parte de um pensamento acadêmico, ainda enraizado a postulados que carecem de revisitação e debate, tais como o de Bosi (1992):

O discurso dominante de 1836 a 1850 foi, entre nós, uma variante pragmática de certas posições já assumidas pelos chamados *patriotas* ou *liberais históricos*, que herdaram os frutos do Sete de Setembro. E por que *históricos*? Porque foram, sem dúvida, as lutas da burguesia agroexportadora que tinham cortado os privilégios da Metrópole graças à abertura dos portos em 1808; esses mesmos patriotas tinham garantido, para si e para a sua classe, as liberdades de produzir, mercar e representar-se na cena política. *Daí, o caráter funcional e tópico do seu liberalismo* (BOSI, 1992, p. 183).

Por mais que as pautas defendidas pelo MST possuam nobreza, os meios de se alcançar seus objetivos são interpretados, por boa parte da população e por órgãos científicos e de governo, mais como forma de propagação de violência e menos como justiça histórica ou social, devido à maneira com que são realizadas as tomadas de porções latifundiárias improdutivas. E, é neste sentido, que o movimento passa, muito frequentemente, de 'mocinho' a 'vilão', num mesmo episódio dessa interminável minissérie brasileira.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Fernanda. *O Brasil é um país que, historicamente, tem muitos conflitos relacionados à desigualdade*. MST – Direitos Humanos. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/03/21/o-brasil-e-um-pais-que-historicamente-tem-muitos-conflitos-relacionados-a-desigualdade/#:~:text=%2F%20%40giovanna.andriolli-%E2%80%9CO%20Brasil%20%C3%A9%20um%20pa%C3%ADs%20que%2C%20historicamente%2C%20tem%20muitos,direitos%20humanos%20e%20igualdade%20racial>. Acesso em: 21/03/2023, às 15h44min.

BOSI, Alfredo. *DIALÉTICA DA COLONIZAÇÃO*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1992.

BRASIL ESCOLA. *O MST no Brasil*. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/mst.htm>. Acesso em: 21/03/2023, às 15h36min.

ESTADÃO. *CPI do MST é protocolada na Câmara com apoio da bancada ruralista*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2023/03/16/cpi-do-mst-e-protocolada-na-camara-com-apoio-da-bancada-ruralista.htm>. Acesso em: 21/03/2023, às 15h21min.

JUSBASIL. *Artigo 184 da Constituição Federal de 1988*. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10657347/artigo-184-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 21/03/2023, às 15h14min.

 DOI NUMBER 2: 10.33726/akedia2447-7656v15a92023pR01-R06

AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS COMO FATOR MOTIVADOR DO DESINTERESSE DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

English title: *ABSENCE OF ECONOMIC INFORMATION AS A MOTIVATING FACTOR OF DISINTEREST IN THE BRAZILIAN POPULATION*

 DOI NUMBER: 10.33726/akedia2447-7656v15a92023pR07R15

SAMPAIO, Caio¹; MARTINS, Hector²; PAIVA, Ludmila³; MACIEL, Maíke⁴

PESSOA, Marcelo⁵ –  <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: O principal aporte bibliográfico deste trabalho, é o eminente artigo, de Johnston (2005), em que se aborda a importância da educação financeira nas sociedades contemporâneas, evidenciando sua ausência no contexto nacional em comparação com outros países. O estudo se desenvolverá por meio de buscas e revisão de literatura em acervos físicos e digitais. O objetivo do Resumo Expandido, é o de apresentar aos leitores o assunto principal descrito no título, ilustrando sua relevância para as atuais sociedades, e o impacto no mercado financeiro. Justifica a realização deste texto, a falta de políticas públicas que visam à introdução das crianças e jovens no setor econômico. Como modelo teórico complementar, utilizou-se artigos de André Saito (2007), publicados em mídia digital. Ao final deste trabalho, conclui-se que o povo brasileiro possui um potencial de investimento relevante, porém, há um longo caminho ainda, a se trilhar para alcançar seu ápice de desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: Educação financeira, Brasil, Economia

ABSTRACT: The main bibliographic contribution of this work is the eminent article, by Johnston (2005), in which the importance of financial education in contemporary societies is addressed, evidencing its absence in the national context in comparison with other countries. The study will be developed through searches and literature review in physical and digital collections. The purpose of the Expanded Summary is to introduce readers to the main subject described in the title, illustrating its relevance to current societies, and the impact on the financial market. Justifies the writing of this text, the lack of public policies aimed at the introduction of children and young people in the economic sector. As a complementary theoretical model, articles by André Saito (2007), published in digital media, were used. At the end of this work, it is concluded that the Brazilian people have a relevant investment potential, however, there is still a long way to go to reach its peak of development.

KEYWORDS: Financial education, Brazil, Economy

¹ Discente UEMG. Administração, março, 2023: caio.1095843@discente.uemg.br

² Discente UEMG. Administração, março, 2023: hector.1095807@discente.uemg.br

³ Discente UEMG. Administração, março, 2023: ludmilacarneiro02@gmail.com

⁴ Discente UEMG. Administração, março, 2023: maike.1095825@discente.uemg.br

⁵ Prof. Orientador do trabalho e ministrante do Workshop de Escrita Científica. Bolsista de Produtividade Científica – Chamada 10/2022 – Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa – PQ / UEMG.

INTRODUÇÃO

Desde os tempos antigos, o conhecimento financeiro assumiu papel relevante para o desenvolvimento da humanidade, uma vez que era essencial para a população crescente administrar seus recursos, para evitar a escassez.

Na contemporaneidade, analogamente a isso, o convívio em sociedade exige que o homem aprenda a gerir sua renda, de tal modo que não se torne escravo da falta de capital, possibilitando sua sobrevivência e desenvolvimento, tornando primordial a existência de uma Educação Financeira, como afirmado por Donald Johnston (2005, p. 01): “[...] a Educação Financeira é importante para a segurança dos indivíduos e para segurança das nações. Sociedades iluminadas hoje se esforçam para garantir a coesão social como parte integrante do progresso econômico”.

Desse modo, com o desenvolvimento constante das sociedades, e de seus mecanismos econômicos, a Educação Financeira se apresenta como um recurso básico, ao qual todos devem ter acesso, pois ele possibilita uma melhor compreensão para o homem, com relação a todo ambiente no qual ele está inserido, impedindo sua estagnação e propiciando um crescimento mútuo, entre pessoa e sociedade, similar a visão de Braunstein e Welch:

Participantes informados ajudam a criar um mercado mais competitivo e eficiente. Consumidores conscientes demandam por produtos condizentes com suas necessidades financeiras de curto e longo prazo, exigindo que os provedores financeiros criem produtos com características que melhor correspondam a essas demandas (2002, p. 01).

Nesse quesito, surgiram as forças propulsoras, que explicam as mudanças nas relações econômicas e sociopolíticas mundiais, sendo elas: a globalização, o desenvolvimento tecnológico e alterações regulatórias e, as institucionais, de caráter neoliberal.

Desde então, o Estado, que antes tinha um papel de Égide, começa a transferir a responsabilidade econômica ao indivíduo, fazendo surgir a necessidade de se criar uma poupança privada e a educação financeira.

Logo, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

(OCDE) criou o *Financial Education Project*, organismo estruturado para estudar e balizar programas de educação financeira aos países-membros, chegando a uma lista de princípios e recomendações de Educação Financeira, que devem ser implantados nos países que almejam melhorar seu ensino econômico básico entre a população.

Alguns estudiosos, como Dolvin e Templeton (2006), defendem que a Educação financeira estimule positivamente os indivíduos, tornando-os críticos, hábeis e economicamente aptos, acarretando numa mudança na sociedade. Nos Estados Unidos, 29 dos 50 Estados, entre os anos de 1957 e 1985, tornaram a Educação Financeira obrigatória nas escolas, visando preparar os jovens, desde os conceitos mais básicos de investimentos, até planos de aposentadoria.

Não obstante, tornou-se um país onde a maioria da população investe na bolsa e têm um controle sobre seu capital, acarretando numa qualidade de vida muito maior que a de brasileiros, país onde não existem autoridades capacitadoras no âmbito financeiro.

É possível notar o resultado da falta de prática semelhante no Brasil, a partir dos dados da FECOMÉRCIO – PR (Federação do Comércio do Estado do Paraná) que, em setembro de 2021, apontou que 74% dos cidadãos brasileiros estão endividados.

Em contrapartida, há medidas que são tomadas para a mudança dessa realidade, tanto no meio privado quanto no meio público (que acaba sendo mais lento e de menor alcance). Infelizmente, tais ações são insuficientes e não alcançam a grande massa populacional, em decorrência da existência de regulamentações que exijam a Educação Financeira nos meios sociais, causando um distanciamento entre as camadas sociais que têm acesso à educação financeira e as que não possuem.

Algumas instituições trazem a educação financeira à tona, como: O Banco Central do Brasil (BACEN), com o Programa de Educação Financeira (PEF); o Projeto Museu-Escola, que envolve visitas monitoradas ao museu do Bacen e leva palestras e exposições às escolas do Distrito Federal e de regiões próximas; o Projeto BC e Universidade, composto por palestras mensais, ministradas por servidores do BACEN e direcionadas aos estudantes

universitários, esclarecendo sua atuação e suas funções.

Vemos, também, a iniciativa da B3, a Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), com o educacional BOVESPA, de 1989, que, além de aplicar a Educação Financeira, promove visitas monitoradas à Bolsa; realiza palestras e orientações à população, por meio dos projetos 'Educar' e 'BOVESPA Vai até Você', realizando concursos estudantis, apoiando concursos de simulação de investimentos em conjunto com o jornal *Folha de S. Paulo*, desenvolvendo parcerias com instituições de ensino para distribuição de materiais.

Outra instituição que atua nesse segmento, é a Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID), que no seu portal <www.comoinvestir.com.br>, disponibiliza serviços de *e-learning* e oferece informações educativas sobre alternativas de investimentos, como: fundos, ações, debêntures, CDB, títulos públicos. Também promove cursos e atua na certificação de profissionais que têm contato com os clientes, ao comercializarem produtos de investimento; a Expo Money, que oferece palestras gratuitas em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, abordando assuntos, como: planejamento financeiro, previdência, fundos de investimento, ações, economia doméstica, entre outros.

Além disso, sabemos que, por meio de programas, simulados e TV, as pessoas vêm conseguindo acesso à Educação Financeira, ainda que os dados apresentados, demonstrem que o povo brasileiro tem um grande caminho a trilhar para começar a investir no mercado de ações e compreender como utilizar melhor a sua renda.

IMPACTO DA DESINFORMAÇÃO NOS ÍNDICES DE INVESTIDORES NO MERCADO FINANCEIRO BRASILEIRO

Em um contexto moderno, é essencial entender como o Mercado Financeiro opera, uma vez que ele é a peça fundamental na geração de riquezas e desenvolvimento de um país. E, a partir dele, inclusive, pode-se compreender o funcionamento das sociedades, propiciando desenvolvimento.

Esse fato se deve à sua essência, originária da Mesopotâmia, em 2000 a.C., momento em que a ação social do Mercado consistia na canalização de

excedentes financeiros entre poupadores e necessitados, que precisavam desses recursos para executar suas atividades produtivas. Assim, uma cidade eficiente e propícia ao desenvolvimento, era aquela que canalizava adequadamente seus excedentes em atividades eficientes e produtivas economicamente, o que, na linguagem financeira, é um processo de conversão da poupança doméstica e externa em investimento produtivo (CARRETE e TAVARES, 2019).

O Brasil teve momentos de altas e de baixas, como o Período do Milagre Econômico, ou pela Crise da Dívida, situações em que essas inconstâncias na economia brasileira deixaram efeitos que duram até os tempos atuais.

Muitos fatores influenciam essas instabilidades, como os governantes que buscavam soluções rápidas, como o Ex Presidente Juscelino Kubitschek, que governou com o lema de "50 anos em 5", baixando ações que fomentaram a economia, por um curto período de tempo (crescimento forçado – heterodoxia) sem pensar num futuro com maior equilíbrio (ortodoxia).

Isso se dá, também, pela aceitação em massa desses meios de crescimento econômico, pois como a maioria da população não tem grande entendimento de Economia, ver um PIB alto é motivo de comemoração, por acreditarem que isso significa que a Economia vai bem e que, assim, vai sempre continuar. Neste sentido, as pessoas buscam por soluções com resultados rápidos e, então, quando esses demoram a aparecer, a sociedade tende a rejeitar a ideia e se opor à pessoa que a propôs.

“Viver sem conhecer o passado é andar no escuro”. Essa frase, do curta metragem *Uma História de Amor e Fúria*, de Luiz Bolognesi, 2013, se encaixa perfeitamente no contexto abordado até aqui, já que, sem conhecer a história da nossa Economia, não temos como saber dos erros ou dos acertos, tendendo à repetição, e ficando estagnados num mesmo ciclo infinito. Só conhecer também não é o suficiente, é necessário pensar a respeito, debater, entender e lidar com essas situações.

Na contemporaneidade, essa realidade não se altera de forma drástica, pois presencia-se uma era de constantes mudanças, dando um destaque eminente ao setor econômico, evidenciando sua importância em conjunto ao

Mercado Financeiro, que, em suma, é um ambiente que através de mecanismos próprios, permite um intercâmbio de ativos financeiros por preços pré-determinados, ou seja, uma transferência entre agentes superavitários, com os deficitários que através de lógica e raciocínio tomam suas decisões (SELAN, 2015).

CONCLUSÕES

Demonstra-se, assim, a relevância do Mercado Financeiro em um contexto econômico. Vemos, contudo, que, apesar disso, uma parcela considerável da população brasileira acaba optando por não investir, ou até mesmo desconhece sua importância, como demonstrado por uma pesquisa feita pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais), chamada de “O Raio X do investidor Brasileiro” (2018), apontando que dentre as 3,3 mil pessoas entrevistadas em 2017, apenas 42% tinham algum saldo em aplicações financeiras, e nesse pequeno grupo de investidores mais de 70% optaram pela poupança, enquanto apenas 11,5% escolheram os fundos de investimentos.

Segundo essa mesma pesquisa, um dos aspectos que corroboram com esse fato, é o de que a segurança financeira é o principal motivo que levaria o brasileiro a investir e, dessa forma, eles não enxergam os produtos financeiros como uma forma de maximizar o patrimônio ou auferir ganho, mas apenas como uma maneira de guardar o que economizou em um lugar seguro, que é como enxerga as instituições financeiras (ANBIMA, 2018).

É um fato também inegável, que o brasileiro, por uma tendência histórica de traumas inflacionários e crises econômicas, busca utilizar métodos de investimento que protegem e conservam seus capitais e, dessa forma, agem criando uma certa negatividade em relação à Bolsa de Valores, já que se associa a ela a ideia de um mercado arriscado e de pura especulação, disseminando e perpetuando essa concepção, através da desinformação, passando para as futuras gerações, dando origem a uma aversão nacional ao mercado de ações.

Outro ponto a se destacar, é que, no levantamento feito por Freitas (2020), realizado com a participação de universitários, se viu que, por meio de perguntas direcionadas, se acabou chegando ao resultado de que a grande maioria classificou seu entendimento sobre finanças como “médio”, e quase 30% classificou como “baixo”, e que, em outro questionamento, 25% afirmaram que não aplicariam de nenhuma forma seu capital no mercado de ações, por conta do risco (PIRES *et al.*, 2012; FREITAS, 2020).

Apesar dos medos originados por crises passadas, é perceptível uma grande e crescente massa de influenciadores digitais sobre o assunto, alguns já bem grandes nas rede sociais, como o caso de Thiago Nigro, youtuber com mais de 06 milhões de inscritos em seu canal no YOUTUBE (O Primo Rico), influenciadores estes que vêm ajudando a acabar com alguns mitos adversos sobre os investimentos.

Finalmente, vemos que a visão equivocada dos brasileiros sobre o tema ainda é um fator que distancia a grande parcela da população do mercado de ações. E nisso persiste, mesmo com a grande tentativa de incentivo por parte dos meios públicos e privados.

Observa-se neste entorno, que é preciso ir mais a fundo, criar uma cultura de investimentos nos diversos setores da sociedade, capaz a atingir a todos, desde os mais novos aos mais idosos. Logo, supomos ser necessária a inserção de tópicos da Ciência Econômica na grade curricular das escolas, ensinando como administrar, quanto e onde investir e como lidar com o próprio capital.

Além disso, deve-se buscar meios de acolher os adultos nesse meio. Este tipo de abordagem leva tempo, por isso, quando mais cedo começar, melhor será o resultado.

REFERÊNCIAS UTILIZADAS NESTE TEXTO

ANBIMA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS. O Raio X do Investidor. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: Relatorio-Raio-XInvestidor-PT.pdf (anbima.com.br). Acesso em: 09 de fevereiro de 2023.

BOLOGNESI, Luiz. Uma História de Amor e Fúria. Produção Gullane e Buriti Filmes. Coprodução Lightstar Studios, 05 de abril de 2013. Disponível em: <https://youtu.be/y_DYNv8RZ7A>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2023.

BRAUNSTEIN, S; WELCH, C. Financial Illiteracy: an overview of practice, research, and policy. Federal Reserve Bulletin, novembro de 2002. Disponível em: [https://www.insead.edu/executive-education/finance-courses?CampaignId=GGL_Search_C&SiteId=GGL&CampaignName=LATAM-BR\[EN\]_GGL-NonBrand\[GEN\]-EDP-Finance_MT-Phrase&AdId=FINANCE&device=c&term=financial%20literacy%20program_\(p\)&gclid=Cj0KCCQjw8e-gBhD0ARIsAJiDsaXmZaSS2AQpSfYltE6Rb0j4oCb2cMF6QBFMDQs0DHkXCaQuj3cnHlaAlwREALw_wcB](https://www.insead.edu/executive-education/finance-courses?CampaignId=GGL_Search_C&SiteId=GGL&CampaignName=LATAM-BR[EN]_GGL-NonBrand[GEN]-EDP-Finance_MT-Phrase&AdId=FINANCE&device=c&term=financial%20literacy%20program_(p)&gclid=Cj0KCCQjw8e-gBhD0ARIsAJiDsaXmZaSS2AQpSfYltE6Rb0j4oCb2cMF6QBFMDQs0DHkXCaQuj3cnHlaAlwREALw_wcB). Acesso em: 09 de fevereiro de 2023.

CARRETE, L; TAVARES, R. Mercado Financeiro Brasileiro. Editora Atlas, 1ª edição, São Paulo, 2019.

DOLVIN, S. D.; TEMPLETON, W. K. Financial education and asset allocation. *Financial Services Review*, v. 15, n. 3, p. 133, Summer 2006. Disponível em: [https://www.insead.edu/executive-education/finance-courses?CampaignId=GGL_Search_C&SiteId=GGL&CampaignName=LATAM-BR\[EN\]_GGL-NonBrand\[GEN\]-EDP-Finance_MT-Phrase&AdId=FINANCE&device=c&term=financial%20education%20program_\(p\)&gclid=Cj0KCCQjw8e-gBhD0ARIsAJiDsaWWqoKEkvdffCDgQoZRGbw2qY6gzffOuYhKUI3OWTmWkP5po6q5k8EaAprJEAALw_wcB](https://www.insead.edu/executive-education/finance-courses?CampaignId=GGL_Search_C&SiteId=GGL&CampaignName=LATAM-BR[EN]_GGL-NonBrand[GEN]-EDP-Finance_MT-Phrase&AdId=FINANCE&device=c&term=financial%20education%20program_(p)&gclid=Cj0KCCQjw8e-gBhD0ARIsAJiDsaWWqoKEkvdffCDgQoZRGbw2qY6gzffOuYhKUI3OWTmWkP5po6q5k8EaAprJEAALw_wcB). Acesso em: 09 de fevereiro de 2023.

FREITAS, Alexandre. A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E A INSERÇÃO DO JOVEM NO MERCADO FINANCEIRO. Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas, Departamento de Administração. Dezembro de 2020. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/27610/1/2020_AlexandreLelisDeFreitas_tcc.pdf>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2023.

JOHNSTON, Donald J. IMPORTANCE OF FINANCIAL LITERACY IN THE GLOBAL OECD, ONE Author, 2005. Disponível em: <[Microsoft Word - Insead-13Dec2005.doc \(oecd.org\)](https://www.insead.edu/workingpapers/13Dec2005.doc)>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2023.

PIRES, Diniz; LIMA, Olga; DALDINGARO, Roberto; SAMPAIO, Patrícia; SILVEIRA, João. Educação Financeira como estratégia para inclusão de jovens na Bolsa de Valores. *Tourism & Management Studies International*, Portugal. Universidade do Algarve em Faro, vol. 3, 2013, p. 718-730. Portugal. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=388743876003>>. Acesso em: 26 de novembro de 2022.

SAITO, André et al. PARADIGMAS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL. *Brazilian Journal Of Public Administration*, SCIELO, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-76122007000600006>>. Acesso em: 26 de novembro de 2022.

REFERÊNCIAS A SEREM ACRESCIDAS NO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

CUNHA, George, et al. EDUCAÇÃO FINANCEIRA: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE ESTUDANTES DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA (PR) E UMA PRIVADA (DF). XVI SEMEAD, Seminários em Administração, outubro de 2013, ISSN 2177-3866. Disponível em: <<http://sistema.semead.com.br/16semead/resultado/trabalhosPDF/124.pdf>>. Acesso em: 26 de novembro de 2022.

FERRAZ, Jéssika; GUINDANI, Roberto. *A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SUA IMPORTÂNCIA NA GESTÃO FINANCEIRA PESSOAL*. IFPR, Curitiba. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://curitiba.ifpr.edu.br/w-content/uploads/2022/03/TCC-J%25C3%25A9ssika-Ferraz-final.pdf&ved=2ahUKewi67t_jrMz7AhU6JrkGHaldCOMQFnoECB8QAQ&usq=AOvVaw0ZYT54pUAI40ygamtVvl2M>. Acesso em: 26 de novembro de 2022.

FLESCH, Ramires. Resenhas - Economia Brasileira Contemporânea, 7ª edição, editora Atlas, 2010. SKOOB. Disponível em: <<https://www.skoob.com.br/livro/resenhas/43765/mais-comentadas/#:~:text=Gremaud%2C%20Vasconcelos%20e%20Toneto%20apontam,monoculturas%20almejavam%20o%20r%C3%A1pido%20enriquecimento>>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2023.

MORIGUCHI, Stella *et al.* OS VALORES PESSOAIS QUE ORIENTAM O COMPORTAMENTO DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS COMO INVESTIDORES DA BOLSA. *Rev. Adm. UFSM*, Santa Maria, v. 8, número 4, p. 598-615, OUT. - DEZ. 2015. E-ISSN: 1983-4659. DOI: 10.5902/1983465910483. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273444977006>>. Acesso em: 26 de novembro de 2022.

RANBOIS, Donald H.; ROSEN, Dennis L.; ACITO, Franklin. A developmental study of family financial management practices In: Association for consumer research, 13, 1986, Provo. Proceedings of. Provo: Richard J. Lutz, 1986. p. 170 - 174. Disponível em: <http://www.acrwebsite.org/search/view-conference-proceedings.aspx?id=648_6>. Acesso em: 26 de novembro de 2022.

SELAN, Beatriz. Mercado Financeiro. 1ª edição., Rio de Janeiro: Editora Seses, 2015.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO DE JOVENS NA BOLSA DE VALORES

English title: FINANCIAL EDUCATION AS A STRATEGY FOR INCLUDING YOUNG PEOPLE IN THE STOCK MARKET

 DOI NUMBER: 10.33726/akdprint2447-7656v15a92023pR016R20

FRUCH, Gabriela¹

PESSOA, Marcelo² –  <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: A Educação financeira tem sido, cada vez mais, vista pela sociedade brasileira como uma questão de grande relevância. Por adversidades do passado, a população enxergava tal tema com temor. Atualmente, o cenário econômico brasileiro é outro, e o ambiente está propício para investimentos, o que contribui para problematizar novas discussões sobre o assunto. Essa pesquisa se realizará por intermédio do método bibliográfico, tendo como objeto de estudo, o Artigo “Educação Financeira como Estratégia para Inclusão de Jovens na Bolsa de Valores”. O objetivo central da investigação consiste em mostrar a importância da educação financeira para jovens, e como esses ensinamentos devem ser passados desde a infância para todos. Justifica tal exame, o fato de que o jovem, financeiramente educado, pode se configurar como maior vetor para a acumulação de ativos, visto a longevidade que ainda possui. Como principal aporte bibliográfico, utilizaremos o Artigo “Educação Financeira como Estratégia para Inclusão de Jovens na Bolsa de Valores”, de Diniz Pires, Olga Lima, Roberto Dalongaro, Patrícia Sampaio e João Silveira. Como resultados parciais, a pesquisa tem propiciado ao discente orientado neste trabalho, mais conhecimento sobre o que seja qualidade de vida, desenvolvimento pessoal e progresso profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Educação financeira, investimentos, jovem

ABSTRACT: Brazilian society is increasingly seeing financial education as a very important issue. In the past, the population viewed this topic with fear. Currently, the Brazilian economic scenario is different and the environment is favorable for investments, which contributes to problematizing new discussions on the subject. This research will be carried out using the bibliographical method, with the object of study being the article "Financial Education as a Strategy for Including Young People in the Stock Market". The main objective of the research is to show the importance of financial education for young people, and how these teachings should be passed on to everyone from childhood. This examination is justified by the fact that financially educated young people can be the greatest vector for accumulating assets, given their longevity. The main bibliographical contribution is the article "Financial Education as a Strategy for the Inclusion of Young People in the Stock Market", by Diniz Pires, Olga Lima, Roberto Dalongaro, Patrícia Sampaio and João Silveira. As partial results, the research has provided the student supervised in this work with more knowledge about quality of life, personal development and professional progress.

KEYWORDS: Financial education, investments, young people

¹ Discente do Curso de Administração – UEMG, dezembro, 2023: gabrielavfruch@outlook.com

² Prof. Orientador do trabalho. Bolsista de Produtividade Científica – Chamada 10/2022 – Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa – PQ / UEMG.

INTRODUÇÃO

O Artigo “Educação Financeira como Estratégia para Inclusão de Jovens na Bolsa de Valores”, dos autores Diniz Pires, Olga Lima, Roberto Dalongaro, Patrícia Sampai e João Silveira, publicado em 2013, traz como núcleo principal, a importância dos jovens serem educados financeiramente.

A obra explica que, no final da década de 90, a instabilidade econômica na sociedade brasileira era uma preocupação, por esse motivo, investir em ações era uma atitude arriscada, e, após esse cenário, uma mentalidade de medo sobre a bolsa de valores foi instaurada na sociedade.

Na atualidade, como reflexo do progresso crescente nos negócios, o cenário econômico do Brasil é outro, com uma economia estabilizada, moeda valorizada e ambiente propício para investimento em ações. E, para tirar da cabeça dos brasileiros esse temor sobre finanças, sobretudo no público mais jovem, se torna necessária e de grande importância a implantação de estratégias de educação financeira na vida da sociedade, tanto dentro de casa, quanto nas instituições de ensino (MORIGUCHI, *et al*, 2015)

E, é neste sentido, que há quem entenda que a Educação Financeira, é aplicada com o intuito de ensinar ao ser humano que, gastar e aplicar é prática que incide somente sobre o montante que ‘sobra das receitas’. Ela é, ainda assim, ferramenta que tem o objetivo de proporcionar uma boa qualidade de vida para quem a estuda (ANBIMA, 2018).

Por isso, explicar e aplicar essa educação no cotidiano de crianças e adolescentes, tem grande relevância para criar-se uma nova geração de adultos mais conscientes de seus gastos e menos endividados, o que, hoje em dia, além de não ser uma realidade, precisa lidar com a ideia deturpada de que investimentos não devem depender das ‘sobras’, mas, antes e acima de tudo, fazer parte do orçamento principal da pessoa, das famílias (FERRAZ & GUINDANI, 2022).

Atualmente, constata-se que a verdadeira situação de muitos brasileiros, é trabalhar o mês inteiro, mas o saldo da ‘conta da subsistência’ mantém-se negativo: a maior causa desse fato, pode ser a falta de planejamento financeiro. A autogestão financeira permite-se viver com menos

preocupações geradas pela falta de reservas financeiras, o que traz maior autonomia nas decisões e possibilita o planejamento futuro de pais e filhos.

Vale lembrar que a educação financeira é um suporte para o conhecimento sobre investimentos, e que é sempre preciso se aprofundar no assunto para entender melhor o mercado e o seu perfil de investidor (FREITAS, 2020).

De acordo com Nassim Nicholas Taleb, autor do livro *A Lógica do Cisne Negro*, publicado em abril de 2007 (utilizamos, aqui, a Edição de 2015), não sabemos prever acontecimentos futuros, nem a probabilidade correta deles acontecerem, apenas analisamos estatisticamente o passado, tentando prever o que pode vir a acontecer nos novos tempos que se avizinham.

Assim, o autor explica que eventos não previstos, não necessariamente irão acontecer, mas podem ou não ser desencadeados. Exemplifica isso, a ideia de que, até há bem pouco tempo atrás, a sociedade acreditava somente em cisnes brancos. Sua possibilidade de variação na cor não era discutida pela população. Mas, um dia, um cisne negro foi visto. Ele, aquele espécime ‘impensado’, não estava nas estatísticas e sequer era estudado, mas existiu. Por isso, a importância de se levar em conta que imprevistos podem acontecer, têm na metáfora do “Cisne Negro”, a sua melhor narrativa.

Nassim relaciona, assim, essa teoria com uma dica prática de como deve-se avaliar carteiras de investimentos. Ele diz que meio termo não existe, invista a maior parte do seu dinheiro em um ativo seguro, coberto pelo governo, por exemplo, outra parte coloque em algo extremamente arriscado e volátil, como ações da Bolsa de Valores (B3 – Bolsa, Brasil, Balcão):

Como os Cisnes Negros são imprevisíveis, precisamos nos ajustar à sua existência (em vez de, inocentemente, tentar prevê-los). Existem muitas coisas que podemos fazer se nos concentrarmos no anticonhecimento ou no que não sabemos. Entre muitos outros benefícios, você pode se preparar para colecionar Cisnes Negros serendipitados (do tipo positivo) maximizando a exposição a eles. Na verdade, em alguns campos — como o da descoberta científica e o de investimentos de risco —, o desconhecido oferece uma recompensa desproporcional, já que, tipicamente, tem-se pouco a perder e muito a ganhar com um evento raro...” (TALEB, 2015, p. 17).

Assim, ao mesmo tempo que investe seu dinheiro de forma prática,

you se expõe de forma controlada ao "cisne negro". Dessa forma, se algo imprevisível e de alto impacto acontecer na economia, you pode se beneficiar ou se dar mal, por isso a importância da exposição controlada. Esse tipo de conhecimento, só é possível adquirir estudando e lendo sobre educação financeira (CARRETE & TAVARES, 2019).

É por isso, também, que, quanto antes esse estudo for inserido na vida dos jovens, mais conscientes eles podem se tornar. A vista disso, existem diversas formas de aplicar a educação financeira na vida das pessoas, ainda na infância, desde como reservar datas especiais para presentear crianças, investir nos cofrinhos, utilizar jogos e brincadeiras e relacionar o dinheiro com o trabalho SAITO, André *et al*, 2007).

Há alguns anos, a partir de uma iniciativa da SICREDI (Sistema de Crédito Cooperativo), o desenho animado criado pelo artista Zivaldo, *A Turma da Mônica*, foi transformado numa série de curtas sobre gestão financeira e poupança para crianças (acesso à coleção pelo link: <https://www.sicredi.com.br/sites/turmadamonica/>). Esse é um ótimo exemplo de como inserir esse assunto na sociedade, desde quando ainda pequenos.

O Presidente da Instituição Sicredi, denominada de Planalto das Águas PR/SP, o Sr. Fábio Peterlini, é enfático em lembrar, que a iniciativa de sua empresa, faz parte das ações que visam a contribuir para com a Educação Financeira das futuras gerações. Diz ele: "Acreditamos que conceitos aprendidos na infância e na adolescência podem ser consolidados na vida adulta", formatando-se assim, enfim, uma vida financeira mais saudável.

CONCLUSÕES

A Educação Financeira é mais do que um simples aprendizado, podendo-se considerá-la um valor e uma necessidade, pois ela pode determinar o futuro de pessoas e regiões. A aplicação dessa educação beneficia não só o Brasil, visto que oportuniza às pessoas e às famílias, terem mais disciplina em seus gastos. É possível popularizar o mercado de ações por meio de palestras gratuitos e cursos especializados, bem como estimular o jovem a investir em seu próprio futuro, utilizando práticas que se transformam em atitudes vencedoras.

REFERÊNCIAS

ANBIMA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS. *O Raio X do Investidor*. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: Relatorio-Raio-XInvestidor-PT.pdf (anbima.com.br). Acesso em: 09 de fevereiro de 2023.

CARRETE, L; TAVARES, R. *Mercado Financeiro Brasileiro*. Editora Atlas, 1ª edição, São Paulo, 2019.

FERRAZ, Jéssika; GUINDANI, Roberto. *A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SUA IMPORTÂNCIA NA GESTÃO FINANCEIRA PESSOAL*. IFPR, Curitiba. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://curitiba.ifpr.edu.br/w-content/uploads/2022/03/TCC-I%25C3%25A9ssika-Ferraz-final.pdf&ved=2ahUKEwi67t_jrMz7AhU6JrkGHaldCOMQFnoECB8QAQ&usq=AOvVawOZYT54pUAI40ygamtVvl2M>. Acesso em: 26 de novembro de 2022.

FREITAS, Alexandre. *A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E A INSERÇÃO DO JOVEM NO MERCADO FINANCEIRO*. Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas, Departamento de Administração. Dezembro de 2020. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/27610/1/2020_AlexandreLelisDeFreitas_tcc.pdf>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2023.

SAITO, André *et al.* PARADIGMAS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL. *Brazilian Journal Of Public Administration*, SCIELO, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-76122007000600006>>. Acesso em: 26 de novembro de 2022.

MORIGUCHI, Stella *et al.* OS VALORES PESSOAIS QUE ORIENTAM O COMPORTAMENTO DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS COMO INVESTIDORES DA BOLSA. *Rev. Adm. UFSM*, Santa Maria, v. 8, número 4, p. 598-615, OUT. - DEZ. 2015. E-ISSN: 1983-4659. DOI: 10.5902/1983465910483. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273444977006>>. Acesso em: 26 de novembro de 2022.

PIRES, Diniz; LIMA, Olga; DALONGARO, Roberto; SAMPAIO, Patrícia; SILVEIRA, João. Educação Financeira como estratégia para inclusão de jovens na Bolsa de Valores. *Tourism & Management Studies International*, Portugal. *Universidade do Algarve em Faro*, vol. 3, 2013, p. 718-730. Portugal. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=388743876003>>. Acesso em: 26 de novembro de 2022.

TALEB, Nassim Nicholas. *A Lógica do Cisne Negro*. Rio de Janeiro: Best Seller, 2015.